



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FACULDADE DE TEOLOGIA

Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS

Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

ISABEL MARIA GOMES DE MATOS

Educar a pessoa para uma cidadania responsável

Contributo da Educação Moral e Religiosa Católica para o respeito e reconhecimento dos Direitos Humanos, a partir da unidade letiva “A pessoa humana”, do 6º ano de escolaridade

Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada

sob orientação de:

Prof. Doutora Maria Isabel Pereira Varanda

Braga

2016

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – DIREITOS E DEVERES DA PESSOA	10
1. A pessoa: Conceito, perfis e relação	10
1.1. <i>Etimologia da palavra “pessoa”</i>	11
1.2. <i>A pessoa humana e os seus vários perfis</i>	13
1.3. <i>A pessoa como ser-em-relação</i>	17
1.4. <i>Relação de Deus com a pessoa</i>	19
2. Direitos humanos para a humanização	24
2.1. <i>Os direitos humanos e a sua trajetória</i>	24
2.2. <i>A humanização à luz dos direitos humanos</i>	26
2.3. <i>Direitos e deveres a partir da Igreja Católica</i>	27
3. Educar para a cidadania	29
4. Síntese de transição	33
CAPÍTULO II – OS DIREITOS E DEVERES EM CONTEXTO EDUCATIVO	34
1. Direito à liberdade, igualdade e fraternidade	34
1.1. <i>Educar para a liberdade e responsabilidade</i>	36
1.2. <i>Igualdade em contexto escolar</i>	38
1.3. <i>Fraternidade numa perspetiva educativa</i>	39
2. Educar (é) evangelizar?	42
3. Educar para os deveres	48
4. A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica e o seu contributo na educação para os direitos e deveres do aluno	52

5. Síntese de transição.....	53
CAPÍTULO III – PEDAGOGIA E DIDÁTICA, LECIONAÇÃO DA UNIDADE LETIVA “A PESSOA HUMANA”, NO 6º ANO DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA.....	55
1. Domínios e Metas curriculares	55
2. Presença de Educação Moral e Religiosa Católica, na escola.....	57
3. Experiência pedagógica e didáctica da unidade letiva.....	60
3.1. <i>Descrição do Agrupamento de Escola Básica 2,3 de Mundão.....</i>	60
3.2. <i>Caracterização da turma.....</i>	62
3.3. <i>Descrição da unidade letiva.....</i>	62
3.4. <i>Planificações.....</i>	64
3.5. <i>Descrição das aulas.....</i>	84
3.5.1. Aula 1 – Pessoa humana.....	84
3.5.2. Aula 2 – As dimensões da pessoa humana.....	86
3.5.3. Aula 3 – Emoções, sentimentos, pensamentos e vontades que a pessoa transmite	88
3.5.4. Aula 4 – A felicidade e o bem-estar na relação com os outros.....	90
3.5.5. Aula 5 – Os direitos das crianças.....	92
3.5.6. Aula 6 – Ser pessoa é dar condições para que sejam pessoas.....	94
4. Síntese.....	96
5. Avaliação da Prática de Ensino Supervisionada.....	96
CONCLUSÃO	100
BIBLIOGRAFIA	102
ANEXOS.....	108

“Educação é coisa do coração”

S. João Bosco

Agradecimentos

À minha mãe, minha Estrela do céu e Anjo da guarda

Ao meu pai por ter ficado com o meu filho quando eu precisava de escrever e de me
concentrar no relatório.

Ao meu filho, Tiago, pelos momentos em que estive ausente e pelas suas palavras de ternura:
“Anda para a cama comigo, mamã! Trabalhas amanhã!”.

Ao meu marido, pela sua compreensão.

À Doutora Isabel Varanda e ao Dr. António Clemente, pelas suas mensagens de apoio e
orientação.

Aos meus colegas de estágio e de curso, pela sua amizade.

SIGLÁRIO

1 Jo	Livro da 1ª Carta de S. João (Bíblia)
1 Tim	Primeira carta a Timóteo (Bíblia)
2 Ped	Segunda carta a Pedro (Bíblia)
EB, 2.3	Ensino Básico segundo e terceiro ciclo
Cf.	Conferir, consultar, confrontar
Col	Carta aos Colossenses (Bíblia)
EMRC	Educação Moral e Religiosa Católica
Ex	Êxodo (Bíblia)
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
Gn	Livro do Génesis (Bíblia)
<i>Ibidem</i>	Na mesma obra, no mesmo lugar
Jo	Evangelho segundo S. João (Bíblia)
Lc	Evangelho segundo S. Lucas (Bíblia)
Mt	Evangelho segundo S. Mateus (Bíblia)
Op. cit.	(<i>opus citatum</i>) - Obra citada
PES	Prática de Ensino Supervisionada
SNEC	Secretariado Nacional de Educação Cristã
TEIP	Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura 1** Bolsa, fita, cartão de identificação
- Figura 2** Figura humana
- Figura 3** Cartão de identificação
- Figura 4** Cartaz sobre as dimensões da pessoa humana
- Figura 5** Círculo amarelo
- Figura 6** Receita da felicidade
- Figura 7** Construção de um girassol com frases alusivas à felicidade
- Figura 8** Girassol em papel
- Figura 9** Cartão com passagem bíblica e frase para completar
- Figura 10** Fita com os símbolos associados a cada aula

INTRODUÇÃO

O presente relatório, intitulado *Educar a pessoa para uma cidadania responsável*, é o resultado de um percurso de aprofundamento teológico e didático-pedagógico da Unidade Letiva *A pessoa humana*, que faz parte do programa da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), lecionada no sexto ano de escolaridade.

A opção deste tema advém do interesse pela temática que abrange a pessoa em si, das suas relações consigo mesma, com os outros e com Deus. A pessoa é dotada de Direitos Humanos, sendo que estes são o tema integrante deste Relatório, na medida em que são princípios internacionais à proteção e respeito pela pessoa humana. Há, neste sentido, uma necessidade de educar e preparar os alunos para uma cidadania responsável. As palavras – chaves deste Relatório, são *pessoa, educar e cidadania*.

No primeiro capítulo, cujo princípio ético fundamental é a pessoa, define-se o conceito de pessoa e a sua origem etimológica.

Grande parte deste capítulo, é dedicado aos Direitos Humanos, como sendo a base da humanização. A Igreja Católica direciona para uma educação integral e no compromisso para uma cidadania crente, responsável, atenta e ativa. A questão dos Direitos Humanos é uma questão de dignidade que envolve a educação de todas as pessoas. É neste sentido, que no seguimento deste Relatório, se torna pertinente direccionar um olhar nos direitos e deveres em contexto escolar e na família.

A tríade francesa – a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade - dá origem aos pontos desenvolvidos no segundo capítulo deste Relatório e é o tema de base para a questão da educação. Num segundo momento, e na sequência desta temática, realiza-se uma reflexão dos diferentes campos do saber, com base na educação da pessoa. Ao abordar a questão dos Direitos Humanos, faz-se referência à dignidade enquanto questão fundamental. Neste sentido apresenta-se a sua definição e caracterização. De seguida aborda-se a questão da trajetória dos Direitos Humanos e prossegue-se com a atitude da Igreja Católica face aos mesmos.

O terceiro capítulo alude ao contributo da disciplina de EMRC para a educação dos direitos e deveres de cada cidadão, integrado num projeto educativo, cujo objetivo maior é fundamentar o próprio espaço escolar como um verdadeiro espaço público e democrático, para a construção de uma cidadania cristã ativa. Esta visão incentiva a uma escola aberta ao mundo e às pessoas, num diálogo permanente com a cultura, a fé e o “ser pessoa”. Nesta perspetiva, a disciplina de EMRC tem como missão a promoção do bem comum e a atenção ao outro, através do reconhecimento de propostas do agir ético cristão em situações diárias e que identifica, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa. Cada professor, ao aceitar

esta missão, é testemunha da fé e da missão da Igreja. Neste sentido, aborda-se os domínios, as metas curriculares e o lugar da EMRC na escola, bem como o seu contributo para a educação integral, nomeadamente na formação para os valores.

Por último, este relatório pretende ser a compilação de todo um percurso didático-pedagógico com a exposição da Prática de Ensino Supervisionada realizada no presente ano letivo, 2015/2016, no Agrupamento de Escolas E.B 2,3 de Mundão. Nesta parte, que é o culminar de longos meses de trabalho, pesquisa e dedicação, são apresentadas as planificações utilizadas ao longo das seis aulas lecionadas na turma C do 6º ano, a descrição das aulas, a parte avaliativa de toda esta caminhada e, em modo de partilha, alguns materiais, estratégias e recursos utilizados para uma melhor leção e enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem durante a Prática de Ensino Supervisionada.

CAPÍTULO I – DIREITOS E DEVERES DA PESSOA

Este primeiro capítulo tem como objetivo indagar sobre a pessoa, bem como sobre os seus direitos e deveres no reconhecimento de uma educação para uma cidadania responsável.

Assim, pretende-se fazer uma reflexão sobre o conceito de pessoa e a sua origem, começando por referenciar e perceber que é imagem de Deus e que, segundo a tradição cristã, a pessoa firma-se e consolida-se em busca de uma dignidade irreduzível. Dá-se também especial relevância ao Compêndio da Doutrina Social da Igreja e à sua menção sobre as dimensões da pessoa humana, nomeadamente, os seus vários perfis. Aborda-se, ainda, a questão da pessoa como “ser-em-relação”, na certeza de que o ser humano não vive isolado e não consegue satisfazer os seus objetivos e anseios sem se relacionar com os outros, prestar-lhes a devida atenção e sem pôr de parte a relação de Deus para consigo.

Os Direitos Humanos são por excelência, o tema abordado, neste primeiro capítulo. Contudo, ao falar em direitos humanos, não se pode deixar de falar de deveres, pois cada ser humano deve, para poder adquirir os seus direitos, possuir uma atitude de respeito pelo outro e pelas normas vigentes na sociedade. Procura-se, deste modo, compreender a compatibilização entre uma educação para todos e a melhor educação para cada um, em particular, na educação para os valores, em contexto escolar, fomentando uma educação através de deveres e de Direitos Humanos.

1. A pessoa: conceito, perfis e relação

O ser humano fundamenta-se no facto de ter sido criado por Deus à sua imagem e semelhança, emergindo daí a sua dignidade considerada em toda a criatura, que exige e orienta a verdadeira libertação. É esta dignidade que distingue a pessoa dos outros seres. A pessoa é criada à imagem e semelhança de Deus, chamada a viver na relação consigo mesmo, na relação com o outro e na relação com Deus. Esta ideia é explícita na Comissão Teológica Internacional, quando afirma “que o ser humano existe em relação com outras pessoas, com Deus, com o mundo e consigo mesmo”¹. De acordo com este conceito, o ser humano não é

¹ COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *Comunhão e Serviço*, 2004, disponível em <http://www.vatican.va>, consultado em 20-03-2016

um indivíduo isolado, mas pessoa, “um ser essencialmente relacional”². Logo, assemelha-se ao divino, ao transcendente que o leva ao diálogo com Deus e com os outros seres.

Portanto, a pessoa é a protagonista da missão da Igreja. Como pessoa, está acima de toda e qualquer realidade ou estrutura. Toda e qualquer tarefa é realizada por ela e para ela, tendo o nobre compromisso com o mundo e com a sociedade, realizará as necessárias transferências para que encontre o seu sentido, alcance a sua verdadeira identidade e perceba o mistério da sua existência.

1.1. Etimologia da palavra “pessoa”

No cotidiano, fala-se de pessoas quando se faz referência às mesmas, quando se destaca algum aspecto da sua personalidade ou ao comentar sobre os seus atos. Interage-se com elas a maior parte do tempo, em ambientes distintos. Contudo, dificilmente se questiona sobre o que é uma pessoa ou o que faz uma pessoa ser pessoa.

A origem etimológica do vocábulo *pessoa* foi objeto de inúmeras propostas, mas nenhuma o clarificou por completo, uma vez que é difícil de definir. Tal como refere Mariano Moreno Villa³, “a origem etimológica da palavra pessoa tem sido objeto de grande número de propostas, não obstante nenhuma a tenha esclarecido completamente”⁴.

Na tradição ocidental, a noção de pessoa deriva do latim *persona* ou do grego *proposon* que designam a máscara usada pelos atores no teatro. A máscara permitia, também, aumentar a voz do ator para que o público o ouvisse melhor e, por isso, o conceito *per+sonare* era semelhante ao conceito “fazer soar”⁵. Além da linguagem teatral, de onde presumivelmente provém o conceito *pessoa*, este abrange diferentes âmbitos, como a retórica, a “linguagem jurídica e teológica”⁶.

No cristianismo, a concepção de *pessoa*, adquiriu um significado teológico, dado que se aplicou às pessoas divinas. Esta associação deve-se ao contributo de Tertuliano (séculos II e III depois de Cristo) que distinguiu a Trindade sem fazer qualquer separação, isto é, em Deus há “una substantia, tres personae”⁷ (uma substância, três pessoas). Neste âmbito, Tertuliano

² COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *Comunhão e Serviço*, 2004, disponível em <http://www.vatican.va>, consultado em 20-03-2016

³ Mariano Morena Villa, escritor espanhol, autor do livro *O homem como pessoa*.

⁴ Mariano MORENO VILLA, *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Paulus, São Paulo, 2000, 294.

⁵ José EDMAR DA SILVA, *O Homem como pessoa em Tomás de Aquino*, 2005, disponível em, <https://institutosantacruz.wordpress.com/2012/06/09/consideracoes-acerca-do-fundamento-do-valor-e-da-dignidade-do-ser-humano/> (consultado em 20-03-2016).

⁶ Henrique Cláudio DE LIMA VAZ, *Antropologia Filosófica II*, Loyola, São Paulo, 1992, 22.

⁷ *Ibidem*, 25.

foi pioneiro no uso da palavra *persona* relativamente à Trindade, dando origem ao modelo latino: há três pessoas em Deus, no contexto em que há três individualidades que são diferentes.

Diversos autores deram o seu contributo para a análise do conceito “pessoa”, como Santo Agostinho (séculos IV-V) e Boécio (séculos V-VI). Contudo, no século XII, São Tomás de Aquino desenvolveu mais aprofundadamente os princípios das relações da Trindade, referindo que o significado das pessoas divinas subentende as relações entre elas com o mundo e com os seres humanos.

Nesta perspetiva, Tomás de Aquino explica *pessoa*

como um subsistente indivíduo em alguma natureza racional. *Distinctum subsistens in aliqua natura rationali*. Concebe o significado da ideia de *pessoa* como relação, ou seja, a substancialidade da relação *in divinis*. Para ele, não haveria outra forma de elucidar o significado das *pessoas* divinas, senão a de esclarecer as relações entre elas, com o mundo e com os homens. S. Tomás vale-se de Boécio para afirmar que “*pessoa*”, em Deus, significa precisamente relação: todo atinente as *pessoas*, significa uma relação⁸.

Nesta explicação está implícito o conceito de sujeito subsistente que adquire o “ser em si”, que concede ao ser humano um cunho de plenitude e de unidade. Logo, desta noção de *pessoa* ressalta o caráter exclusivo do ser humano, assim como a perceção de que os seres humanos são todos iguais em dignidade, no sentido em que a todos é inerente a mesma racionalidade. Através da sua dignidade pessoal, o ser humano distingue-se de todos os outros seres.

Esta dimensão de “pessoa”, enquanto valor absoluto, vai ao encontro das ideias sustentadas por São Boaventura⁹, que também defende uma relação entre “ser pessoa” e dignidade, a qual é intrínseca ao ser humano, enquanto criatura de Deus criada à Sua imagem. Assim, de acordo com São Boaventura,

a pessoa é a expressão da dignidade e da nobreza da natureza racional. E esta nobreza não é uma coisa accidental, mas pertence à sua essência. Cada homem, em particular, foi criado por Deus não seguindo o modelo da natureza, mas unicamente o modelo da própria realidade divina. É neste fato que repousa a dignidade humana¹⁰.

⁸ Henrique Cláudio DE LIMA VAZ, *Antropologia Filosófica II*, Loyola, São Paulo, 1992, 25.

⁹ São Boaventura, nascido Giovanni di Fidanza, foi um teólogo e filósofo escolástico medieval nascido na Itália no século XIII.

¹⁰ Mário António SANCHES, Odair José VIEIRA e Arlindo de EVANDRO MELO, *A dignidade do embrião humano – diálogo entre teologia e bioética*, 2013, 63.

Estas concepções de pessoa são importantes para a construção da noção de pessoa na contemporaneidade, na medida em que permitem entender o homem como um ser individual e único. É incontestável o contributo destes pensadores cristãos pelo aprofundamento da ideia de *pessoa*, bem como pela atribuição de novos sentidos e significados implícitos a este conceito. A *Imago Dei*, isto é, a criação da pessoa humana à imagem e semelhança de Deus, tornou-se na contribuição mais relevante para a viragem antropocêntrica da atualidade, na medida em que este conceito cristão foi fundamental para elevar o ser humano à condição de centralidade no universo da existência.

Portanto, a ideia de *pessoa* registou uma intensa transformação: o conceito inicial de “máscara” deu lugar ao conceito de pessoa como sendo “a totalidade do sujeito na sua mais radical originalidade ou na própria raiz do seu ser que é, como tal, incomunicável e irrepresentável”¹¹. O ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus, sendo, deste modo, “o ser que ontologicamente está em relação imediata com Deus, que se realiza como “ser em si e como abertura a Deus”¹².

1.2. A pessoa humana e os seus vários perfis

A pessoa não é absoluta individualidade, pois não é “edificada por si mesma ou sobre si mesma”¹³.

O Compêndio da Doutrina Social da Igreja concentra-se nas fundamentais e indissociáveis “dimensões da pessoa humana”¹⁴, a fim de compreender os aspetos mais importantes “do seu mistério e da sua dignidade”¹⁵. Neste âmbito, desenvolve cinco alíneas, nas quais tem-se em conta os vários perfis do ser humano, enquanto ser pessoal, comunitário e social.

“A unidade da pessoa”¹⁶.

“O homem foi criado por Deus como unidade de alma e corpo”¹⁷, uma vez que é o princípio da unidade e existe como um todo enquanto pessoa. É um indivíduo único e irrepetível, capaz de se questionar sobre a sua existência e identidade. De acordo com a

¹¹ Henrique Cláudio DE LIMAVAZ, *Antropología Filosófica II*, São Paulo, Loyola, 1992, 220.

¹² *Ibidem*.

¹³ *Ibidem*, 125.

¹⁴ CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, Principia, Estoril, 2005, nº 124.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ *Ibidem*, nº127.

¹⁷ *Ibidem*.

perspetiva existencial, “cada ser humano constrói-se a si mesmo, no processo de construção da sua identidade”¹⁸. É um ser dotado de razão e de vontade livre de todas as faculdades corpóreas e sensíveis, sujeito dos próprios atos morais.

A pessoa é dotada de alma espiritual e imortal, aberta à transcendência e à descoberta de uma verdade profunda, sendo esta a base da unidade do ser humano. O espírito e o corpo formam, no ser humano, uma única natureza.

O ser humano precisa de “estimar e honrar o seu corpo, na medida em que foi criado por Deus, e o seu fim último é destinado à Ressurreição no último dia”¹⁹. A dimensão corporal do ser humano faz com que se insira no mundo material, local de realização e liberdade. Pela sua dignidade singular de interlocutor de Deus, “o seu espelho” volta para algo interior, o seu coração. Assim, reflete sobre si mesmo e o seu destino e descobre ser superior ao mundo material. Além disso, a pessoa humana “transcende o universo sensível e material”²⁰ e reconhece a sua dimensão espiritual.

Portanto, o ser humano é dotado de duas particularidades “é um ser material, ligado a este mundo mediante o seu corpo e um ser espiritual, aberto à transcendência e à descoberta de uma verdade mais profunda, em razão da sua inteligência, com a qual participa da luz da inteligência divina”²¹.

“Abertura à transcendência e unicidade da pessoa”²².

O ser humano é aberto ao infinito, isto é, a Deus porque, com a sua inteligência e a sua vontade, eleva-se acima de toda a criação e de si mesmo, torna-se independente e livre e tende à verdade e ao bem absoluto. De facto, o ser humano busca algo que o preenche, a que, para os cristãos, se dá o nome de transcendência.

O ser humano é um ser capaz de se autocompreender, de se autodeterminar. A pessoa existe como um “ser único e irrepitível”²³ que “há de ser sempre compreendida na sua irrepitível e inalienável singularidade”²⁴, pois é um ser inteligente e consciente. Nesta perspetiva e antes de tudo, o ser humano existe como subjetividade, como centro de consciência e de liberdade, cuja história é única e não comparável com nenhuma outra. O ser humano tem consciência dos seus próprios atos, ou seja, “Expressa e vive no tempo e no

¹⁸ João DUQUE, “Textos e identidades”, in *Theologia*, 38 (2003) 18.

¹⁹ CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, Principia, Estoril, 2005, nº128.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*, nº 129.

²² *Ibidem*, nº 130.

²³ *Ibidem*, nº 131.

²⁴ *Ibidem*.

espaço um pensamento e um amor singularizado de Deus, sem que os outros o possam suplantarmos”²⁵.

Uma sociedade justa deve apoiar-se no princípio da dignidade da pessoa. A ordem das coisas deve ser subordinada à ordem das pessoas e não o inverso. O homem é o fim último da sociedade. Assim, “a dignidade da pessoa humana radica na criação à imagem e semelhança de Deus. Dotada de uma alma espiritual e imortal, de inteligência e de vontade livre. A pessoa humana está ordenada para Deus e chamada, com a sua alma e o seu corpo, à bem-aventurança eterna”²⁶. A dignidade é um valor primordial, é um atributo da pessoa humana pelo simples facto da pessoa ser humana. Logo, todo e qualquer ser humano é merecedor de respeito e proteção, seja qual for a sua origem, raça, sexo, estado civil, idade ou condição socioeconómica.

A mesma ideia é corroborada por Artur Francisco Motta²⁷, quando defende que a dignidade é uma norma unificadora “de todos os direitos fundamentais ao qual todos os direitos humanos e do homem se reportam, em maior ou menor grau, apesar de poder ser relativizado. Nenhum direito ou princípio se apresenta de forma absoluta”²⁸.

A dignidade é oferecida ao ser humano porque, na sua condição de criatura, participa do ser de Deus e na Sua comunhão de vida.

“A liberdade da pessoa”²⁹.

A liberdade não se opõe ao ser humano para com Deus. A revelação “ensina que o poder de determinar o bem e o mal natural, não pertence ao homem, mas somente a Deus” (Gn 2, 16).

O ser humano só pode esperar o bem na liberdade que Deus lhe deu como sinal altíssimo da sua imagem “Deus quis deixar o homem entregue à sua própria decisão, para que procure por si mesmo o seu Criador e, aderindo a Ele, atinja uma plena e bem-aventurada perfeição”³⁰. Ora, “o reto exercício do livre arbítrio exige precisas condições de ordem económica, social, política e cultural que ‘são por demais desprezadas e violadas’³¹.

²⁵ Doigini TETTAMANZI, *El hombre imagen de Dios*, Editora Daverio, Salamanca, 1978, 53.

²⁶ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 1699 – 1715.

²⁷ Artur Francisco Motta advogado, mestre, professor universitário e autor do livro *Cidadania e estado democrático de direito*. A constituição cidadã e a cidadania universalizada.

²⁸ Artur Francisco MORI RODRIGUES MOTTA *A dignidade da pessoa humana e sua definição*, disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14054, consultado em 30-03-2016

²⁹ CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, Principia, Estoril, 2005, nº 135

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *Ibidem*, nº 137.

A liberdade só é boa quando obedece à verdade que pertence a uma criatura, isto é, é um dom e, por isso, “no exercício da liberdade, o ser humano opera atos moralmente bons, construtivos da pessoa e da sociedade, quando obedece à verdade, ou seja, quando não pretende ser criador e senhor absoluto desta última e das normas éticas”³².

O julgamento da consciência reconhece a verdade a propósito do mal e do bem, assume a responsabilidade do bem que recebe e do mal cometido. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja afirma que “a verdade sobre o bem e o mal é reconhecida, prática e concretizada, pelo juízo da consciência, o qual leva a assumir a responsabilidade do bem realizado e do mal cometido”³³. O ser humano mede o grau de maturidade e responsabilidade por uma procura insistente da verdade. Ora, “o exercício da liberdade implica a referência a uma lei moral natural, de caráter universal, que precede e unifica todos os direitos e deveres. Esta lei é chamada *natural* porque a razão que a promulga é própria da natureza humana. Ela é universal, estende-se a todos os homens”³⁴. E sendo *imutável*, “na diversidade das culturas, a lei natural liga os homens entre si, impondo princípios comuns. A sua aplicação requeira adaptações à multiplicidade de condições de vida, segundo os lugares, as épocas e as circunstâncias”³⁵. Infelizmente, “a liberdade é misteriosamente inclinada a trair a abertura à verdade e ao bem humano e, muito frequentemente, prefere o mal e o fechamento egoísta”³⁶.

“A igualdade em dignidade de todas as pessoas”³⁷

“Deus não faz distinção de pessoas”, (At 10, 34) pois todas as foram criadas à imagem e semelhança com Deus.

O homem e a mulher são dois seres de igual dignidade, complementam-se, enriquecem-se e são indispensáveis para uma harmoniosa convivência humana. Por conseguinte, “a dignidade de cada homem diante de Deus é o fundamento da dignidade do homem perante os outros homens”³⁸.

Segundo João Paulo II, “a dignidade pessoal constitui o fundamento da igualdade de todos os homens entre si” e, na realidade, é pelo facto de ser pessoa que cada um dos seres humanos é fundamentalmente igual a qualquer outro. Igual por participar da mesma natureza racional, por ter a mesma origem, por conseguir o mesmo destino temporal e eterno, por ser,

³² CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, Principia, Estoril, 2005, nº 138.

³³ *Ibidem*, nº 139.

³⁴ *Ibidem*, nº 140.

³⁵ *Ibidem*, nº 141.

³⁶ *Ibidem*, nº 143.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Ibidem*, nº 144.

enfim, irrepetível e único. Na defesa da igual dignidade de todos, é também importante reter que “as pessoas deficientes são sujeitos plenamente humanos, titulares de direitos e deveres”³⁹.

“Sociabilidade humana”⁴⁰

A pessoa humana, pela sua constituição, é um ser social e “um ser livre e responsável, que reconhece a necessidade de se integrar e de colaborar com os próprios semelhantes e é capaz de comunhão com eles na ordem do conhecimento e do amor”⁴¹. A vida comunitária é uma característica natural do ser humano. Logo, a vida social “não é algo de exterior ao homem, o qual não pode crescer e realizar a sua vocação senão em relação com os outros”⁴². A vocação de viver em sociedade não se realiza de forma “uniforme, mas assume múltiplas expressões. O bem comum depende, efetivamente, de um pluralismo social. Algumas sociedades, como a família, a comunidade civil e a comunidade religiosa, são “mais imediatamente conexas com a íntima natureza do homem, enquanto outras procedem da vontade livre”⁴³.

Contudo, por causa da soberba e do egoísmo, “a sociabilidade humana não desemboca automaticamente na comunhão das pessoas, no dom de si”⁴⁴. Só a força do amor e da procura do bem comum conseguem devolver a vocação social própria do ser humano.

1.3. A pessoa como ser-em-relação

Ao falar em *pessoa*, não se pode afastar a ideia de *relação com o outro*, tal como foi abordado ao falar-se da pessoa humana e tal como está escrito no documento da Comissão Teológica Internacional, Comunhão e Serviço.

O ser humano tem necessidade de comunicar, de partilhar e de expressar sentimentos. A relação com o outro é intrínseca ao ser humano que, enquanto ser social, necessita de interagir e de sociabilizar. Contudo, inicialmente, na opinião de Emmanuel Levinas, o ser humano é muito individualista e egocêntrico, centrado na competitividade, negando o outro. E, acrescenta que o ser humano se deve abrir mais ao outro, aceitando e respeitando as

³⁹ CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, Principia, Estoril, 2005, nº 148.

As citações, em todo o trabalho corresponde à tradução seguinte: BÍBLIA SAGRADA, Difusora Bíblica Missionários Capuchinhos.

⁴⁰ *Ibidem*, nº 149.

⁴¹ *Ibidem*, nº 149.

⁴² *Ibidem*, nº 149.

⁴³ *Ibidem*, nº 151.

⁴⁴ *Ibidem*, nº 150.

diferenças, pois o ser humano só descobre o seu sentido autêntico nas relações interpessoais, com atitudes de semelhança, de cooperação e de responsabilidade, ou seja, nas “relações nas quais pelo menos uma das partes procura promover no outro o crescimento, o desenvolvimento, a maturidade, um melhor funcionamento e uma maior capacidade de enfrentar a vida”⁴⁵.

Tendo já sido referido no tópico anterior, a antropologia filosófica analisa a situação do ser humano como um ser de transcendência, um ser de relação que o diferencia como pessoa. E, ser pessoa torna-o ainda mais distinto dos outros seres da natureza, dado que ele é o único ser que pensa, que tem capacidade para se interrogar e se conhecer. São estes aspetos que o caracterizam “enquanto *ser de abertura*, imerso numa teia de relações”⁴⁶. Neste âmbito, considera-se a questão relacional como uma teia, pois, como já foi mencionado anteriormente, o ser humano é um ser iminentemente social e “o universo é um sistema de entes e de relações entrelaçadas, na qual o homem faz parte”⁴⁷.

O livro do Génesis afirma que “Deus não criou o homem sozinho. Desde o princípio criou-os “varão e mulher” e a sua união constitui a primeira forma de comunhão entre pessoas. O ser humano, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros”(Gn 1, 27). Assim, como ser social que é, o ser humano tem necessidade de viver em relação com o outro.

O termo *pessoa*, não é utilizado na Bíblia Sagrada. No entanto, o ser humano é descrito através de uma tríplice relação: *Deus, mundo e tu humano*. Esta tríplice relação faz do ser humano bíblico um ser relacional, pelo que a ideia de pessoa tem deveras a ver com o relacionamento.

A dimensão relacional é descrita através da expressão bíblica “imagem de Deus” (Gn 1, 28). A noção de imagem remete para o conceito relacional, no qual a relação do ser humano com Deus é baseada na competência relacional e na originalidade. Deus aparece como um ser próximo, como a segunda pessoa da relação e não como um outro. Assim, a esta relação entre Deus e o ser humano, pode-se aplicar a lógica *tu-eu*, isto é, “O *tu* não é o *eu*, mas tão pouco é o outro; é uma parte real do *eu* na comunhão do *nós*. O *eu* não se afirma

⁴⁵ Carl ROGERS, *Tornar-se pessoa*, Editora Moraes, Lisboa, 1985⁷, 43.

⁴⁶ Alessandro TAVARES ALVES, José Luiz IZIDORO, O homem como pessoa e ser de relação, in *CES Revista*, 28, 1 (2014) 118-128, disponível em http://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/65/pdf_7, consultado em 04-04-2016.

⁴⁷ Tomás MELENDO, *Metafísica da realidade*, Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência, São Paulo 2002, 25, disponível em <http://videeditorial.com.br/metafisica-da-realidade-as-relacoes-entre-filosofia-e-vida>, consultado em 20-03-2016

negando o *tu* amado - ou odiado, mas abraçando-o, ou recusando-o, na simbiose de uma existência dialogalmente partilhada”⁴⁸.

Enquanto ser de relação, a personalidade inerente de cada ser humano, fundamenta-se na sua relação com Deus, “só um ser pessoal por excelência pode conferir pessoalidade à sua criatura, e confere-a, de facto, quando é percebido como o *tu* dessa criatura”⁴⁹. Esta é a única relação que envolve essa propriedade individualizante, na qual também deverá estar sempre presente a reciprocidade relacional que permitirá a criação divina da pessoa.

Ao criar o ser humano, Deus cria um *tu* que chama pelo nome próprio, como um ser consciente do diálogo interpessoal e apto a responder por si próprio, permitindo relações interpessoais e de sociabilidade essenciais do ser humano. O ser humano é “pessoa pela sua origem através de Deus e a relação do ser humano/Deus, é a base de todas as outras relações, ou seja, as relações do ser humano com os outros são a manifestação da nossa relação com Deus”⁵⁰.

Portanto, o diálogo do ser humano com o seu semelhante cria uma relação e uma particularização relacional a Deus. A dimensão dialógica com o *tu* divino realiza-se iniludivelmente no diálogo com o *tu humano*. A relação interpessoal é a prova de que o ser humano responde carinhosamente a Deus, uma vez que o diálogo com o *tu* divino se realiza através do diálogo com o *tu humano*. A relação do ser humano com Deus implica a intercessão da imagem de Deus, isto é, o outro. Quem adora e respeita esta imagem, mesmo não a identificando claramente, respeita Deus.

1.4. *Relação de Deus com a pessoa*

O ser humano “é imagem de Deus, porque é pessoa. Pela sua dignidade diferencia-se de todo os outros seres. O ser humano desfruta da imitação e pela participação do divino, de uma transcendência que o leva ao diálogo pessoal com Deus”⁵¹. A mais profunda relação de Deus com a pessoa é a relação de amizade e de amor. Deus quer que o ser humano seja parecido com ele. Tal como é referido na Bíblia “disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. E criou Deus o homem à sua imagem, à imagem que Deus o criou” (Gn 1, 26-27).

⁴⁸ Juan Luis Ruiz DE LA PEÑA, *Imagen de Dios*, Graf, S.A., Bilbao, 1988, 176.

⁴⁹ *Ibidem*, 178.

⁵⁰ Luis LADARIA, *Antropologia teologica*, Gregorian & Biblical Press, Roma, 2011, 58.

⁵¹ Doigini TETTAMANZI, *El hombre imagen de Dios*, Editora Daverio, Salamanca, 1978, 48-49.

Face ao exposto, é possível referir que o ser humano é construído à imagem e semelhança de Deus, semelhança que é baseada no amor. Neste âmbito, o evangelista Marcos escreve, “Amarás, ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento, e amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mc 12, 30-31). Este grande mandamento integra a realidade tridimensional da existência humana. Procura-se assim, descobrir o caminho que leva a Deus, como a grande aventura humana e a experiência da redenção. Tal é mencionado na Enciclopédia do Cristianismo,

O pensamento bíblico não se preocupa em definir a essência do homem e em analisar os seus elementos constitutivos: o seu interesse fundamental é o de salientar a relação que liga o homem a Deus. Na bíblia, a situação do homem diante de Deus é determinada pela nova aliança, por uma relação de comunhão e de amor. O homem é aquele a quem Deus revela o sentido da sua existência⁵².

Pela sua própria natureza, o colóquio entre Deus e o ser humano reveste-se de peculiaridades que o diferenciam de qualquer outro. O Papa Paulo VI, na Constituição Dogmática, declara que através da Revelação, Deus comunica ao ser humano, a intimidade do seu ser, a sua vida, para dar-lhe a salvação. “A verdade profunda, tanto a respeito de Deus como a respeito da salvação dos homens, manifesta-se-nos, por esta revelação, em Cristo, que é, simultaneamente, o mediador e a plenitude de toda a revelação”⁵³. A Revelação é um diálogo entre amigos, é uma relação que toma como modelo o cume de toda a relação humana: amor e amizade. Diz José Eduardo Borges de Pinho, ninguém se dá à fé em si mesmo, antes recebe-a da comunidade daqueles que acreditam antes dele e lhe testemunharam a experiência de Deus vivida na própria história de fé. Chega-se à fé através de uma mediação comunitária, nas inúmeras formas em que tal pode suceder: Família, relação com os outros, comunidade cristã, sinais deixados por pessoas que nem sequer conhecemos⁵⁴.

A Revelação é um dom, um grande presente de Deus à humanidade, fruto da sua benevolência. “Deus manifesta-se desde o princípio aos nossos primeiros pais, Adão e Eva, e convida-os a uma comunhão íntima com Ele”⁵⁵. Deus vai por iniciativa própria, comunicar-se a si mesmo aos homens ao longo dos séculos também a Abraão, passando por Moisés, os profetas e os sábios.

⁵² ENCICLOPÉDIA DO CRISTIANISMO, *Verbo*, Editorial Verbo, Lisboa, 2004, 410.

⁵³ CONCILIO VATICANO II, Constituição Dogmática *Dei Verbum* (18 de novembro de 1965) in AAS 58 (1966) 817-836.

⁵⁴ José Eduardo BORGES DE PINHO, et al, *A fé da Igreja*, Paulus Editora, Lisboa, 2014, 190.

⁵⁵ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 54-58.

Deus escolhe Abrão chamando-o a deixar a sua terra para fazer dele “o pai duma multidão de povos” (*Gn* 17, 5), e promete abençoar nele “todas as nações da terra” (*Gn* 12, 3). Os descendentes de Abraão serão o povo eleito, os depositários das promessas divinas feitas aos patriarcas. Deus forma Israel como seu povo salvando-o da escravidão do Egito; conclui com ele a Aliança do Sinai, e dá-lhe a sua Lei, por meio de Moisés. Os profetas anunciam uma redenção radical do povo e uma salvação que incluirá todas as nações numa Aliança nova e eterna, que será gravada nos corações. Do povo de Israel, da descendência do rei David, nascerá o Messias: Jesus”⁵⁶.

Refletindo sobre esta passagem bíblica referida no Antigo Testamento, por volta de 1850 antes de Cristo, Abraão, era um profeta, conhecido antes por Abrão que se apresenta como sendo o primeiro a acreditar em Deus verdadeiro, mesmo sem o ter visto, ouvindo apenas a sua voz. Abraão fez uma aliança com Deus e, assim, tinha como missão levar o anúncio, ou seja, a Revelação ao povo inteiro. Deste modo, a fé é “a resposta a uma Palavra que interpela, pessoalmente, a um *Tu* que nos chama pelo nome”⁵⁷. Abrão morava em Harã, juntamente com a sua esposa Sara, até que, um dia Deus lhe pediu que deixasse a sua terra e fosse para o lugar que Ele próprio lhe indicaria. Deus prometeu-lhe: “os seus descendentes serão muito numerosos e formarão uma grande nação” (*Gn* 26, 4). Abrão obedeceu a Deus e partiu com a sua mulher e o seu sobrinho, Lot. Deus prometeu a Abrão que a sua descendência seria tão abundante quanto as estrelas do céu e a Bíblia confirma que todos os que crêem no Deus único fazem parte desta descendência de Abrão.

Tempos depois, Deus colocou a fé de Abrão à prova. Pediu que sacrificasse o seu filho Isac, ainda criança, deixando Abrão muito abalado. Mesmo assim, foi fiel a Deus e não negou o seu filho único. Quando Abrão estava prestes a sacrificá-lo ouviu uma voz que dizia: “Não, Abrão, espera. Não faças nada contra o teu filho. Agora sei que és realmente fiel e obediente”. Assim, Abrão, passou a chamar-se Abraão, tornando-se o pai da fé, pois em tudo acreditava e confiava em Deus.

O povo de Israel faz a experiência da presença de Deus, como libertador e salvador. No século XIII antes de Cristo, aquando da escravatura dos israelitas, pelos faraós do Egito, graças a Moisés, o povo é libertado, conseguindo sair do Egito e caminhar em direção à

⁵⁶ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 59-72.

⁵⁷ FRANCISCO, Carta Encíclica, *Lumen Fidei*, (29 de junho de 2013) in *AAS* 105 (2013) 555-596.

liberdade na Terra Prometida (Êxodo). Esta libertação “é atribuída à presença de Deus, que ama, une e liberta o povo”⁵⁸.

Num código bíblico sobre o tipo de linguagem usada por Deus para se comunicar aos homens, aparece a expressividade, “em virtude desta Revelação, Deus invisível no seu imenso amor fala aos homens como a amigos”⁵⁹. Os textos bíblicos citados para esta afirmação são sobretudo, “o Senhor falava como Moisés face a face como alguém que fala ao seu amigo” (Ex 33, 11) e “Vós sois meus amigos. Não mais vos chamo servos, mas chamo-vos de amigos” (Jo 15, 14-15), Deus “quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade” (1Tm 2, 4), isto é, de Jesus Cristo. Por isso, é necessário que Cristo seja anunciado a todos os homens, segundo o seu mandamento, «Ide e ensinai todos os povos» (Mt 28, 19).

Revelando-se, Deus utiliza, então, a linguagem do amor e da amizade na relação com os seres humanos para conversar com eles. O objeto da Revelação é “a vida eterna” que no princípio estava junto de Deus e que, na plenitude dos tempos, “se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1,14). A Vida, a Palavra, a Luz, querem significar a mesma coisa, o próprio Deus que se abre aos homens e mulheres e se oferece a eles como a vida e a verdade plenas.

A finalidade da Revelação é expressa pela *Dei Verbum* 1 em termos de “comunhão” com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo. Deus revela-se para convidar os homens e mulheres a uma comunhão de vida. Todos são chamados a entrar na vida de Deus oferecida em Jesus Cristo. Isto expressa-se de modo concreto na Igreja (1Jo 1, 3), sinal visível e eficaz da comunhão das pessoas entre si e com Deus.

A Revelação, portanto, designa todo o processo de comunicação de Deus que vem ao encontro da humanidade, por meio de palavras e ações, desde a Criação até a Encarnação do seu Filho.

A Tradição Apostólica é a transmissão da mensagem de Cristo, realizada desde as origens do cristianismo, mediante a “pregação, o testemunho, as instituições, o culto, os escritos inspirados”⁶⁰. Neste sentido, a divulgação da mensagem de Deus ao homem realiza-se de duas maneiras: mediante a transmissão viva da Sua Palavra, chamada também a Tradição e através da Sagrada Escritura que é o próprio anúncio da salvação transmitido por escrito.

⁵⁸ MANUAL DE EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA CATÓLICA, 7º ano, *Quero saber*, Fundação SNEC, Lisboa, 2015, 16.

⁵⁹ CONCILIO VATICANO II, Constituição Dogmática *Dei Verbum*, (18 de novembro de 1965) in AAS 58 (1966) 817-836.

⁶⁰ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 75-98.

Esta ideia é corroborada pelo Papa Paulo VI, na Constituição Dogmática *Dei Verbum*, quando menciona que

Deus na sua bondade e sabedoria, revela-se a Si mesmo e dá a conhecer o mistério da sua vontade (Ef. 1,9), segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e tornam-se participantes da natureza divina (Ef 2, 18; 2 Ped 1, 4). Em virtude desta revelação, Deus invisível (Col 1, 15; 1 Tim 1, 17), fala aos homens como amigos (Ex 33, 11) e convive com eles para os convidar e admitir à comunhão com Ele (Jo 15, 14-15)⁶¹.

O desejo de Deus está inscrito no coração do ser humano, porque ele foi criado por Deus e para Deus, e Deus não cessa de atrair o ser humano até si, e só em Deus, o ser humano encontrará a verdade e a felicidade que não cessa de procurar. Sem dúvida que a revelação que Deus faz de si mesmo, falando a cada pessoa por sua iniciativa, é o acontecimento central de onde brota a confiança, a fé e o amor ao Pai.

Na história do Antigo e Novo Testamentos, o Pai, o Filho e o Espírito Santo manifestam-se como um Deus que nos trata como um amor de infinita misericórdia. Logo, a Revelação é um encontro de comunhão entre Deus e o ser humano. Para melhor se entender o sentido da Revelação deve haver fé. Não é um acontecimento abstrato ou teórico de uma verdade revelada, mas sim uma realidade experimental de um encontro entre duas pessoas distintas, que se conhecem e se amam.

No Antigo Testamento, através da Revelação de Jesus e do mistério de Deus, este é visto como único, que é essencialmente amor e Pai, Filho e Espírito Santo. Jesus revela a bondade misteriosa de Deus, pai de todos os homens e que os salva.

Portanto, é em Jesus Cristo que Deus levou a plenitude da sua Revelação aos seres humanos. Logo Cristo é a palavra de Deus em pessoa, ou seja, n'Ele, Deus deixa transparecer o mais íntimo do seu mistério escondido. Assim, revela-se ao homem como um grande e poderoso Deus. Dado que ele também se revela como um Deus cheio de misericórdia, amor e compaixão. Amá-lo, cria, em cada um, adoração, distância e proximidade, respeito e intimidade.

⁶¹ CONCILIO VATICANO II, Constituição Dogmática *Dei Verbum*, (18 de novembro de 1965) in AAS 58 (1966) 817-836.

2. Direitos humanos para a humanização

De acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa*, Direitos Humanos são os “direitos considerados inerentes ao ser humano, independentemente da sua etnia, sexo, idade e religião”⁶². Os Direitos Humanos são uma noção, segundo a qual, todo o ser humano possui direitos universais, inalienáveis, qualquer que seja o direito em vigor no Estado ou no grupo de Estados onde se encontre, quaisquer que sejam os costumes a nível local, ligados à etnia, à nacionalidade ou à religião.

Os Direitos Humanos são os direitos e liberdades fundamentais, referem-se aos direitos do homem enquanto ser social, isto é, são direitos inerentes a toda e qualquer pessoa. Todo o ser humano tem direito a uma dignidade. Os direitos humanos exortam o reconhecimento e a atenção pela dignidade própria, o reconhecimento dos valores e a base de que se está protegido de qualquer injustiça que viola a dignidade do ser homem.

2.1. Os direitos humanos e a sua trajetória

Os Direitos Humanos definem e consagram, em termos jurídicos, a liberdade do indivíduo. São o fruto de um longo caminho, de vários séculos.

O ser humano sempre procurou regulamentar as suas relações com o outro e os fundamentos dessas regras sempre foram tema para discussão. Alguns acreditam que são regras estabelecidas pelo ser humano, outros referem que são regras provenientes da vontade divina. “É verdade que os Direitos Humanos têm por fundamentos valores essenciais, intrinsecamente inerentes a todos e a todas as culturas, mas aparecem de forma distinta nas civilizações que têm concepções muito diferentes”⁶³.

Fazendo referência ao povo ocidental, pode se dizer que os Direitos Humanos nascem em 1948, após a saída da guerra, com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Este documento pressupôs um trabalho árduo de mais de dois anos e teve a sua origem em Franklin Roosevelt, que tinha a ambição de escrever para os povos do mundo. Após o seu falecimento, foi Eleanor Roosevelt quem retomou esse objetivo e conduziu a uma reflexão sobre os Direitos Humanos no seio das Nações Unidas. Várias comissões foram

⁶² *Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico*, 2003-2016, disponível em <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/direito>, consultado em 20/04/2016.

⁶³ Joseph YACOUB, *Réécrire la Déclaration des droits de l'Homme*, éditions Desclée de Brouwer, Paris, 1998, 11.

criadas e, pouco a pouco, nasceu a ideia da declaração, propriamente dita. Este propósito tinha duas vertentes: uma pretendia ser uma convenção com uma força normativa, outra tinha a ver com a obtenção de uma declaração com força moral para servir de instrumento pedagógico.

A declaração estabelece uma base fundadora para a visão do mundo de uma determinada sociedade e faz com que os seus membros adiram a essa visão. Assim, são enumerados uma série de valores e princípios que regem as relações entre as pessoas. Pelo ensino e pela educação, as pessoas são levadas a desenvolver o respeito pelos direitos e liberdades. Assim, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral como

ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, mediante medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efectivos, tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.⁶⁴

Os Direitos Humanos não são simples conceitos abstratos, existem quer nas ciências políticas e jurídicas, na filosofia, quer internacionalmente, com os Tratados, as Convenções e Declarações Diversas, pelas instituições, como a Organização da Nações Unidas. Os direitos humanos existem e têm um impacto real na maior parte dos países do mundo, mesmo que a Europa esteja mais no cimo, nesta vertente.

Neste domínio, tem de se ter em conta duas grandes vertentes nos Direitos Humanos: uma que pressupõe a não-intervenção do Estado, como os direitos de expressão, opinião, pensamento, e outros como o direito ao voto. Outros são direitos mais coletivos: direito à educação, à segurança, entre outras.

O importante a reter é que os Direitos Humanos se baseiam no respeito do indivíduo. O princípio fundamental é que uma pessoa é um ser moral e racional que merece ser tratado com dignidade. Fala-se de na Declaração Universal dos Direitos Humanos, dado que são universais e se aplicam a todos, pouco importa quem seja ou onde vive.

Assim, a maior parte das pessoas, quando convidadas a referir os direitos, apenas enunciam os direitos como o de religião ou de expressão ou um ou outro mais. Claro que são

⁶⁴ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, disponível em <http://www.fpce.up.pt/>, consultado em 20-04-2016.

direitos importantes, mas a aplicação dos Direitos Humanos é muito mais vasta. São direitos de educar os filhos, direitos de viajar em todo o lado, direitos de encontrar um trabalho, até mesmo o direito ao lazer.

No passado, os Direitos Humanos não existiam. A Declaração acima referida é um documento de atualidade que foi agora aceite como um contrato entre os governos e os povos no mundo inteiro.

2.2. A humanização à luz dos Direitos Humanos

Pode-se referir que a humanidade emerge de três trindades: a trindade indivíduo-sociedade-espécie, a trindade cérebro-cultura-espírito e a trindade razão-afetos-impulsos. Segundo Edgar Morin estas trindades “são inseparáveis e levam-nos a aceder à complexidade do ser humano”⁶⁵. O processo de humanização é um processo de evolução social e cultural da pessoa, em que existem diferentes visões normativas ou universalistas do ser humano. As guerras civis, económicas, de civilização são formas violentas de regulação das diferenças. A construção de um direito internacional partindo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, completado pela declaração universal da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura em 2002, afirmando o facto de que cada indivíduo deve reconhecer não somente a alteridade sob todas as suas formas, mas também a pluralidade da sua identidade no seio de sociedade também ela plural. É assim que pode ser preservada a diversidade cultural, como processo evolutivo e capacidades de expressão, criação e inovação.

Não há direitos que não sejam deveres. O *Compêndio Social da Igreja* lembra o valor dos direitos humanos, mas também os deveres e a sua complementaridade, “indissolavelmente unidos, em primeiro lugar na pessoa humana que é o seu sujeito titular”⁶⁶.

Assim, a humanização é um projeto de sociedade que procura uma relação de qualidade entre os homens. É uma forma de reconhecer e afirmar uma alteridade. Pretende-se ter a ambição de civilizar o mundo, melhorar a natureza humana, as situações de trabalho, de saúde.

Será que ensinar os Direitos Humanos é suficiente para humanizar o ser humano?

⁶⁵ Edgar MORIN, L'Humanité de l'humanité, in *La méthode*, 5, 1, (2001), disponível em http://www.scienceshumaines.com/la-methode-vol-5-1-humanite-de-l-humanite-t-1-1-identite-humaine_fr_2181.html, retirado no dia 20-04-2016.

⁶⁶ CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Editora, Principia, Cascais, 2005, nº 156.

Não é necessário descobrir a emergência progressiva dos Direitos Humanos na história, ter uma ideia clara dos mecanismos jurídicos internacionais, ter analisado os textos fundadores. Não é o conhecimento de todos estes elementos que leva diretamente a uma modificação dos comportamentos do dia-a-dia. O processo de ensino deve ser seguido da educação e, neste sentido, fomentar a preservação e o desenvolvimento dos valores comuns, bem como favorecer o respeito pela diversidade das diferentes culturas e tradições. Tem de se trazer os conhecimentos, mas também apoiar nos jovens as atitudes e comportamentos que traduzem concretamente o respeito por estes princípios. E, de forma concreta, ou seja, para infletir realmente as mentalidades e as formas de ser das crianças e jovens, a educação só se pode fazer pelos acontecimentos da vida quotidiana, na ligação entre eles e os adultos. Tal é sugerido pelo Conselho da Europa (1985) em “O Ensino e aprendizagem dos direitos do homem nas escolas”. Isto porque os Direitos Humanos pressupõem uma prática social e, por isso, devem ser observados no trabalho, na escola, muito mais fortemente do que nos livros. Só dessa forma, descobrirão o exercício dos direitos e deveres mútuos, na relação com o outro, na resolução de conflitos nos quais estejam envolvidos, na forma como se podem ou não exprimir. Toda a comunidade humana tem direitos e deveres que devem ser respeitados, e os governos, instituições privadas e movimentos sociais de cada nação têm a responsabilidade de fazerem cumprir esses mesmos direitos e deveres.

Todos os que, de uma forma ou de outra, (pais, professores) se preocupam em partilhar conhecimentos sobre os Direitos Humanos com os jovens, estão cientes que não é só preciso ensinar ou educar. É necessário mostrar os valores na missão de educador. É preciso mostrar o respeito e não só explicá-lo. Em suma, se se pretende educar eficazmente para os Direitos Humanos, é preciso ilustrá-los, tendo por base os deveres associados, com comportamentos e atitudes.

2.3. Direitos e deveres na perspectiva da Igreja Católica

A expansão dos Direitos Humanos, a partir do fim do século XVIII e durante quase dois séculos, fez-se sem o contributo da Igreja Católica. A razão é clara: os responsáveis da Igreja da época tinham a convicção que acordar ao Homem os seus direitos significava retirar a Deus os seus direitos. A Igreja sempre esteve pelos Direitos de Deus contra as pretensões do homem. Perante Deus, o homem só tinha deveres.

Foi o Papa João XXIII que, com o Encíclica *Pacem in Terris* em 1963 e com o Concílio Vaticano II, nomeadamente com o texto da Declaração sobre a liberdade religiosa em 1965, permitiu uma viragem no ensino cristão sobre os Direitos Humanos. O conteúdo deste documento ensina que a pessoa é o centro de toda a relação com os outros homens. Apresenta três exigências básicas do seu tempo: a promoção económica e social das classes populares; o ingresso da mulher na vida público e o despertar dos povos para a emancipação.

A conquista social no reconhecimento dos Direitos Humanos está sujeita a permanente evolução e é considerada por João XXIII como um objetivo básico ao qual devem opor-se todos os povos e nações. A Encíclica *Pacem in Terris* considera a Declaração dos Direitos Humanos como um primeiro passo introdutório para o estabelecimento de uma constituição jurídica e política de todos os povos do mundo.

Este texto da Declaração sobre liberdade religiosa aparece como sendo um dos documentos mais importantes da Igreja Católica no que diz respeito aos Direitos Humanos. Afirma que a liberdade religiosa tem o seu fundamento na dignidade do ser humano que tem a sua origem na palavra de Deus. Desta forma, a Igreja, pelo Concílio, cria os Direitos Humanos a partir da Bíblia e da lei natural, tendo em conta que “Cada ser humano é pessoa, isto é, natureza dotada de inteligência e vontade livre. Por essa razão, possui em si mesmo direitos e deveres, que emanam direta e simultaneamente da sua própria natureza”⁶⁷.

João XXIII reconhece a legitimidade de Direitos Humanos: pessoais ou coletivos, económicos ou políticos. No seu texto, João XXIII enumera as diferentes categorias dos direitos humanos: são direitos e deveres universais, invioláveis e inalienáveis”⁶⁸. Baseia-os na lei divina inscrita no coração do homem e sobre o testemunho da sua consciência.

A *Gaudium et Spes* também faz referência aos Direitos Humanos, reconhecendo que “o homem contemporâneo caminha para o desenvolvimento pleno da sua personalidade”⁶⁹.

João Paulo II, na Encíclica *Redemptor Hominis*, publicada em 1979, dedica um capítulo ao tema dos Direitos Humanos situando-os numa dupla ótica: a da terra, ou seja, como Declaração que define uns direitos que correspondem ao homem pela sua dignidade; e a do espírito, critério fundamental que deve inspirar o bem comum.

No pensamento de João Paulo II relativo aos Direitos Humanos, podemos ressaltar alguns princípios fundamentais, nomeadamente, a dignidade da pessoa humana, fundamento dos direitos do homem; a primazia da pessoa, e, portanto dos seus direitos em todo o sistema

⁶⁷ JOÃO XXIII, Encíclica *Pacem in Terris*, (11 de abril de 1963) in AAS 55, (1963), 257-304.

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (31 de novembro de 2013) in AAS 105 (2013) 1019-1137.

ou programa político; o respeito pelos direitos do homem, fundamento da legitimidade do poder e o respeito dos direitos do homem, a base da paz, da justiça e do princípio da existência da Igreja.

Para que os direitos humanos sejam reconhecidos e incorporados na legislação de cada país, João Paulo II propõe alguns princípios. Assim, defende que os Direitos Humanos devem impulsionar e orientar o esforço da humanidade pelo bem do homem; devem ser o critério que inspire a concepção e desenvolvimento dos programas e o fundamento onde assentam todos os sistemas. Assim, o Estado, enquanto comunidade política, deve possibilitar a participação moral da sociedade ou do povo e não impor o poder na vida pública, uma vez que o bem comum só se realiza plenamente quando os cidadãos estão seguros dos seus direitos. O respeito pelos direitos humanos é muito importante na justiça social, tornando-se uma forma de verificação essencial na vida dos organismos políticos⁷⁰.

João Paulo II dedica uma grande atenção ao tema da liberdade religiosa, que considera como um direito fundamental e a base de todos os outros direitos. Assim, com João Paulo II, os direitos do homem tornam-se o centro do ensinamento da Igreja em matéria social e política. Na sua Carta Encíclica *Redemptor Hominis*, João Paulo II escreve que “os direitos objetivos e invioláveis do Homem estão ligados de forma estreita à missão da Igreja no mundo contemporâneo”⁷¹.

A Igreja afirma que, para conhecer o homem, o homem verdadeiro e o homem forma inteira, é preciso conhecer Deus, como referia Paulo VI. A fé cristã é um chamamento ao desenvolvimento pessoal e à solidariedade universal, ao compromisso mais ativo em favor de todos os que são vítimas de opressão e exploração.

Atualmente, pelo mundo fora, muitos cristãos comprometem-se, muitas vezes, pondo a vida em risco, na defesa e promoção dos Direitos Humanos. Estando consciente que Deus garante os Direitos Humanos, cada cristão deve abrir o Evangelho à página do Homem.

3. Educar para a cidadania

Tendo em conta que educar para a cidadania visa formar pessoas que respeitem os direitos e deveres, de modo a interagir de forma positiva na sociedade, neste ponto, pretende-

⁷⁰ João Paulo II, Carta Encíclica *Redemptor Hominis* (4 de março de 1979) in AAS 70, (1979), 257-324.

⁷¹ *Ibidem*.

se abordar os objetivos da educação para o século XXI. A família e a escola devem ser um fator de inclusão e de coesão social. Neste sentido, os meios escolar e familiar validam a educação para os valores, por um lado, numa escola plural da era do global ao responder aos dilemas éticos e sociais que urgem diante de nós, e por outro lado, em todos os valores familiares, promotores de uma civilidade digna.

Ao falar-se de educação para a cidadania, fala-se no contributo para a formação de pessoas responsáveis, solidárias, autónomas, que conhecem e executam os seus direitos e deveres no respeito pelos outros, com espírito democrático, crítico e criativo. Este contributo, tanto na família, como na escola, é agente facilitador para a educação.

A educação vai muito para além do direito capital do ser humano. Educar, na escola, é, essencialmente, um modo de desenvolver a paz e o respeito pelos Direitos Humanos, isto é, não basta conhecê-los, é fundamental reconhecer-lhes importância, saber aplicá-los e defendê-los em situações concretas que possam ocorrer no quotidiano.

Nesta perspetiva, Vital Moreira afirma que

a Educação para os Direitos Humanos é mais do que o mero conhecimento de um conjunto de regras e de princípios. Também se refere à atitude, ao comportamento e à mudança de atitude e do comportamento. As pessoas devem ter não apenas um conhecimento genérico do que são os direitos humanos, mas também lhes deve ser mostrado como estes direitos são importantes para elas e como podem aplicá-los e defendê-los nas suas vidas diárias e no seu trabalho⁷².

Assim, escola e família tendem a adotar estratégias para formar para *ser*.

O ano de 1993, com a Conferência Mundial de Direitos Humanos, transformou-se num marco na educação para os Direitos Humanos. Esta entende as atividades de formação, divulgação e informação destinadas a “fomentar uma cultura universal de Direitos Humanos através da difusão de conhecimentos e competências e da mudança de atitudes”⁷³, com os seguintes objetivos:

Reforçar o respeito dos Direitos Humanos e liberdades fundamentais;
Desenvolver em pleno a personalidade humana e o sentido da sua dignidade;

⁷² Vital MOREIRA, Carla DE MARCELINO GOMES (Coordenação), *Compreender os direitos humanos*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, 14.

⁷³ Robinson MARY, *Direitos Humanos - Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos 1995|2004*, Nações Unidas, 52.

Promover a compreensão, tolerância, igualdade entre os sexos e amizade entre todas as nações, povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos;
Possibilitar a todas as pessoas uma participação efetiva numa sociedade livre;
Estimular as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz⁷⁴.

O direito à educação é fundamentado no artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando refere que “toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais”⁷⁵. Procura-se perceber o significado, o enquadramento e as implicações do direito à educação para todos e para cada um, hoje. A escola apela ao compromisso, promove o direito à educação, apadrinha um ação educativa inclusiva e harmoniza uma melhor formação pessoal e social do ser humano. Esta educação visa a necessidade para a fuga ao relativismo ético e moral, é, pois, uma tarefa da escola e de toda a comunidade educativa.

Segundo a Direção Geral da Educação, a escola

constitui um importante contexto para a aprendizagem e o exercício da cidadania e nela se refletem preocupações transversais à sociedade, que envolvem diferentes dimensões da educação para a cidadania, tais como: educação para os direitos humanos; educação ambiental/desenvolvimento sustentável; educação rodoviária; educação financeira; educação do consumidor; educação para o empreendedorismo; educação para a igualdade de género; educação intercultural; educação para o desenvolvimento; educação para a defesa e a segurança/educação para a paz; voluntariado; educação para os média; dimensão europeia da educação; educação para a saúde e a sexualidade⁷⁶.

Ao abordar o tema da educação, torna-se pertinente falar na família, como pioneira de uma educação pautada em direitos e deveres associados a uma boa educação com base nos valores. A família nasce e vive do amor. João Paulo II, na Exortação Apostólica *Familiaris consortio*, refere que à família é “confiada a missão de guardar, revelar e comunicar o amor, qual reflexo vivo e participação real do amor de Deus pela humanidade e do amor de Cristo

⁷⁴ Robinson MARY, *Direitos Humanos - Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos 1995|2004*, Nações Unidas, 54.

⁷⁵ Maria Alcina DE ALMEIDA (tradução), *O ensino dos Direitos Humanos*, Edição da Comissão para a Promoção dos direitos Humanos e Igualdade na Educação, Lisboa, 1991, 45.

⁷⁶ DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO, *Educação para a Cidadania - Linhas Orientadoras*, Lisboa, 2013, *Diário da República*, 1.ª série — N.º 172 — 5 de setembro de 2012, Lei n.º 51

pela Igreja, sua esposa”⁷⁷. A família recebe a graça necessária para testemunhar o amor de Deus e viver a comunhão.

É no seio familiar que a criança adquire valores, interioriza a cultura, as atitudes, as normas que a vão ajudar na vida em sociedade, definindo, deste modo, a sua personalidade. A família como comunidade de vida e de amor é, por excelência, a base fundamental da ação educativa. É portanto, considerada como um berço para a primeira educação. No ambiente familiar, educar é transmitir amor e afeto, é dar um talento e ensinar a criança a fazê-lo render, é prepará-la para se desenvolver de forma autêntica. Os valores como o amor, a fidelidade, o diálogo, o respeito, a educação não podem ficar esquecidos. O meio familiar é um espaço privilegiado, onde se devem desenvolver as relações interpessoais e a sociedade é, assim, o resultado do que são as famílias. É neste sentido que os valores na educação são importantes no desenvolvimento de cada personalidade, pelo que cada ser humano encontrará uma comunidade que educa para o desenvolvimento integral.

Contrariamente ao exposto, vive-se, atualmente, uma *crise de valores* em que a educação da família, de certa forma, é posta em causa. A vida passa a correr, as famílias vivem numa azáfama diária, uma correria e, por vezes, “esquecem-se” dos filhos e o lugar que deveria ser o berço da educação torna-se ausente de verdadeiros valores. Deixa-se que os filhos façam o que lhes apetece e não o que é melhor para eles. E onde fica a educação? Será que isto é educar?

A educação na família está baseada nos valores, permite que os filhos cresçam com capacidade de construir uma vida digna, com uma estrutura forte que lhes permita enfrentar os obstáculos, transmitindo atitudes exemplares, baseadas na justiça, no amor, na caridade e no perdão, ou seja, “Educar é partilhar e transmitir valores”⁷⁸.

Parece claro que uma educação que procura promover a cidadania, implica direitos mas também deveres, e antes de mais, o desenvolvimento de uma ética de responsabilidade, igualdade, respeito pelos outros, como irá ser abordado no próximo capítulo.

⁷⁷ JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, (22 de novembro de 1981) in AAS 74 (1982) 81-191.

⁷⁸ DEPARTAMENTO ARQUIDIOCESANO DE PASTORAL FAMILIAR, *A Família e os Valores*, Diário do Minho, Braga, 2013,32.

4. Síntese de transição

O primeiro capítulo deste relatório tem, como ponto de partida, o valor absoluto da pessoa, a sua relação com os outros e com Deus. Tendo em conta a necessidade da criação de Direitos Humanos, que apontam para toda uma linhagem subjacente a deveres inerentes à formação integral e digna de um verdadeiro cidadão, urge uma preocupação e uma necessidade em formar pessoas dotadas e conhecedoras dos seus direitos e deveres perante a sociedade atual.

A unidade existencial dos direitos humanos significa que o ser humano é único e irrepetível, o que concede a esses direitos um sinal de partida fundamental para a importância da educação para os valores. Depois de uma reflexão subordinada à humanização, e com base na construção e educação para a cidadania, torna-se pertinente abordar, no capítulo seguinte, a educação de determinados direitos, tais como o direito à liberdade, à igualdade e à fraternidade, em contexto educativo.

Ainda na sequência desta temática, a disciplina de EMRC, será um tema desenvolvido, tendo como preocupação primordial uma educação para os valores, passando pelos direitos e deveres dos alunos, fundados na fé da Igreja.

CAPÍTULO II – OS DIREITOS EM CONTEXTO EDUCATIVO

Este capítulo pretende demonstrar o valor da educação no desenvolvimento do ser humano enquanto cidadão, membro de uma sociedade. Como se verificou, no capítulo anterior, os Direitos Humanos estão diretamente relacionados com a construção da cidadania. Neste sentido, a formação do ser humano concretiza-se através da sua educação. Logo, apresenta-se a educação para os valores como necessária para a fuga ao relativismo ético e moral e como uma tarefa da escola e de toda a comunidade educativa.

Inicialmente, procura-se demonstrar e explicar, de forma breve, a tríade “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. No seguimento desta temática, pretende-se abordar e direcionar a educação para a liberdade e responsabilidade, face aos valores e atitudes dos alunos para a sua maturidade, no sentido de os encaminhar para a sua aceitação em contexto escolar e na construção de uma cidadania justa, postulada numa constituição verdadeiramente humana e de um mundo mais fraterno.

Coloca-se uma pergunta, *Educar (é) evangelizar?*, no intuito de saber se educar também poderá ser uma forma de evangelização, com base nas virtudes cristãs e nos valores de cada pessoa. Por fim, faz-se alusão ao aluno de EMRC, enquanto detentor de direitos perante todo o meio escolar envolvente, mas também dotado de deveres perante si mesmo, perante o outro e a sociedade em geral.

1. Direito à liberdade, igualdade e fraternidade

Consequência do *Século das Luzes*, emblemática do ideal democrático ocidental, a tríade “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” tornou-se, através da Revolução Francesa, a divisa oficial da república em 1848, antes de ser evocada, cem anos depois, no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”⁷⁹, ou seja, os objetivos fundamentais dos princípios dos direitos do homem são a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

⁷⁹ Maria Alcina DE ALMEIDA (tradução), O ensino dos Direitos Humanos, Edição da Comissão para a Promoção dos direitos Humanos e Igualdade na Educação, Lisboa, 1991, 40.

Presentemente, a expressão que tem um direito superior em sustentar a missão e o destino da Humanidade, a melhor dádiva do pensamento humano tradicional e atual, é a conceção dos Direitos Humanos. Estes visam, essencialmente, defender a dignidade humana de todas as pessoas. A igualdade essencial que caracteriza os Direitos humanos destaca a importância da solidariedade quando se disfruta desses direitos, uma solidariedade baseada na fraternidade entre os membros familiares e o dever de todos os seres humanos se comportarem fraternalmente uns com os outros.

Os princípios da igualdade e da não discriminação, bem como o princípio da igualdade perante a lei e o da igualdade da proteção contra toda a discriminação e contra qualquer incitamento à discriminação, são expressamente formulados na Declaração Universal dos Direitos do Homem. De acordo com os artigos 2º e 7º, todo e qualquer ser humano pode solicitar os direitos e as liberdades expressos nesta Declaração sem distinção “de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”⁸⁰, pois “Todos são iguais perante a lei”⁸¹, tendo, por isso, “direito a protecção igual contra qualquer discriminação”⁸². Assim, todos - homens, mulheres, crianças e jovens - devem conhecer, perceber e respeitar os seus direitos como algo importante para as suas aspirações futuras.

Pode-se, então, dizer que a liberdade se refere à liberdade de expressão, de pensamento, de opinião; a igualdade garante a proteção contra qualquer forma de discriminação e a fraternidade refere-se à convivência harmoniosa e cooperativa entre pessoas, comunidades. Logo, o conceito fraternidade resume todos os deveres do homem para com o outro, isto é, fraternidade significa dedicação, altruísmo, tolerância, benevolência, aproximando-se, assim, do conceito à noção de solidariedade, pela qual é muitas vezes substituída.

A fraternidade é uma forte ligação entre os indivíduos que inclui um reconhecimento recíproco e uma comunidade de valores, de tal forma que, atentar contra um, é atentar contra o outro. Um conceito como o crime à humanidade envolve a fraternidade dos homens. A fraternidade faz com o que o bem não seja de uma só pessoa, mas de todos.

Portanto, liberdade e igualdade veem muitas vezes a sua complementaridade destacada como se pudessem dispensar-se da associação com a fraternidade. Contudo, sem o respeito

⁸⁰ Maria Alcina DE ALMEIDA (tradução), O ensino dos Direitos Humanos, Edição da Comissão para a Promoção dos direitos Humanos e Igualdade na Educação, Lisboa, 1991, 40.

⁸¹ *Ibidem*, 41.

⁸² *Ibidem*.

pelos valores comuns que encontramos no outro, elas não são respeitadas e são simples figuras paradoxais de liberdade.

1.1. Educar para a liberdade e responsabilidade

A educação, na sua essência, estabelece uma íntima relação com a responsabilidade ética, uma vez que tem como objetivo principal ajudar as pessoas a crescer em dignidade, liberdade, direitos e deveres.

A liberdade de cada indivíduo, aspecto diferencial em que se fundamenta a dignidade do ser humano e a sua superioridade sobre os outros seres, impõe-se como um dado adquirido e fundamental em qualquer programa educativo, tanto em casa como na escola. Como foi referido anteriormente, a dignidade da pessoa implica a liberdade, como a capacidade de decidir por si mesmo o que deve fazer para alcançar o que quer ser, isto é, somos verdadeiramente livres quando assumimos as nossas decisões, quando fortalecemos a nossa independência e maturidade.

Quando se fala em educação, faz-se referência a valores, a algo importante que quer produzir no aluno, ou seja, à “liberdade de procurar e dizer a verdade”⁸³, enquanto “elemento essencial da comunicação humana”⁸⁴, nomeadamente “sobre a natureza e destino da pessoa humana, com respeito à sociedade e ao bem comum, com respeito à nossa relação com Deus”.⁸⁵ O processo educativo deve formar pessoas que tenham capacidades para interrogar sobre a realidade que as rodeia e sobre elas mesmas, bem como atitudes favoráveis para levar a cabo uma vida comum, baseada numa convivência saudável.

A educação é um processo que ajuda na aquisição da maturidade pessoal, através de diversos estímulos e em situações muito diferentes, de modo a facultar, às crianças e aos jovens, o livre desenvolvimento da sua capacidade na aquisição de conhecimentos, hábitos e habilidades, valores e atitudes que permitam o domínio sobre as suas próprias ações. Nesta perspetiva, é objetivo da educação garantir que cada discente se forme no esforço e na responsabilidade pessoal, desenvolvendo hábitos que reforcem a sua capacidade de decisão e lhe permitam exercer a sua liberdade.

Emmanuel Lévinas refere-se à liberdade como um “fator construído na responsabilidade pelo outro, num sentido de abertura, de cooperação, e de entreatura, isto é,

⁸³ Frase pronunciada pelo Papa João Paulo II, disponível em <http://www.rivalcir.com.br/frases/papajoaopaulo.html>, consultado no dia 07-04-2016.

⁸⁴ *Ibidem.*

⁸⁵ *Ibidem.*

uma vocação do próximo”⁸⁶. Nas relações humanas, o outro é um rosto que ordena, preocupa, que impõe, ou seja, que abana eticamente o eu e lhe exige responsabilidade. Tal como postula António Sikedum, segundo a opinião de Emmanuel Lévinas, educar para a liberdade e para a responsabilidade “significa sair do estado de indiferença frente às injustiças sofridas pelo Outro, questionar a espontaneidade da liberdade como princípio primordial da consciência moral e escutar a palavra que vem do Outro.”⁸⁷ A pessoa educada em liberdade procura a verdade e conhece a sua finalidade e o seu significado, ou seja, reconhece a liberdade como um bem fundamental e um direito fundamental de todo o ser humano.

O docente que ambiciona educar para a liberdade e para a responsabilidade deve observar e escutar os seus alunos com interesse, de modo a conhecer o que desperta a sua curiosidade, os seus interesses, os seus desejos, ou seja, coloca-se no lugar do outro e tenta compreender as suas opiniões. O professor deve, assim, ajudar os discentes a tomar as suas próprias decisões, a atuar em liberdade como um ser responsável.

Neste sentido, através da educação, o aluno será capaz de desenvolver as virtudes humanas que facilitam a convivência de acordo com critérios éticos de conduta livremente aceites, de modo coadunável com a dignidade pessoal, isto é, o aluno, educado para a liberdade e responsabilidade terá a capacidade de “Viver a liberdade é ser capaz de rejeitar o mal e procurar o bem: ter consciência de que se pertence à comunidade humana e aceitar que os outros são parte de nós mesmos, elementos essenciais à nossa realização pessoal”⁸⁸.

Portanto, é tarefa do docente ajudar a formar pessoas livres, capazes de assumir as exigências da fé e conscientes das suas responsabilidades de desenvolver ao máximo as suas próprias potencialidades. Só assim, serão capazes de decidir o seu projeto de vida pessoal, de aderir livremente aos valores, para cumprir os compromissos e aceitar as responsabilidades das decisões que tomam. Educar para a liberdade pressupõe ajudar a desenvolver um projeto de vida pessoal, de maneira a que os jovens aprendam a assumir o rumo da sua vida na direção certa, isto é, para a felicidade de uma vida plena.

Para concluir, segue um enxerto da homilia do Papa Francisco aos adolescentes no dia 24 de Abril de 2016 na Praça de São Pedro, em Roma:

Nestes anos de juventude, sentis também um grande *desejo de liberdade*. Muitos dir-vos-ão que ser livre significa fazer aquilo que se

⁸⁶ Emmanuel LÉVINAS, *Totalidade e infinito*, Edições 70, Lisboa, 73.

⁸⁷ Antonio SIKEDUM, “Emmanuel Levinas: Educação e interpelação ética”, in Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade (2013) Salvador, 22, 39, 85-94, disponível em <http://www.revistas.uneb.br/>, consultado em 08/04/2016.

⁸⁸ MANUAL DE EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA CATÓLICA, 8º ano, *Livres para amar*, Fundação SNEC, Lisboa, 2015, 3.

quer. Mas a isto é preciso saber dizer não. Se tu não sabes dizer não, não és livre. Livre é aquele que sabe dizer sim e sabe dizer não. A liberdade não é poder fazer sempre aquilo que me apetece: isto torna-nos fechados, distantes, impede-nos de ser amigos abertos e sinceros; não é verdade que, quando eu estou bem, tudo está bem. Não, não é verdade. Ao contrário, a liberdade é o dom de poder *escolher o bem*: esta é a liberdade. E é livre quem escolhe o bem, quem procura aquilo que agrada a Deus, ainda que custe; não é fácil. ... não tendes medo dos esforços, sois corajosos! Só com opções corajosas e fortes é que se realizam os sonhos maiores, os sonhos pelos quais vale a pena gastar a vida... A vossa felicidade não tem preço, nem se comercializa; não é uma "app" que se descarrega do telemóvel: nem a versão mais atualizada vos poderá ajudar a tornar-vos livres e grandes no amor⁸⁹.

1.2. Igualdade em contexto escolar

A sociedade de hoje tem experimentado, nos últimos anos, uma acumulação de mudanças em valores, atitudes e práticas, que se refletem nas abordagens da educação e da realidade escolar. Uma dessas alterações diz respeito ao reconhecimento da diversidade dos alunos, forçando a uma procura de alternativas didáticas no ensino e na prática da escola: a partir do reconhecimento explícito do direito de todos à educação e de que esta se desenvolve tendo em conta a igualdade de oportunidades, onde a diversidade é um valor enriquecedor e positivo para todos.

À escola compete educar através da diversidade e na diversidade, o que resulta numa maior qualidade e eficácia. A melhoria da qualidade de uma escola é alcançada com a oferta de respostas diversificadas e compreensivas, que se adaptem às necessidades dos alunos, os quais vão à escola para aprender e ser ensinados. Neste sentido, a escola deve adaptar-se às necessidades dos seus alunos, adaptar a educação à realidade atual em que vivemos, tendo como base a atenção e o respeito pela diversidade de todos os discentes, sem exceção, para, assim, alcançar a verdadeira igualdade e inclusão, a partir do conhecimento e da interação entre todos os alunos.

Proporcionar a igualdade a todos os alunos é oferecer um ensino de qualidade, que brinda as mesmas possibilidades a todos, independentemente das suas capacidades, das suas características físicas, do seu sexo, raça ou classe social. Neste contexto, olhamos para a escola como um espaço que proporciona respostas diferenciadas e ajustadas às necessidades dos alunos. Assim, a igualdade entende-se como uma confluência entre as diferenças dos

⁸⁹Cf. FRANCISCO, *Jubileu dos adolescentes*, Libreria Editrice Vaticana, Roma, 24 de abril 2016.

alunos e o respeito por essas diferenças, o qual se traduz em que todos tenham possibilidades de aprendizagem idênticas, embora não necessariamente as mesmas aprendizagens.

A heterogeneidade na sala de aula é um facto natural e óbvio que reflete a realidade social quotidiana. Esta heterogeneidade é muitas vezes entendida como um "incómodo" que é necessário dominar, corrigir ou, se possível, eliminar. A diversidade é uma realidade com a qual temos de viver na escola e fora dela, por isso, devemos entendê-la como um valor a melhorar e a promover, uma vez que é na diversidade que se encontra o respeito mútuo, a colaboração, o conhecimento, onde todos os membros de uma comunidade são dignos de consideração e estima. Nesta perspetiva, devemos estabelecer estratégias para promover uma escola para todos, onde reinam o respeito e a igualdade.

Portanto, enquanto via privilegiada de sociabilização, cabe à escola “promover a igualdade de oportunidades e educar para os valores do pluralismo e da igualdade entre homens e mulheres”.⁹⁰ Além disso, a escola deve fomentar uma igualdade baseada na uniformização, na interação e no diálogo entre os diferentes, pois só deste modo as diferenças e a diversidade serão reconhecidas e valorizadas. Como afirma Nelson Mandela “a igualdade social é a única base da felicidade humana”⁹¹.

1.3. Fraternidade numa perspetiva educativa

Depois de se ter abordado o tema da liberdade e a sua verdade como sendo um elemento essencial da comunicação humana, o seu destino, a sua relação com a sociedade e o bem comum, sem descorar a presença de Deus, far-se-á referência à fraternidade.

Inicialmente, o conceito de fraternidade, teve um cariz cristão, acabando implícito com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Neste contexto, referem-se as relações entre os seres humanos como uma reciprocidade, uma interação, pelo que a fraternidade se constitui, deste modo, como, mais do que um princípio ao lado da igualdade e da liberdade, aquele que os torna efetivos.

Como exposto anteriormente, o artigo nº 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos faz referência ao espírito de fraternidade, como sendo um resultado ou um dever perante os outros. Os direitos vigentes na declaração são uma referência histórica no conceito da fraternidade.

⁹⁰ Cf. DIREÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO, disponível em <http://www.dge.mec.pt/>, consultada em 13-04-2016.

⁹¹ Nelson MANDELA, 1970, disponível em <http://www.rocco.com.br/>, consultado em 13-04-2016.

Etimologicamente, a palavra *fraternidade*, tem origem no radical latino “Frater”, que significa *irmão*. “Fraternitate” é assim traduzida como, união, afeto, carinho, solidariedade e convivência como irmãos, parentesco entre irmãos, confraternização entre povos, amor ao próximo. É, assim, um conceito polissêmico do qual sobressai a ideia de consanguinidade, laços entre parentes que unem os membros de uma família.

O Papa Francisco, na sua mensagem para o dia Mundial da Paz, em 2014, faz referência à fraternidade como sendo,

uma dimensão essencial do homem, sendo ele um ser relacional. A consciência viva desta dimensão relacional leva-nos a ver e a tratar cada pessoa como uma verdadeira irmã e um verdadeiro irmão; sem tal consciência torna-se impossível a construção duma sociedade justa, duma paz firme e duradoura. E convém desde já lembrar que a fraternidade começa habitualmente no seio da família, graças sobretudo às funções responsáveis e complementares de todos os seus membros, especialmente do pai e da mãe. A família é a fonte de toda a fraternidade, sendo por isso mesmo também o fundamento e o caminho primário para a paz, já que, por vocação, deveria contagiar o mundo com o seu amor⁹².

No início da sua Encíclica *Caritas in Veritate*, o Papa Bento XVI desenvolve, como motivação, o tema da fraternidade, como sendo “universal”⁹³, pois a pessoa, ao ser criada por alguém que é trindade, traz consigo esta marca relacional que é comunhão para o desenvolvimento humano e integral num tempo de globalização e de crise, em que o facto de todos os seres humanos serem cada vez mais vizinhos nem por isso se tornam mais irmãos. O pensamento proposto por Bento XVI na sua Encíclica vem assumir a fraternidade enquanto valor, significa considerar os problemas do social como sendo radicalmente uma questão antropológica.

Numa perspetiva cristã, todos são verdadeiros irmãos, filhos de Deus Criador. Enquanto irmãos, e porque a mensagem principal revelada por Deus é o amor, segundo Bento XVI, “Todos os homens sentem o impulso interior para amar de maneira autêntica: amor e verdade nunca desaparecem de todo neles, porque são a vocação colocada por Deus no coração e na mente de cada homem”⁹⁴.

Afirma o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, no número quatro, que

⁹² MANUAL DE EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA CATÓLICA, 5º ano, Conta comigo, Fundação SNEC, Lisboa, 2015, 92.

⁹³ BENTO XVI, Carta encíclica in *Caritas in Veritate*, (29 de junho 2009) in AAS 101 (2009) 217-252.

⁹⁴ *Ibidem*.

“Ao descobrir-se amado por Deus, o homem compreende a própria dignidade transcendente, aprende a não se contentar de si e a encontrar o outro, numa rede de relações cada vez mais autenticamente humanas. Feitos novos pelo amor de Deus, os homens são capacitados a transformar as regras e a qualidade das relações, inclusive as estruturas sociais: são pessoas capazes de levar a paz onde há conflitos, de construir e cultivar relações fraternas onde há ódio, de buscar a justiça onde prevalece a exploração do Homem pelo Homem. Somente o amor é capaz de transformar de modo radical as relações que os seres humanos têm entre si. Inserido nesta perspectiva, todo o Homem de boa vontade pode entrever os vastos horizontes da justiça e do progresso humano na verdade e no bem”⁹⁵.

O valor da fraternidade brota, diariamente, nas mais diversas situações, tendo plena consciência de se pertencer à mesma família. Só assim se consegue conceber as relações humanas e se consegue encontrar no rosto dos outros a presença de uma irmã ou de um irmão que se relaciona e interage constantemente com o outro. Pela sua envolvimento no mundo, o ser humano cristão é fermento e pedra viva, capacitado pelo Espírito Santo para dar o seu contributo, criando condições favoráveis de uma experiência autêntica de fraternidade. Só na riqueza da relação com Deus será possível aos homens e às mulheres estabelecerem vínculos de afetividade, onde encontrarão o significado do amor ao próximo e o valor da fraternidade.

Neste sentido, a Igreja procura incentivar e fazer nascer em cada um o compromisso de ser verdadeiro cristão, na sua intervenção na vida social e pastoral à luz dos valores do Evangelho e dos seus conteúdos, da mesma forma, que o valor que lhes é dado e a sua vivência no dia a dia ajudam na “experiência da comunhão fraterna”⁹⁶ e na defesa do valor da dignidade da pessoa, “firmando a coesão da sociedade e dando à atividade diária do ser humano um sentido e um significado mais profundos”⁹⁷.

Na fé e no reconhecimento de que Deus é Pai há um chamamento feito a cada um, para ser semelhante ao Pai, pois fez-nos à sua imagem e semelhança, como já vimos anteriormente. Assim como um pai, Ele não faz nem distinção nem aceção dos filhos, dado que reconhece a cada ser humano a mesma dignidade de criaturas.

Em contexto educativo, a fraternidade está vinculada à solidariedade, ao dom e à gratuidade. Bento XVI refere, na Encíclica *Caritas in Veritate*, que “A gratuidade está presente na sua vida sob múltiplas formas, que frequentemente lhe passam despercebidas por

⁹⁵ CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Principia, Estoril, 2005, n.º 4.

⁹⁶ *Ibidem*, n.º 51.

⁹⁷ *Ibidem*.

causa duma visão meramente produtiva e utilitarista da existência”⁹⁸. O ser humano está feito para o dom, que “exprime e realiza a sua dimensão de transcendência”⁹⁹. Na vivência da fraternidade, torna-se fundamental educar para os valores e reconhecer o valor da dignidade humana, moldando o aluno e prepará-lo para uma vida em comunidade.

A EMRC responde “às necessidades resultantes da realidade social contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos incentivando na formação de cidadãos livres, responsáveis, autônomos e solidários, valorizando a dimensão humana do trabalho”¹⁰⁰. O uso da verdadeira fraternidade por parte dos alunos leva-os a afirmar-se na escola, com a comunidade escolar, identificando-se com generosidade, amizade, caridade, perdão, entreajuda, sem deixar de parte as diferenças e projetar-se num futuro de esperança e reconhecimento dos seus valores. Sem amor, não haverá fraternidade, pelo que o Evangelho, segundo S. Lucas, apresenta um magnífico ensinamento, um mandamento que vem resumir o valor da fraternidade: “Dou-vos um mandamento novo: amai-vos uns aos outros” (Jo 13, 34).

Face ao exposto, a fraternidade cristã e educativa não tem fronteiras, nem limites, apenas é vivida através de um amor incondicional e universal, por meio de atitudes dignas de um verdadeiro cidadão. “Somente o amor é capaz de transformar de modo radical as relações que os seres humanos estabelecem entre si”¹⁰¹. Isabel Varanda escreve em *Na noite mora a promessa* que “sem as redes de solidariedade e de fraternidade, dificilmente sobrevivemos”¹⁰². Sem amor não se pode viver, pois é a forma de alcançar, conhecer e valorizar as capacidades, vontades, liberdade e responsabilidade de cada ser humano.

2. Educar (é) evangelizar?

Para melhor se perceber se há relação entre “educar” e “evangelizar”, há que definir estes dois conceitos. No dicionário etimológico, *educar* deriva do “latim *educare, educere*, que significa literalmente “conduzir para fora” ou “direcionar para fora”¹⁰³. A expressão,

⁹⁸ BENTO XVI, Carta encíclica in *Caritas in Veritate*, (29 de junho 2009) in AAS 101 (2009) 217-252.

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO, Decreto lei, n.º 46, 48, de 14 de outubro de 1986, in Diário da República, 1.ª série, n.º 164.

¹⁰¹ CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, Compêndio da Doutrina Social da Igreja, Principia, Estoril, 2005, n.º 4.

¹⁰² Isabel VARANDA, *Na noite mora a promessa*, Ed. Paulinas, Prior Velho, 2014, 78.

¹⁰³ Dicionário etimológico, em <http://www.dicionarioetimologico.com.br/educar,tirado> no dia 13-04- 2016

direcionar para fora, era utilizada no sentido de preparar as pessoas para o mundo e a vida em sociedade, ou seja, “conduzi-las para fora” de si mesmas, mostrando as diferenças patentes no mundo”¹⁰⁴.

Jacques Delors define *educar* como “uma experiência social, em contacto com a qual a criança aprende a descobrir-se a si mesma, desenvolve as relações com os outros e adquire bases no campo do conhecimento e do saber-fazer”¹⁰⁵. Neste sentido, *educar* é transmitir valores que valorizam a vida e a vivência em sociedade, é conduzir à verdadeira humanidade, desenvolver faculdades, favorecer o desenvolvimento integral e a conquista da autonomia.

Segundo a Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé, “educar é uma tarefa fundamental da sociedade. Dela depende, decisivamente, o desenvolvimento harmonioso e integral das crianças, dos adolescentes e dos jovens, e a qualidade do progresso da sociedade”¹⁰⁶.

A palavra *evangelizar*, resultante do latim *evangelizāre*, refere-se ao ato de anunciar as virtudes cristãs e a fé de Jesus Cristo¹⁰⁷. Assim, a primeira referência à evangelização nasceu com o próprio Jesus Cristo, aquele que se encarrega de espalhar a palavra de Deus. Para dar continuidade ao anúncio, os discípulos continuaram essa árdua missão mesmo sendo ameaçada pela política e pelas guerras de conquista.

Segundo a *Evangelii Nuntiandi*, Exortação Apostólica, emitida em 1975 por Paulo VI, que aborda a questão da evangelização e afirma o papel de todo o cristão na difusão da religião católica¹⁰⁸, “evangelizar constitui, de facto, a graça e a vocação própria da Igreja, sua mais profunda identidade”¹⁰⁹. Logo, evangelizar é apresentar o Evangelho para que as pessoas e a sociedade recebam uma vida nova e a vivam na perspectiva dos valores do Evangelho.

Na *Evangelii Nuntiandi*, Paulo VI refere “o empenho em anunciar o Evangelho aos homens do nosso tempo, animados pela esperança mas ao mesmo tempo torturados muitas vezes pelo medo e pela angústia, é sem dúvida alguma serviço prestado à comunidade dos cristãos, bem como a toda humanidade”¹¹⁰.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

¹⁰⁵ Jacques DELORS, *Um tesouro a descobrir*, Asa, Porto, 1996⁵, 21.

¹⁰⁶ CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade*, Secretariado geral do Epscopado, Lisboa, 2006

¹⁰⁷ Cf. Conceito de evangelização - O que é, Definição e Significado disponível em <http://conceito.de/evangelizacao#ixzz45BdcvLhH>, consultado em 15-04-2016.

¹⁰⁸ FRANCISCO, Exortação Apostólica, *Evangelii Gaudium* (24 de novembro de 2013) in AAS 105 (2013) 1019-1037.

¹⁰⁹ PAULO VI, Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, (8 de dezembro de 1975) in AAS 68 (1976).

¹¹⁰ *Ibidem*.

Essa exortação de Paulo VI, considerando as propostas dos bispos, em 1974, tem como tema *A evangelização no mundo de hoje*. Trata-se de um documento que vem influenciando decisivamente a vida da Igreja até aos dias de hoje e que define *evangelização* “como um dever da Igreja”¹¹¹, ou seja, a evangelização “é mais do que uma instituição orgânica e hierárquica, é, antes de tudo, um povo que peregrina para Deus”¹¹².

Juan Ávila Estrada escreve sobre “O que significa evangelizar?”, definindo *evangelizar* como “dar a boa notícia”¹¹³, que é “o amor de Deus, um amor tão incondicional, tão absoluto, tão veraz como a cruz; um amor que não é simplesmente “pela humanidade”¹¹⁴. Como tal, é uma grande tarefa da Igreja, “fundada, enviada e sustentada pela força do Espírito Santo”¹¹⁵.

Evangelizar é dar as mãos a quem precisa, é transformar o coração e deixar-nos levar à experiência de uma vida nova. É acender uma luz a quem está nas trevas e não sabe o caminho certo a tomar. Neste sentido, Jesus diz: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida” (Jo 14, 6). Ele quer ser o nosso guia, o espelho da nossa caminhada, quer fazer parte integrante da nossa vida. Por conseguinte, a evangelização anuncia e transmite o amor de Deus na vida do ser humano e na sociedade através da adoração, da proclamação, do testemunho e do serviço. Isto, é evangelização e educação. Assim, o amor é também uma prática educativa que promove o bem estar e a integração de todas as pessoas. É um amor gratuito e desinteressado. Ele compromete o educador e o educando com a vida.

Paulo Freire declara que “não há educação sem amor”¹¹⁶. Assim, evangelizar e educar são caminhos do amor libertador, pois ele sustenta a evangelização e a educação. Nesta perspectiva, não se pode separar a evangelização da educação e a educação da evangelização, pois uma contribui ou complementa a outra. Se assim não fosse seria fragmentar a missão da Igreja. Quando se evangeliza, educa-se e quando se educa evangeliza-se, pois ambas focam a vida.

Muitos são aqueles que se preocupam em aprofundar esta missão, esta dualidade. Neste âmbito, decorreu uma ação de formação “Educar (é) Evangelizar?!”, promovida pelo Secretariado Nacional da Educação Cristã em parceria com a Associação Portuguesa das

¹¹¹ FRANCISCO, Exortação Apostólica, *Evangelii Gaudium*, (24 de novembro de 2013), in AAS 105 (2013), 1019-1037

¹¹² *Ibidem*.

¹¹³ *O que significa evangelizar?* (2013), disponível em <http://pt.aleteia.org/2013/11/19/o-que-significa-evangelizar/>, consultado no dia 15-04-2016.

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ Paulo FREIRE. *Educação e Mudança*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2007, 29

Escolas Católicas, no Centro Paulo VI, em Fátima, no dia 22 fevereiro 2016, a qual reuniu professores das escolas católicas para “pensarem juntos, rezarem e discernirem novos caminhos”¹¹⁷. A religiosa, conselheira-geral da Congregação das Irmãs de Santa Doroteia, referiu que “Como é um mundo em constante mudança, se os professores não estão aptos para apreender essa mudança, torna-se muito complicada a sua tarefa de educação”¹¹⁸. Esta temática está implícita em todas as escolas, sejam elas, públicas ou católicas. Neste sentido, o professor de EMRC, precisa de pôr todos os dias à prova a força do Evangelho pela forma como educa.

O Papa Francisco propõe um desafio na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, “olhar para a realidade sem medo e traçar caminhos”¹¹⁹. Para tal, é necessário saber educar sem pôr de parte a missão de evangelizar.

Face ao exposto, educar e evangelizar são, para uma consciência cristã, duas atividades inseparáveis, que estão interligadas e concebidas uma pela outra. Neste sentido, a educação e a evangelização são vistas como um serviço prestado a cada pessoa.

Far-se-á, nesta parte do relatório, uma apreciação do documento *Ad Gentes*, que de certo modo, está contida no interior da missão universal da Igreja. Este, é explicado num decreto que foi aprovado na véspera do encerramento do Concílio Vaticano II. Consiste na revelação e comunicação do amor de Deus a todos os homens e povos. É este o grande propósito da Igreja, transmitido pelos Apóstolos. Foram eles que, após o encontro com Jesus Cristo, tiveram a tarefa de difundir a palavra de Deus.

João Paulo II, em 1990, justifica o papel da Igreja nos dados da Sagrada Escritura. Relembra o mandato missionário dado por Jesus Cristo aos Apóstolos e pelo qual concluem todos os evangelistas: “todo o poder foi dado no céu e na terra. Ide, de todas as nações façam discípulos (...) e estarei presente para sempre até ao fim do mundo”¹²⁰ Realça continuamente a “dimensão universal da tarefa confiada aos Apóstolos”¹²¹. Segundo João Paulo II, esta missão, levada a cabo até os confins da terra, apresenta dois grandes aspectos, o caráter ilimitado e a dimensão da Salvação.

¹¹⁷ Educar (é) evangelizar!? disponível em <http://www.educris.com/v2/escolas-catolicas/5536-formacao-educar-e-evangelizar>, consultado no dia 15-04-2016.

¹¹⁸ Educar (é) evangelizar!? disponível em <http://www.educris.com/v2/escolas-catolicas/5536-formacao-educar-e-evangelizar>, consultado no dia 15-04-2016.

¹¹⁹ FRANCISCO, Exortação Apostólica, *Evangelii Gaudium* (24 de novembro de 2013) in AAS 105 (2013) 1019-1037.

¹²⁰ JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Redemptoris Missio* (7 de dezembro de 1990) in AAS 83 (1991) 249-528.

¹²¹ *Ibidem*.

No número 31 do capítulo IV, da Encíclica *Redemptoris Missio*, “Os imensos horizontes da missão *ad gentes*”¹²², o Papa afirma que a missão universal não conhece limites e diz respeito à salvação em toda a sua riqueza, segundo a plenitude da vida que o Cristo nos trouxe. A missão universal comporta dois aspetos. O primeiro é o facto de não ter limites. Esta característica da missão é o corolário obrigatório da universalidade da missão. Como refere João Paulo II sobre a missão *ad gentes*, esta não tem limites, dado o preceito universal do Cristo. Na Encíclica, não existe somente este dado universal, fala-se também na presença e na ação do Espírito como sendo universais, sem limites de espaço e tempo. A missão da Igreja não tem limites. O cuidado de anunciar o Evangelho na terra cabe aos evangelistas, aos bispos, aos padres, a todos a quem o Cristo atribuiu um mandato. Os bispos foram consagrados não só para uma diocese, mas também para a salvação do mundo inteiro. A missão é de todos que, em virtude do sacramento da Ordem, são chamados a partilhar esta solicitude da missão.

Os laicos, por sua vez, são todos os missionários após o batizado, como refere João Paulo II “A dignidade conferida no batizado torna-os participantes na função sacerdotal, profética e real de Cristo, daí que devam trabalhar para que a mensagem divina seja conhecida e recebida por todos os homens em toda a terra. Atribui-se um papel importante dos laicos na missão”¹²³.

Como já foi referido, esta missão não tem limites, mas para além disso diz respeito à Salvação. Este é outro aspeto da missão universal da Igreja. João Paulo II define a salvação como sendo “acreditar e acolher o mistério do Pai e do seu amor, que se manifesta e se dá em Jesus pelo Espírito”¹²⁴.

Neste sentido, fala-se de “uma missão de salvação «até aos confins da terra”¹²⁵. É neste contexto que se deve entender a missão *ad gentes*.

Esta missão, como referido na Encíclica *Redemptoris Missio*, mais uma vez, de João Paulo II, diz respeito “aos povos, aos grupos humanos, aos contextos socioculturais nos quais Cristo e o Evangelho não foram conhecidos, ou nos quais não há comunidades cristãs suficiente maduras para poder encarnar a fé ou anunciá-la a outros grupos”¹²⁶. A atividade *ad gentes* refere-se, deste modo, ao desconhecido, por assim dizer.

Assim, se afirma

¹²² *Ibidem*.

¹²³ JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Redemptoris Missio* (7 de dezembro de 1990) in AAS 83 (1991) 249-528.

¹²⁴ *Ibidem*.

¹²⁵ *Ibidem*.

¹²⁶ *Ibidem*.

Uma delas coincide com o terreno da missão Ad Gentes propriamente dita e ele (João Paulo II) caracteriza-a como sendo aquela situação do mundo à qual se dirige a actividade missionaria da Igreja a saber, feita de povos, grupos humanos, contextos sócio-culturais onde Cristo e o Seu Evangelho não é conhecido e onde faltam comunidades cristãs suficientemente amadurecidas para poderem encarnar a Fé no próprio ambiente e anunciá-la a outros grupos¹²⁷.

A missão é uma realidade global e complexa que se dirige aos “não cristãos”. Os destinatários desta missão são caracterizados por três elementos: não acreditam ainda em Cristo, a Igreja não está enraizada e a cultura não foi impregnada do Evangelho.

João Paulo II indica explicitamente as duas condições que permitem distinguir a missão *ad gentes* das outras formas de missão, ou seja, o anunciar o Evangelho e a existência de uma Igreja local estruturada. Esta missão pressupõe meios diversos, como o testemunho da vida cristã, o primeiro anúncio do Cristo Salvador, a conversão e o batismo que devem levar à criação de Igrejas locais, ao diálogo inter-religioso, à promoção do desenvolvimento humano, ao serviço para os pobres. Todas as formas de actividade missionária orientam-se em direcção ao primeiro anúncio do Cristo:

Na realidade complexa da missão, o primeiro anúncio tem um papel central e insubstituível, porque introduz “no mistério do amor de Deus, que, em Cristo, nos chama a uma estreita relação pessoal com Ele” e predispõe a vida para a conversão. A fé nasce do anúncio, e cada comunidade eclesial consolida-se e vive da resposta pessoal de cada fiel a esse anúncio. Como a economia salvífica está centrada em Cristo, assim a actividade missionária tende para a proclamação do Seu mistério¹²⁸.

Tal como a missão universal da qual é uma actividade, a missão *ad gentes* encontra-se definida na Encíclica *Redemptoris Missio* segundo os parâmetros já evidenciados. Esta missão específica é uma missão de salvação segundo o propósito trinitário. Apresenta-se Jesus Cristo e o seu Espírito como os “protagonistas da missão”¹²⁹ e o anúncio “do Cristo e do Evangelho são a chave para a salvação”¹³⁰. O Cristo da missão *ad gentes* é também aquele que se encontra relacionado com o anúncio, a fé, a conversão e o batismo: o Cristo crucificado,

¹²⁷ Dom Manuel FELÍCIO, “*Missão Ad Gentes hoje: entre a urgência e a desmotivação*”. 2006, Internet. Disponível em <http://www.capuchinhos.org/missoes/documentos-e-artigos/estudos-e-artigos/408-missao-ad-gentes-hoje-entre-a-urgencia-e-a-desmotivacao> (consultado em 03 de março de 2016).

¹²⁸ JOÃO PAULO II, Carta encíclica *Redemptoris Missio* (7 de dezembro de 1990) in AAS 83 (1991) 249-528.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ *Ibidem*.

morto e ressuscitado é o objeto do anúncio que é solicitado à conversão cristã, definida como a adesão ao Cristo e ao Evangelho pela fé; Jesus Cristo é aquele de quem nos aproximamos pela fé, aquele em que se acredita e aquele que se deve conhecer; a conversão ao Cristo está associada ao batismo que responde ao desejo do Cristo em constituir discípulos.

Nesta perspetiva, a Igreja da missão *ad gentes* é a Igreja, corpo do Cristo, que persegue a missão do mestre: anunciar aos homens a Boa Nova, que são “amados por Deus e salvos por ele”¹³¹. Missionária por sua natureza, testemunha o Cristo, anuncia a salvação em Jesus Cristo e chama toda a gente à conversão cristã.

3. Educar para os deveres

Como já foi referido, não se pode falar em direitos humanos sem abordar o tema dos deveres. Assim, nesta temática da educação na escola para os deveres, é curioso salientar que, na geração dos anos cinquenta e sessenta, ouvia-se falar mais em deveres do que em direitos. Associadas à educação autoritária, estavam as normas a que o aluno tinha de obedecer, independentemente da compreensão e aceitação das mesmas. Nesta perspetiva, na educação dos deveres “acentuava a responsabilidade de cada um relativamente a si e aos outros”¹³². Um dever é por si mesmo uma obrigação, ou seja, é entendido “como um dever e uma obrigação dos pais”¹³³ e um “dever dos filhos em se deixar educar”¹³⁴. Logo, as crianças e jovens, tanto no seio familiar como na escola são mais sujeitos a deveres do que a direitos.

Ao tratar os Direitos Humanos, é pertinente falar em deveres a fim de se estabelecer uma relação harmoniosa com todos os intervenientes do processo educativo. Educar para os deveres, propõe a transmissão de valores, de respeito pela dignidade da vida humana, para que seja sustida a importância de criar práticas de tolerância. Pretende-se que surja, de forma consistente, uma cultura baseada na liberdade responsável, através da prática de justiça responsável. Como afirma Carl Rogers, é preciso “valorizar e favorecer o desenvolvimento integral do indivíduo, levando-o à conquista de sua autonomia no mundo”¹³⁵.

¹³¹ JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Redemptoris Missio* (7 de dezembro de 1990) in AAS 83 (1991) 249-528.

¹³² Ilda FIGUEIREDO, *Educar para a cidadania*, Asa, Porto, 2001, 47.

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ ROGERS Carl, *Tornar-se pessoa*, Editora Moraes, Lisboa, 1985⁷, 59.

Neste contexto, e porque já foram referidos anteriormente alguns direitos em educação, faz-se a exposição dos deveres dos alunos implícitos no estatuto do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação.

Cada escola possui um regulamento interno, documento onde está definido o regime de funcionamento da mesma, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão e das estruturas de orientação educativa, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar. Assim, o aluno tem o dever, sem prejuízo do disposto no artigo 40.º de:

- a) Estudar, aplicando-se, de forma adequada à sua idade, necessidades educativas e ao ano de escolaridade que frequenta, na sua educação e formação integral;
- b) Ser assíduo, pontual e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito das atividades escolares;
- c) Seguir as orientações dos professores relativas ao seu processo de ensino;
- d) Tratar com respeito e correção qualquer membro da comunidade educativa, não podendo, em caso algum, ser discriminado em razão da origem étnica, saúde, sexo, orientação sexual, idade, identidade de género, condição económica, cultural ou social, ou convicções políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas.
- e) Guardar lealdade para com todos os membros da comunidade educativa;
- f) Respeitar a autoridade e as instruções dos professores e do pessoal não docente;
- g) Contribuir para a harmonia da convivência escolar e para a plena integração na escola de todos os alunos;
- h) Participar nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas na escola, bem como nas demais actividades organizativas que requeiram a participação dos alunos;
- i) Respeitar a integridade física e psicológica de todos os membros da comunidade educativa, não praticando quaisquer atos, designadamente violentos, independentemente do local ou dos meios utilizados, que atentem contra a integridade física, moral ou patrimonial dos professores, pessoal não docente e alunos;
- j) Prestar auxílio e assistência aos restantes membros da comunidade educativa, de acordo com as circunstâncias de perigo para a integridade física e psicológica dos mesmos;
- k) Zelar pela preservação, conservação e asseio das instalações, material didático, mobiliário e espaços verdes da escola, fazendo uso correto dos mesmos;
- l) Respeitar a propriedade dos bens de todos os membros da comunidade educativa;
- m) Permanecer na escola durante o seu horário, salvo autorização escrita do encarregado de educação ou da direção da escola;
- n) Participar na eleição dos seus representantes e prestar-lhes toda a colaboração;

- o) Conhecer e cumprir o presente Estatuto, as normas de funcionamento dos serviços da escola e o regulamento interno da mesma, subscrevendo declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral;
- p) Não possuir e não consumir substâncias aditivas, em especial drogas, tabaco e bebidas alcoólicas, nem promover qualquer forma de tráfico, facilitação e consumo das mesmas;
- q) Não transportar quaisquer materiais, equipamentos tecnológicos, instrumentos ou engenhos passíveis de, objetivamente, perturbarem o normal funcionamento das atividades letivas, ou poderem causar danos físicos ou psicológicos aos alunos ou a qualquer outro membro da comunidade educativa;
- r) Não utilizar quaisquer equipamentos tecnológicos, designadamente, telemóveis, equipamentos, programas ou aplicações informáticas, nos locais onde decorram aulas ou outras atividades formativas ou reuniões de órgãos ou estruturas da escola em que participe, exceto quando a utilização de qualquer dos meios acima referidos esteja diretamente relacionada com as atividades a desenvolver e seja expressamente autorizada pelo professor ou pelo responsável pela direção ou supervisão dos trabalhos ou atividades em curso;
- s) Não captar sons ou imagens, designadamente, de atividades letivas e não letivas, sem autorização prévia dos professores, dos responsáveis pela direção da escola ou supervisão dos trabalhos ou atividades em curso, bem como, quando for o caso, de qualquer membro da comunidade escolar ou educativa cuja imagem possa, ainda que involuntariamente, ficar registada;
- t) Não difundir, na escola ou fora dela, nomeadamente, via Internet ou através de outros meios de comunicação, sons ou imagens captados nos momentos letivos e não letivos, sem autorização do diretor da escola;
- u) Respeitar os direitos de autor e de propriedade intelectual;
- v) Apresentar -se com vestuário que se revele adequado, em função da idade, à dignidade do espaço e à especificidade das atividades escolares, no respeito pelas regras estabelecidas na escola;
- x) Reparar os danos por si causados a qualquer membro da comunidade educativa ou em equipamentos ou instalações da escola ou outras onde decorram quaisquer actividades decorrentes da vida escolar e, não sendo possível ou suficiente a reparação, indemnizar os lesados relativamente aos prejuízos causados”¹³⁶.

Face ao exposto, a escola é lugar de educação para os deveres, no sentido em que deve fomentar o convívio saudável para o bom relacionamento com e entre os alunos e com os demais elementos da comunidade escolar. O aluno é alguém que tem de “procurar valorizar-se e contribuir para o desenvolvimento moral e intelectual dos restantes membros da

¹³⁶ ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Decreto lei, nº 51, de 5 de setembro de 2012, in Diário da República, 1.ª série, nº 172, 2012, 5103.

escola”¹³⁷; deve ser pontual e assíduo, deve cumprir as tarefas que lhe são solicitadas, deve ter cuidado com as suas atitudes e linguagem utilizada, de modo a não ferir suscetibilidades e não prejudicar o outro. O discente tem, também, o dever de “manter a escola no mais perfeito estado de limpeza, não deitando papéis para o chão e procurando aconselhar os menos cumpridores, respeitar e conservar toda a sinalética colocada nas instalações”¹³⁸. Para a sua saúde e respeito pelos outros, o aluno não deve fumar no recinto da escola; não deve “circular com qualquer espécie de veículos dentro do recinto da escola, à exceção dos locais próprios para o efeito, além do tempo estritamente necessário para a realização de serviço, devidamente autorizado pelo Diretor, tomando as devidas precauções”¹³⁹; apenas deve utilizar os espaços e equipamentos para a função que lhe é destinada; não deve “circular no interior da escola com substâncias perigosas e/ou objectos que possam atentar contra a saúde física ou psíquica de qualquer dos seus membros, nomeadamente, quando o seu uso estiver proibido por lei”¹⁴⁰. Todo e qualquer aluno está proibido de consumir bebidas alcoólicas ou quaisquer tipos de drogas no interior da escola. Se o aluno tiver conhecimento de qualquer anomalia, deve informar o professor, o diretor de turma ou diretor da escola.

É fundamental que cada escola proporcione um contexto educativo desejável para que cada aluno se reconheça a si próprio, desde a infância, como uma entidade cívica. As experiências da vida em geral, dentro e fora da escola, proporcionam a transmissão de valores e conhecimentos úteis para a vivência social e uma educação para a cidadania.

Em suma, existe uma necessidade de despertar nas crianças/alunos, para a consciência democrática, para a tolerância e para a abertura aos outros, pois tem sido uma preocupação patente nos discursos dos responsáveis educativos, visando as diferentes perspetivas da educação para a cidadania, principalmente, sobre os deveres a cumprir para ser um bom cidadão.

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Decreto lei, nº 51, de 5 de setembro de 2012, in Diário da República, 1.ª série, nº 172, 2012, 5103.

¹³⁹ *Ibidem*, 5104.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

4. A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica e o seu contributo na educação para os direitos e deveres.

Ser professor é mais do que uma profissão, ser professor é ser educador. Logo, para ensinar, para educar é necessário ter vocação. S. João Bosco refere “Recordai-vos que a educação é assunto do coração e que só Deus é o Senhor do coração. E nós não poderemos conseguir coisa alguma se Deus não nos ensina a Sua arte e não nos põe as chaves na mão”¹⁴¹.

No 30º aniversário da DUDH, o Papa João Paulo II diz que “só quando uma cultura dos direitos humanos, respeitadora das diversas tradições, se torna parte integrante do património moral da humanidade, é que será possível olhar com serena confiança o futuro”¹⁴². Neste sentido a disciplina de EMRC propõe-se ao estudo e ao compromisso com a DUDH, tratando, para isso, os conteúdos relativos à dignidade do ser humano, à fraternidade, à paz universal, à liberdade, ao direito à vida, à igualdade de oportunidades/discriminação (género, raça, cor, etnia, origem nacional, idade, deficiência, religião/crença) e às questões do trabalho.

Ao abordar o tema da educação para os Direitos Humanos, não se pode deixar de falar em cidadania. Neste sentido, as comunidades educacionais têm de contemplar o “aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a viver em conjunto, e o aprender a ser”¹⁴³. Na opinião de Jacques Delors e de acordo com a Carta Pastoral Sobre a Educação, estes são os quatro pilares da educação, assinalando que o “aprender a conhecer, aprender a fazer, se refere à ação sobre o meio envolvente. Destaca-se esta aprendizagem para uma verdadeira estruturação da pessoa na construção dos seus valores e das suas convicções, naquilo em que acreditam ser assertivo e digno, adquirindo assim “instrumentos de compreensão”¹⁴⁴.

A EMRC confere um valioso contributo na formação da personalidade, na medida em que ajuda a “descobrir o projeto divino sobre a pessoa, sobre a vida humana e sobre a sociedade”¹⁴⁵. O ser humano vai caminhando para uma liberdade pessoal inserida na sociedade. Para tal, esta disciplina propõe aos alunos “uma interpretação integral da existência pessoal e do compromisso social e orienta-os na definição de um projeto de vida enriquecido pelos valores humanizantes do Evangelho que dão conteúdo à liberdade e fundamento à

¹⁴¹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Educação Moral e Religiosa Católica: Um valioso contributo para a formação da personalidade*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2006.

¹⁴² JOÃO PAULO II, *Mensagem do Papa ao Secretário-Geral das Nações Unidas por Ocasão do 30º Aniversário da Declaração dos Direitos Humanos*, 1978, disponível em: https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1978/documents/hf_jp-ii_let_19781202_waldheim.html, consultado em 20-04-2016

¹⁴³ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral sobre a educação, direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2002, 76.

¹⁴⁴ *Ibidem*, 78.

¹⁴⁵ *Ibidem*, 5.

dignidade e à responsabilidade pessoais”¹⁴⁶. É uma disciplina que, para além de ajudar a conhecer e a compreender a nossa cultura, marcada nas suas manifestações literárias e artísticas pelo cristianismo, dá grande relevância para aprender a viver juntos e para aprender a ser.

Um professor de EMRC e toda a comunidade educativa envolvente têm de compreender que os resultados desta caminhada, no educar, no transmitir valores e na concretização dos Direitos Humanos serão a longo prazo, consciencializando cada um a agir perante o outro e as adversidades, à luz dos valores de Jesus Cristo e do Evangelho.

Face ao exposto, a disciplina de EMRC é um lugar por excelência que proporciona um valioso ensinamento da educação para os Direitos Humanos, sendo pontos de esperança, de primazia à relação com o outro, de educação mediática, de conhecer, de argumentar criticamente, no intuito de uma séria mudança do mundo. Este também é um espaço para o diálogo ecuménico e o diálogo inter-religioso, bem como na educação para o pluralismo, o respeito pelas diferenças, a tolerância, e a igualdade entre as pessoas.

Em suma, a disciplina de EMRC, educa para os direitos humanos, para os deveres e é, pois, “toda a aprendizagem que desenvolve o conhecimento, as capacidades e os valores dos direitos humanos. Afirma a responsabilidade, quer dos Estados, quer dos indivíduos, de respeitar, proteger e de promover os direitos de todos os seres humanos...sem distinção”¹⁴⁷. É assim, uma forma de o sujeito reconhecer a importância da dignidade e, sobretudo, agir, visando a conquista, a salvaguarda e a promoção de uma vida digna.

5. Síntese de transição

A educação é todo um caminho que facilita a maturidade. Considera-se que o desenvolvimento das capacidades e os valores são as metas que marcam a educação e preparam o ser humano para a aquisição sistemática de ensinamentos dignos de um cidadão dotado de direitos e deveres.

Para poder descobrir os contributos da EMRC para a educação, é necessário a identidade das características próprias da religião na escola e a modalidade opcional da disciplina. O desenvolvimento das capacidades do aluno para saber, saber estar e saber

¹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷ Vital MOREIRA, Carla DE MARCELINO (Coordenação), *Compreender os Direitos Humanos*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, 704.

relacionar-se passa necessariamente por fazer uma série de opções que levam aos valores, capazes de explicar os comportamentos tanto pessoais, como sociais. As finalidades ou metas, que serão tema do terceiro capítulo, apresentam-se como resposta, não só no processo educativo no âmbito escolar mas, também, em família e nos contributos do mundo contemporâneo. Urge, encontrar-se a presença da mensagem e de acontecimentos cristãos em ordem a um diálogo com a cultura. É preciso que os alunos desenvolvam uma atitude de troca e de transformação na sociedade alicerçados nos Direitos Humanos, no autêntico Evangelho e na fé cristã à luz do magistério da Igreja, sem pôr de parte os deveres oriundos tanto da escola, como da família ou da sociedade.

É neste contexto, de uma cidadania responsável, que se propõe, no próximo capítulo, a implementação da Prática Pedagógica da turma C do 6 ano, fundamentada em valores conducentes ao respeito pela dignidade humana. Assim, pretende-se uma sábia educação, através de atividades aliciantes, conhecimento de conceitos científicos e adequação da linguagem compreensível e adequada à faixa etária da turma escolhida para a Prática de Ensino Supervisionada.

CAPÍTULO III – PEDAGOGIA E DIDÁTICA, LECIONAÇÃO DA UNIDADE LETIVA, “A PESSOA HUMANA”, NO 6º ANO DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA

No presente capítulo, aborda-se a importância da presença da Educação Moral e Religiosa Católica no currículo escolar, bem como as suas metas curriculares, por um lado, pela sua oferta obrigatória nas escolas e, por outro, pela marca positiva deixada nos alunos. Esta disciplina tem como objetivo principal proporcionar uma formação integral no desenvolvimento dos discentes.

Este capítulo e no âmbito da PES pretende também, contextualizar a lecionação da unidade letiva 1 do 6º ano, *A Pessoa Humana*, em seis aulas e descrever a experiência letiva proporcionada, fazer uma descrição das planificações propostas, culminando com uma avaliação do percurso cumprido.

A prática pedagógica decorreu às quintas-feiras, das 11:55h às 12:40h. A aula é precedida de intervalo, com a duração de dez minutos, o que viabiliza e permite a preparação da mesma, nomeadamente do espaço de sala de aula e dos recursos necessários. Decidiu-se uma configuração do espaço em duas filas de mesas, todas orientadas para o quadro e para a mesa do professor.

Em resumo, o trabalho que se segue é o resultado do conhecimento de uma nova turma, alunos com características próprias e procura de estratégias adequadas às suas necessidades e interesses para a lecionação da unidade. Assim, o desafio é grande mas a persistência e dedicação prevalecem e, espera-se que no final, tal como diz o provérbio “*Depois da chuva, vem a bonança*”. *E tal como assim foi referido, no relatório “Há que pôr o talento a render”*.

1. Domínios e metas curriculares

Antes de mais, e de forma a enquadrar e posicionar as metas curriculares propostas no programa, é pertinente saber que preconiza 17 metas e estão congregadas em 3 domínios, que de seguida vão ser explicados.

Para cada domínio, foram selecionadas metas a atingir que vão ser descritas a seguir.

“Domínio da Religião e Experiência Religiosa (4 metas)”¹⁴⁸: Pretende-se que o aluno receba “informação e conhecimento acerca dos fenómenos religiosos, da importância religiosa, das religiões em geral e da religião cristã em particular, dando assim a conhecer a doutrina cristã, as suas práticas, rituais e tradições. Promove o diálogo inter-religioso como suporte para a construção da paz e a colaboração entre os povos”¹⁴⁹.

“Domínio da Cultura Cristã e Visão Cristã da vida (8 metas)”¹⁵⁰: Neste domínio, é suposto ensinar ao aluno o “património religioso e simbologia das vivências particulares e levá-lo a questionar-se sobre o fenómeno religioso e posicionar-se pessoalmente frente ao fenómeno, levando-o a agir com responsabilidade e coerência. Neste domínio, propõe-se ainda como metas a atingir, o conhecimento da mensagem e cultura bíblicas, conhecer os valores evangélicos, estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé”¹⁵¹.

“Domínio da Ética e da Moral (5 metas)”¹⁵²: é pretendido identificar toda a fundamentação do cristianismo nos diversos contextos, permitir ao aluno a descoberta do pensamento cristão, promover o bem comum e o cuidado do outro, conhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano e identificar a Igreja como agente central da vida cristã.

Como foi referenciado na Conferência Episcopal Portuguesa, EMRC, um valioso contributo para a formação da personalidade, “a EMRC é oferecida a todos os alunos, independentemente da sua diversidade de crenças e opções religiosas”¹⁵³. É neste sentido que advém um número mais elevado no domínio concernente à cultura cristã e visão cristã da vida.

Face ao exposto, as metas curriculares foram definidas e divididas pelos 3 domínios, acima referidos e têm como fundamento o ser humano e a construção da sua identidade.

Neste sentido, o programa de EMRC, define Metas curriculares como sendo “a organização dos conteúdos programáticos da disciplina de modo que se evidenciem os seus

¹⁴⁸ SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Finalidades, Metas, Objetivos e Conteúdos*. Gráfica Almondina, Torres Novas, 2014, 8.

¹⁴⁹ *Ibidem.*

¹⁵⁰ *Ibidem.*

¹⁵¹ *Ibidem.*

¹⁵² *Ibidem.*

¹⁵³ CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, CEP, 2006, 6.

conteúdos fundamentais e que estes possam ser objecto de uma ordenação sequencial e hierárquica ao longo das várias etapas da escolaridade”¹⁵⁴.

Atendendo à carga horária da disciplina, 60 minutos no 1º ciclo, 45 minutos no 2º e 3º ciclos e 90 minutos no Ensino Secundário, as metas curriculares “só poderão ser totalmente atingidas pelos alunos após a conclusão de todo o processo educativo”¹⁵⁵.

2. Presença de EMRC, na escola

Como referido anteriormente, todo o ser humano tem direito à educação, à formação integral da sua personalidade e ao acesso a diferentes áreas do saber que permitirão a sua inserção e a sua participação ativa cultural e socialmente. A educação vai além do “fazer”, visa também o “ser”, ou seja, a educação ensina os alunos a serem pessoas com valores e com princípios que os tornarão mais humanos nas relações com os que os rodeiam. É nesta perspetiva que a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC) se torna essencial no sistema educativo.

A presença da disciplina de EMRC na escola é o resultado de uma árdua caminhada e do diálogo realizado entre a Igreja e o Estado, sustentada por um vasto quadro de disposições legais. Progressivamente, fez-se a integração da disciplina no currículo escolar e a presença de docentes aptos para desempenhar esta missão. Há uma luta constante no trabalho para a disciplina adquirir um lugar de igualdade com as outras disciplinas. Muitas vezes, infelizmente, nem sempre acontece, pois a disciplina, ao ser oferecida e por ser facultativa, é vista com menor importância ou mesmo “de segunda”. Noutros casos, é perceptível que há alunos que optam pela frequência da disciplina e são sempre católicos. Além disso, quando os encarregados de educação tomam conhecimento dos conteúdos do programa, não têm qualquer dúvida que a disciplina poderá contribuir para a formação integral do seu educando.

A nota da Conferência Episcopal Portuguesa faz referência à concordata revista em 2004 entre a Santa Sé e a República Portuguesa como o “suporte jurídico fundamental que legitima a EMRC nos estabelecimentos de ensino público não superior”¹⁵⁶. Em continuidade com o estabelecido na Concordata de 1940, esta “estabelece a obrigatoriedade de a República

¹⁵⁴ SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Finalidades, Metas, Objetivos e Conteúdos*, Gráfica Almondina, Torres Novas, 2014, 7.

¹⁵⁵ *Ibidem*, 9.

¹⁵⁶ Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2006.

Portuguesa, no âmbito da liberdade religiosa e do dever de o Estado cooperar com os pais na educação dos filhos, garantir tal ensino sem quaisquer discriminações”¹⁵⁷.

Hoje, a disciplina de EMRC insere-se nos currículos dos ensinos básico e secundário, desde o 1º ao 12º ano de escolaridade. Pretende-se que a presença desta disciplina na escola se justifique, pois ajuda o aluno a encontrar-se em si mesmo e com os outros, leva-o a uma diferente forma de viver a vida, numa perspetiva de formação integral e assente nos valores morais cujo exemplo é Jesus Cristo. A EMRC tem como função tornar presente a Igreja na cultura e na sociedade, não se opondo à natureza do Cristianismo. A escola é uma realidade humana e cultural, por isso, é um indispensável caminho da Igreja.

Para que a EMRC adquira a sua devida importância, tem de ser mais abrangente. Nesta perspetiva, a disciplina pretende clarificar, motivar e orientar todos aqueles que estão ou que se querem comprometer com a mesma: professores, pais/encarregados de educação, alunos, responsáveis dos órgãos de gestão das escolas e dos agrupamentos, responsáveis das instâncias do Ministério da Educação, párocos e comunidades cristãs. A interdisciplinaridade é algo que vem valorizar a disciplina e os seus conteúdos, através da realização de atividades em conjunto.

A disciplina de EMRC pode e deve envolver a comunidade paroquial, onde o pároco é o agente missionário desta mesma tarefa. Pela altura da Páscoa, por exemplo, pode ser preparada uma Via Sacra pública em que são teatralizadas as diferentes estações e, assim, toda a comunidade, letiva e paroquial, é convidada a partilhar um momento de oração e reflexão, neste caso, sobre a Paixão de Cristo.

As formas de tornar presença viva a EMRC nas escolas são inúmeras. Cabe a cada discente ser perspicaz e inovador para uma maior valorização da disciplina. Para uma boa qualidade de ensino e de conteúdos, é, ainda, imprescindível que se faça periodicamente uma revisão e reapropriação do programa.

Também a nível antropológico, a EMRC vai ajudar na reflexão sobre a sociedade e a cultura, para as quais a escola prepara os alunos. Cria-se um diálogo, fazendo assim uma ponte entre “a fé e a cultura e entre a fé e a razão”¹⁵⁸. Segundo a declaração *Gravissimum Educationis* sobre a educação cristã, escrita pelo Papa Paulo VI, a escola é um lugar de diálogo pois, “enquanto cultiva atentamente as faculdades intelectuais, desenvolve a capacidade de julgar [...], promove o sentido dos valores, prepara a vida profissional [...], as

¹⁵⁷ Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2006.

¹⁵⁸ *Ibidem*.

condições diferentes de convívio amigável, favorece a compreensão mútua”¹⁵⁹. A escola prepara os discentes, para que, numa atitude de abertura à realidade, elaborem uma determinada compreensão da vida, contribuindo assim para a formação global do aluno.

Neste sentido, podemos aludir que a presença da EMRC nas escolas, se torna algo privilegiado para o “desenvolvimento harmonioso do aluno, considerado como pessoa, na integridade das dimensões corporal e espiritual, e da abertura à transcendência, aos outros e ao mundo que é chamado a construir”¹⁶⁰.

Face ao exposto, o currículo da EMRC, tem por base três fatores fundamentais: a sociedade, os conhecimentos científicos e o aluno, abrangendo assim as áreas “intelectual, social, moral e religioso”¹⁶¹. Neste sentido, segundo a pastoral catequética, “não há educação integral sem a consideração da dimensão religiosa.

Antes de concluir este capítulo sobre a EMRC na escola, torna-se pertinente expor as finalidades da disciplina para, deste modo, aprofundar a importância da disciplina na escola. De acordo com a Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã, as finalidades curriculares da EMRC são as seguintes:

- apreender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em particular;
- conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos;
- estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé;
- adquirir uma visão cristã da vida;
- entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso;
- adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social;
- apreender o fundamento religioso da moral cristã;
- conhecer e descobrir o significado do património artístico-religioso e da simbólica cristã;
- formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé;
- estruturar as perguntas e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade;
- aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência.¹⁶²

¹⁵⁹ CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Declaração *Gravissimum Educationis* (28 outubro 1965) in AAS 58 (1966) 728-739.

¹⁶⁰ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2006, 9.

¹⁶¹ SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Finalidades, Metas, Objetivos e Conteúdos*. Gráfica Almondina, Torres Novas, 2014, 4.

¹⁶² *Ibidem*, 2-3.

A disciplina de EMRC é, de facto, importante na escola, pois ocupa um lugar fundamental no sistema educativo e é a presença viva da igreja e dos seus valores. Só frequentando a disciplina o discente perceberá o quanto o contributo desta pode ser importante para o seu desenvolvimento pessoal e para a formação da sua personalidade, tornando-o num ser humano mais justo e responsável, face aos desafios impostos pela sociedade. Pretende-se, deste modo, preparar os alunos para a capacidade de “construção de um projeto pessoal de vida”¹⁶³, através “do diálogo da cultura e dos saberes adquiridos nas outras disciplinas com a mensagem e os valores cristãos enraizados na tradição cultural portuguesa”¹⁶⁴.

3. Experiência pedagógica e didáctica da unidade letiva

Faz-se, agora a descrição do Agrupamento, da turma, da unidade letiva para de seguida apresentar as planificações lecionadas nas aulas da PES, de acordo com as características dos alunos, os seus interesses e ritmo de aprendizagem. É fundamental o conhecimento, destas particularidades para obter uma melhor leccionação e aprendizagem dos conteúdos implícitos na unidade lectiva.

3.1. Descrição do Agrupamento de Escola Básica 2,3 de Mundão

De acordo com as informações do Projeto Educativo e do Regulamento Interno, do Agrupamento de Escolas de Mundão, este é um estabelecimento público que agrega turmas desde o 5º ao 12º ano de escolaridade, tem sede na escola Básica do 2º e 3º Ciclos de Mundão, localizada na freguesia de Mundão, a 8 km de Viseu. A localização geográfica é bastante dispersa, sendo de um meio envolvente predominantemente rural, situado na zona norte do concelho de Viseu. Abrange seis freguesias: Mundão, Cavernães, S. Pedro de France, União de freguesias Barreiros/Cepões, Côta e Rio de Loba.

É uma escola que integra o programa de intervenção designado por territórios Educativos de Intervenção Prioritária, TEIP/3 contrato de autonomia, desde o ano de 2009-2010.

“À luz da realidade organizacional que constitui o Agrupamento de Escolas de Mundão, no respeito pela missão, valores e princípios que lhe estão subjacentes, o Projeto

¹⁶³ SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Finalidades, Metas, Objetivos e Conteúdos*. Gráfica Almondina, Torres Novas, 2014, 2.

¹⁶⁴ *Ibidem*

Educativo, conjuntamente com o regulamento Interno e o Plano Anual/Plurianual de Atividades que lhe subjazem, será o elo congregador de toda a estrutura, que se estende aos dez estabelecimentos de ensino e a cerca de 755 alunos, oriundos de 6 freguesias, da zona norte do concelho de Viseu”¹⁶⁵.

O Agrupamento é constituído pela articulação entre a educação pré- escolar e os ciclos de ensino básico. A sede de Agrupamento é a E.B. 2, 3 de Mundão que existe desde 1995, preparada para dezoito turmas. Em 2006/2007 foram criados três cursos de Educação e Formação de Hotelaria-serviço de mesa; Operador de Informática; Cuidados e Estética do cabelo, bem como um Percurso Curricular Alternativo, área de Têxteis e Madeiras- 2º e 3º ciclo. Atualmente tem vinte e uma turmas, incluindo os três cursos de Educação e Formação.

O Agrupamento é constituído na sua maioria por alunos de um estrato socioeconómico médio e médio baixo, existindo a necessidade de desenvolver competências consideradas essenciais no desenvolvimento integral e global dos alunos. Verifica-se a prática desportiva e cultural também fora da escola pela ação de algumas coletividades, tais como: grupos folclóricos, grupos de cantares, grupos desportivos, agrupamentos de escuteiros, associações recreativas e desportivas, associações culturais e recreativas e instituições de solidariedade social.

Todos os alunos do Agrupamento frequentam o regime diurno e no 1º ciclo todas as turmas funcional em regime normal. A maioria dos alunos que frequentam as escolas do Agrupamento, provêm sobretudo das freguesias de Mundão, São Pedro de France, Cavernães, Cepões e Rio de Loba, os alunos da educação pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos, nas escolas destas freguesias são oriundos de Viseu e dos concelhos do Sátão e Aguiar da Beira.

Como escola integrada no Projeto TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), “detém responsabilidades específicas e metas de aprendizagem e comportamentais definidas que pretendem alcançar, com a concretização do Projeto Educativo com o lema: Trabalho Empenho, Inclusão e Progresso”¹⁶⁶.

Este agrupamento orienta-se pelos seguintes princípios: empenho no desenvolvimento pleno de todos os seus alunos, independentemente das suas potencialidades ou dificuldades; promoção da cidadania e da participação democrática, favorecendo uma efetiva igualdade de oportunidades; valorização da participação e do espírito crítico; promoção e reforço da

¹⁶⁵ Cf. AGRUPAMENTO DE ESCOLA DE MUNDÃO, Projeto Educativo TEIP 2013/2017, Mundão, Agrupamento de Escolas de Mundão, 2015.

¹⁶⁶ Cf. AGRUPAMENTO DE ESCOLA DE MUNDÃO, Projeto Educativo TEIP 2013/2017, Mundão, Agrupamento de Escolas de Mundão, 2015.

interação das várias dimensões da educação; instrução; socialização e personalização; empenho na criação de uma cultura de agrupamento e de escola onde a troca de experiências, a criatividade e inovação sejam possíveis.

A disciplina de EMRC, que possui um grupo disciplinar docente estável de dois professores, está profundamente enraizada e tem um lugar claramente definido no seio deste Agrupamento de escolas. Neste sentido, tendo em conta os princípios descritos no Projeto Educativo, há sintonia, em muitos aspetos, com a identidade de EMRC, a qual se adequa aos objetivos específicos desta escola.

3.2. Caracterização da turma

A Prática de Ensino Supervisionada decorreu, conforme já referido, na turma C do 6º ano, no Agrupamento de Escolas de Mundão. É composta por 18 alunos, dos quais 15 são do género feminino e 4 do género masculino. A sua média de idades é de 11 anos, variando entre os 10 e os 14 anos. Beneficiam da Ação Social Escolar 9 alunos e estão inscritos na disciplina de EMRC 17 alunos (68% da turma).

No âmbito da PES e face ao acolhimento que o núcleo de estágio teve, é possível fazer as seguintes apreciações: na sua generalidade é uma turma curiosa, participativa, algo conversadora, cumpre, com entusiasmo, as tarefas propostas. É uma turma muito motivada e com grande potencial crítico. É uma turma que gera alguma agitação, aquando das suas intervenções, existindo um pequeno grupo de alunos menos bem comportados, por vezes com intervenções inoportunas e requer por parte do professor, estratégias inovadoras e que captem o interesse dos alunos, de modo a estes não se abstraírem com o exterior e, por conseguinte, manterem mais concentrados. Contudo, os alunos, na sua maioria, adquirem as competências previstas, sendo capazes de as fundamentar, gerando intervenções pertinentes e oportunas. Os alunos acolheram com grande abertura os recursos e estratégias utilizados, os quais despertaram muito interesse e atenção.

Criou-se, de forma gradual, afinidade e empatia entre professora – alunos e vice-versa, tendo estes sido colaborativos e revelado grande autonomia.

3.3. Descrição da unidade letiva

A unidade letiva “A pessoa humana” tem como abordagem e meta a compreensão e consciencialização da importância fundamental da pessoa humana, da sua dignidade como veículo de felicidade e realização.

Esta unidade letiva pretende dar ao aluno uma formação integral que o leve à descoberta da sua própria identidade, partindo da definição da palavra “pessoa”, incutindo uma abordagem a partir de três dimensões integrantes: a dimensão física, a dimensão social e a dimensão espiritual. Pretende-se privilegiar a ideia de que “cada pessoa tem as suas particularidades e é naturalmente irrepetível”¹⁶⁷. O reconhecimento da dignidade da pessoa desenvolve-se naquilo que cada um é.

A Organização das Nações Unidas, organização muito prestigiada, tem como objetivo “promover a paz no mundo, proteger os Direitos Humanos, fomentar o desenvolvimento económico e social das nações e estimular a autonomia dos povos e reforçar laços entre todas as nações”¹⁶⁸. Esta organização datada de 1948, não reconhecia direitos específicos às crianças e foi em 1946 que aparece um organismo dedicado exclusivamente às necessidades básicas das crianças no mundo, garantindo assim o seu desenvolvimento integral, movimento esse denominado, UNICEF (United Nations International Children’s Emergency Fund). Nasceu assim, a Convenção sobre os Direitos da Criança a 20 de novembro de 1989.

A Disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica pretende, da mesma forma que a organização em cima referida, que o aluno envolvido numa sociedade secularizada, com história, valores, necessidades próprias, cresça em dignidade, no respeito, adquira competências essenciais para o seu desenvolvimento físico e psíquico.

Uma das metas curriculares do programa da disciplina é *Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana*, assim, a unidade letiva escolhida para lecionação da PES, *A Pessoa Humana*, aborda o significado de “ser pessoa”, como condição para que todos sejam “pessoas”. Neste sentido, tal como os alicerces desta disciplina, é fundamental que se estabeleçam relações cordiais, honestas e verdadeiras, que se saiba escutar, partilhar, estar atento, ser amável e que se saiba comunicar em sentido pleno. Assim, a dignidade da pessoa será salvaguardada, pois “o respeito pelo outro começa no respeito por si mesmo”¹⁶⁹. A dignidade da própria pessoa só é adquirida na relação com os outros, estruturando a sua personalidade através de laços de pertença a uma comunidade, a um meio, a uma relação com o outro.

¹⁶⁷ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Estou contigo*, Manual do 6º ano, Educação Moral e Religiosa Católica, 2015, 15.

¹⁶⁸ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Estou contigo*, Manual do 6º ano, Educação Moral e Religiosa Católica, 2015, 32.

¹⁶⁹ Secretariado Nacional da Educação Cristã, *Estou contigo*, Manual do 6º ano, Educação Moral e Religiosa Católica, 2015, pág. 45

3.4. Planificações

Na planificação é fundamental ter em consideração a realidade da turma, os interesses dos alunos demonstrados pela disciplina, o seu ano de escolaridade, as suas características socioculturais e o seu aproveitamento escolar.

Para que, mais facilmente se possa perceber a proposta de lecionação adotada, é necessário fazer uma breve consideração face ao conceito de planificação. Richard Arends, descreve a planificação “como principal determinante daquilo que é ensinado nas escolas. É através dela que se procura prever com precisão as metas e os meios adequados para as alcançar”¹⁷⁰, evitando a improvisação e permitindo a lecionação adequada.

Passa-se a descrever as propostas de lecionação planificadas e implementadas na PES, fazendo referência às metas de aprendizagem, objetivos a atingir, conteúdos a desenvolver, estratégias de ensino, bem como aos recursos utilização, o tempo da execução da atividade e a avaliação formativa.

Pretende-se com este trabalho adquirir uma melhor experiência, fundamentar e organizar o trabalho do professor de Educação Moral e Religiosa Católica, tendo em vista o bom aproveitamento dos alunos e uma vida digna de pessoa que é.

¹⁷⁰ Cf. Richard Arends, *Aprender a ensinar*, Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda, Lisboa, 1999.

Planificação de Aula (1 de 6)

Unidade Letiva: A Pessoa Humana
Aula n.º 16

Ano: 6º - Turma: C
Data: 28 janeiro 2016
Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento, chamada e sumário			Acolhimento aos alunos Chamada Registo do sumário	Quadro interativo Caderno diário	5 min	Assiduidade Pontualidade
SUMÁRIO: Introdução ao estudo da unidade letiva “A pessoa humana”. Conceito de “Pessoa”						
B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história. (Domínio: Religião e experiência religiosa)	1. Reconhecer a pessoa como ser único que vive em relação com os outros	Reconhecer a Pessoa como unidade irrepetível Reconhecer a pessoa como ser em relação com os outros Saber definir o conceito de “Pessoa”	Motivação: A professora inicia a aula propondo aos alunos que escutem a música: “Um pedacinho de Deus”. Os alunos são convidados a cantar a música e refletirem sobre a letra da mesma. A docente irá acompanhar a aula com um Power Point explicativo: <i>A Pessoa</i> . Desenvolvimento: A professora convida os alunos a dizerem palavras relacionadas com o conceito de <i>pessoa</i> e escreve-as no quadro. Quando a chuva de ideias estiver concluída, explica o conceito com base nas respostas dos alunos e do seu manual.	Música - <i>Um pedacinho de Deus</i> Anexo 1: Power point – <i>A pessoa</i> Quadro Caneta	5 min 15 min	Atenção, empenho e participação na aula e nas atividades propostas Interesse e colaboração

		Compreender que somos todos seres humanos	<p>A professora escreve no quadro a definição da temática: <i>Pessoa é um ser que nasce no seio de uma família/comunidade e recebe saberes e valores com os quais se vai identificando e construindo a sua personalidade.</i> Cada aluno transcreve a frase para o seu caderno diário.</p>	Caderno diário Caneta	5 min	
		Saber identificar a figura humana e a si mesmo	<p>A professora entrega a cada aluno uma bolsa com uma fita e um cartão no seu interior. A fita representa o caminho que cada um vai percorrer ao longo das aulas /vida, explicando que em cada semana vão acrescentando à fita um símbolo. O cartão e a bolsa serão utilizados posteriormente noutra atividade.</p> <p>A professora dá a cada aluno o primeiro símbolo, a imagem de uma figura humana, que representa o próprio aluno, levando-os a identificarem-se com a imagem. Cada aluno desenha os seus traços fisionómicos, escreve o seu nome e cola a imagem na sua fita.</p> <p>Se necessário, enquanto se espera que todos tenham acabado, a professora pode colocar de novo a música <i>Um pedacinho de Deus.</i></p> <p>A professora pede aos alunos que no cartão de está dentro da bolsa, escrevam o seu primeiro nome, em maiúsculas, e façam um acróstico com as suas próprias letras.</p>	<p>Figura nº1: Bolsa com fita de tecido, um cartão.</p> <p>Figura nº 2: Figura humana</p> <p>Cola</p> <p>Música - <i>Um pedacinho de Deus</i></p>	5 min	Curiosidade e envolvimento
					5 min	Interesse pelos temas trabalhados

		<p>Saber associar as letras do seu nome com conteúdos lecionados.</p>	<p>A professora propõe o trabalho de casa: cada discente deverá colocar a sua fotografia no cartão e escrever duas das suas características físicas mais marcantes e trazer na próxima aula, dentro da bolsa.</p> <p>Conclusão: No final da aula, a professora faz uma síntese oral dos conteúdos aprendidos. Assim, os alunos devem entender que cada pessoa cresce e vive numa determinada sociedade, nela vai aprendendo, construindo os seus valores e a sua identidade.</p> <p>Ordenadamente, ao saírem da sala, os alunos entregam a respetiva fita à professora que as vai pendurar num quadro que tem como finalidade expor trabalhos dos alunos.</p>			<p>Capacidade de síntese</p>
--	--	---	--	--	--	------------------------------

Planificação de Aula (2 de 6)

Unidade Letiva: A pessoa humana
Aula n.º 17

Ano: 6º - Turma: C
Data: 4 fevereiro 2016
Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa	
Acolhimento, chamada e sumário SUMÁRIO: As dimensões da Pessoa Humana			Acolhimento aos alunos Chamada Registo do sumário	Quadro Caneta Caderno diário	5 min	Assiduidade Pontualidade	
B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história. Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana. (Domínios: - Religião e experiência religiosa - Ética e moral)	2. Identificar as diferentes dimensões da pessoa valorizando a relação com o transcendente.	Identificar características físicas, com base na imagem de si próprio e dos outros;	Motivação: Para dar início à aula e do mesmo modo dar uma sequência à temática desenvolvida, a professora recapitula em conjunto com os alunos os conteúdos aprendidos na aula anterior. A docente solicita a cada aluno a leitura, em voz alta do trabalho de casa, que constava em referir duas das suas características físicas. Pede para colocarem o seu trabalho em cima da mesa para no final da aula, colar na sua fita que se encontra afixada no quadro dos trabalhos da turma. Este será o segundo símbolo. A professora passa pelas mesas e recolhe as bolsas, dizendo que vai precisar das mesmas para trazer na próxima aula.	Quadro Caneta Caderno diário.	5 min 5 min	Atenção, empenho e participação na aula e nas atividades propostas Interesse e colaboração	
						10 min	

		<p>Conhecer as dimensões da pessoa humana;</p> <p>Reconhecer a pessoa como unidade irreductível;</p>	<p>a professora expõe as dimensões da Pessoa Humana, através de um <i>Power Point</i>.</p> <p>As dimensões exploradas são: Dimensão biológica Dimensão social Dimensão espiritual</p> <p>A professora explica que na dimensão biológica está patente a informação genética que se recebe dos pais, é aquela que define a nossa identidade sexual.</p> <p>A dimensão social é aquela onde o ser humano se afirma em sociedade, na família e nos diferentes grupos sociais.</p> <p>A dimensão espiritual consiste na capacidade de amar, de pensar, de tomar decisões livres, é aquela que nos distingue dos animais.</p> <p>Os alunos serão incentivados a participar, na leitura do conteúdo dos diapositivos, manifestando a sua opinião sobre o tema.</p> <p>Desenvolvimento: A professora colocou previamente uma cartolina no quadro, intitulada “As dimensões da pessoa humana”. Nesta cartolina, salienta-se a figura de uma pessoa, saindo da mesma três setas referindo as três dimensões.</p> <p>A professora distribui aleatoriamente a cada aluno uma imagem relacionada com a temática, ficando ela também com uma. Começa por exemplificar, colando a sua imagem na</p>	<p>Anexo nº3: Power point “As dimensões da pessoa”</p> <p>Figura nº4: Cartaz intitulado: “As dimensões da pessoa humana”</p>	<p>15 min</p>	<p>Curiosidade e envolvimento</p> <p>Empenho e dedicação</p>
--	--	--	--	--	---------------	--

		<p>Saber reconhecer/distinuir as diferentes dimensões da pessoa humana a que se pertence.</p>	<p>dimensão a que lhe pertence, convidando cada aluno a fazer o mesmo. O aluno irá, assim, até ao quadro, levando a imagem e o trabalho de casa. Explica em primeiro lugar a imagem que recebeu e coloca-a na respectiva dimensão. De volta para o seu lugar, vai colar o segundo símbolo na sua fita, voltando para o seu lugar.</p> <p>Conclusão: No final da aula, a professora, com a ajuda dos alunos, faz uma síntese oral da aula e dos conteúdos aprendidos.</p>	<p>Imagens alusivas às dimensões biológica, social e espiritual.</p>	<p>5 min</p>	
--	--	---	---	--	--------------	--

Planificação de Aula(3 de 6)

Unidade Letiva: A pessoa humana

Aula n.º 18

Ano: 6º - Turma: C

Data: 11 fevereiro 2016

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento, chamada e sumário						
	SUMÁRIO: Emoções, sentimentos, pensamentos e vontades que a pessoa humana transmite.		Acolhimento aos alunos Chamada Registo do sumário	Quadro Caneta Caderno diário	5 min	Assiduidade Pontualidade
B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história G. Identificar os valores evangélicos	2. Identificar as diferentes dimensões da pessoa valorizando a relação com o transcendente		Motivação: Para dar início à aula e desta forma dar uma sequência à temática desenvolvida nas aulas anteriores, a professora recapitula em conjunto com os alunos, o tema da aula anterior. Faz referência aos símbolos já colocados na fita, recordando que esta representa o caminho que cada um está a percorrer ao longo das aulas /vida. O primeiro símbolo, uma pessoa, caracteriza a unidade letiva no seu todo. O segundo símbolo, um cartão com a sua foto, o seu nome em acróstico e duas das suas características físicas, tendo sido na aula abordado o tema da dimensão física da pessoa humana. Por fim, a professora entrega a cada aluno a bolsa que lhes pediu na aula anterior. No seu interior está um círculo amarelo. Não o vão abrir neste momento, pois pretende-se que sintam curiosidade em saber o seu conteúdo. No	Quadro Caneta Bolsa com um círculo amarelo envolvida num pedaço de	7 min	Atenção, empenho e participação na aula e nas atividades propostas

<p>(Domínios: - Religião e experiência religiosa, - Cultura cristã e visão cristã da vida)</p>		<p>Reconhecer a dimensão emocional: sentimentos e emoções;</p> <p>Conhecer e saber expressar pensamentos e vontades transmitidos pelas pessoas;</p>	<p>momento certo vão saber e qual a sua utilidade nesta aula.</p> <p>A professora introduz para o tema dos sentimentos/emoções, com a visualização de um Prezi. Neste recurso didático é apresentado, em primeiro lugar um pequeno vídeo intitulado <i>Divertida Mente</i>, que retrata de forma animada diferentes sentimentos e emoções, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ alegria, ▶ raiva, ▶ tristeza, ▶ nojo, ▶ medo. <p>Seguidamente, é realizado um pequeno jogo em que a professora mostra uma imagem e os alunos devem identificar o que representa. As imagens representam o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ poder, ▶ solidão, ▶ alegria, ▶ felicidade, ▶ paixão, ▶ amor. <p>A professora vai ao longo da apresentação do Prezi, conversando com os alunos, de forma a estes partilharem os seus saberes e conhecimentos.</p> <p>Desenvolvimento: A professora convida os alunos a realizar em pares, o jogo, <i>Mímica frase mistério</i>. Entrega a cada grupo de discentes, um</p>	<p>folha</p> <p>Projektor Computador</p> <p>Prezi dos sentimentos, emoções, pensamentos</p> <p>Anexo 3: Vídeo: <i>Divertida Mente</i>.</p> <p>Anexo 4: Jogo <i>Mímica frase mistério</i>.</p>	<p>10 min</p> <p>15 min</p>	<p>Interesse e colaboração</p> <p>Curiosidade e envolvimento</p>
--	--	---	--	---	-----------------------------	--

		<p>Transmitir afetos através de modificações fisiológicas visíveis.</p>	<p>papel onde está escrita uma situação do cotidiano. Uma das palavras contém apenas uma letra. Terão de adivinhar a palavra em falta para a frase fazer sentido. No fim da frase completa, através de mímica, irão representar perante o grande grupo, a situação, sentimento ou emoção envolvidos para que os colegas consigam adivinhar a situação retratada.</p> <p>As palavras a descobrir são:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ feliz, ▶ sozinho, ▶ assustado, ▶ curioso, ▶ zangado, ▶ magoado, ▶ amigo, ▶ culpado, ▶ emoção, ▶ ciúmes, ▶ amor, ▶ carinho, ▶ frustrado, ▶ vergonha, ▶ desprezada, ▶ egoísta, ▶ confiança, ▶ orgulhoso, ▶ arrependimento, ▶ saudades, ▶ infelicidade, ▶ paixão. 			<p>Capacidade de participação e de improviso</p>
		<p>Emoções, sentimentos, afetos através das modificações fisiológicas visíveis</p>				

		<p>Sentimentos e emoções únicos do ser humano.</p>	<p>Depois de todos terem concluído o jogo da mímica, a professora pede aos alunos para segurarem na bolsa e digam o que sentiram ao longo da aula em relação ao conteúdo da mesma. É esperado que os alunos descubram e tenham sentido <i>curiosidade, ansiedade</i>. A professora pede, de seguida, para desenharem como se sentem neste preciso momento.</p> <p>Conclusão: No final da aula, a professora, com a ajuda dos alunos, faz uma síntese oral da aula e dos conteúdos aprendidos.</p> <p>Ao saírem da sala, de forma ordenada, os alunos entregam à professora o símbolo para colar na fita.</p>	<p>Figura nº 5 Bolsa com um círculo amarelo envolvida num pedaço de folha</p>	<p>5 min</p> <p>3 min</p>	<p>Capacidade de síntese</p>
--	--	--	---	--	---------------------------	------------------------------

Planificação de Aula (4 de 6)

Unidade Letiva: A Pessoa Humana
Aula n.º 20

Ano: 6º - Turma: C
Data: 18 fevereiro 2016
Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento, chamada e sumário			Acolhimento aos alunos Chamada Registo do sumário	Quadro Caneta Caderno diário	5 min	Assiduidade Pontualidade
SUMÁRIO: A felicidade e o bem-estar na relação com os outros.						
B. Construir uma chave de leitura religiosa de pessoa, da vida e da história. G. Identificar os valores evangélicos.	3. Promover a autenticidade como fidelidade ao próprio projecto (vocação)		Motivação: Para dar início à aula e desta forma dar uma sequência à temática desenvolvida nas aulas anteriores, a professora recapitula em conjunto com os alunos, o tema da aula anterior. A professora entrega aos alunos o saco que tem acompanhado as aulas e que tem servido como permuta casa/escola. Cada aluno é convidado a retirar o papel que está no seu interior, onde tem escrita a “A receita da felicidade”. Convida os alunos a lerem em conjunto e em voz alta os ingredientes a utilizar. No final da leitura da receita, pergunta aos alunos de que forma estes “ingredientes” interferem na construção da felicidade e porquê.	Quadro Caneta Figura nº 6: Cartão com “A receita da felicidade”	3 min 5 min 7 min	Atenção, empenho e participação na aula e nas atividades propostas

		<p>Saber que a vocação da pessoa é a felicidade: realização, bem-estar, produtividade, relação com os outros;</p> <p>Ter vontade de ser verdadeiro e de procurar a verdade;</p> <p>Procurar a coerência entre o que se é e o que se aparente ser.</p>	<p>Desenvolvimento: A professora continua convidando os alunos a visualizarem um conto: “O conto da felicidade”, história adaptada do manual do aluno, que transmite uma mensagem sobre a importância da felicidade. A história retrata um homem cansado de tanta maldade no mundo e com necessidade de encontrar Deus para lhe pedir um desejo: transformá-lo numa pedra e colocá-lo na boca de um vulcão. Desta forma, quando o vulcão entrasse em erupção, o homem, denominado “feliz” iria espalhar felicidade e alegria por toda a parte.</p> <p>Para reforçar e aprofundar o tema da aula, a professora coloca no quadro um girassol, explicando que esta flor é o símbolo da disciplina. No centro do girassol está escrita a palavra “Ser feliz” e propõe um jogo de pares denominado: “A caminho da felicidade”. Entrega a cada dois alunos, um conjunto de letras de várias cores. Cada cor corresponde a uma palavra. Solicita aos alunos a construção de uma pequena frase alusiva à felicidade. Depois de a ter colada num cartão próprio irão ao quadro, lêem a frase e colam-na numa pétala do girassol.</p> <p>As frases são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ser amigo de todos • Ter casa onde viver • Aceitar a opinião dos outros • Saber pedir perdão • Fazer felizes os outros 	<p>Anexo 5: Powerpoint “O conto da felicidade”</p> <p>Figura nº 7: Girassol grande em cartolina</p> <p>Jogo “A caminho da felicidade”</p>	<p>15 min</p>	<p>Interesse e colaboração</p> <p>Cumprimento das regras básicas da sala de aula</p> <p>Responsabilidade de no cumprimento das tarefas propostas</p> <p>Verificar a capacidade de atenção e concentração</p>
--	--	---	---	---	---------------	--

			<ul style="list-style-type: none"> • Ser solidário com o próximo • Saber respeitar os que são diferentes de nós • Ser tolerante com os outros • Ser sincero e dizer sempre a verdade <p>A professora convida os alunos a construírem a frase/palavra colocando as letras/ palavras de modo a obter uma palavra/frase relacionada com a temática da aula. De seguida, de forma ordenada, os alunos vão ao quadro, lêem a frase e colam-na numa das pétalas da flor.</p> <p>A professora convida os alunos a ouvirem a canção, “Um pequeno girassol”.</p> <p>A docente entrega a cada aluno um pequeno girassol em cartolina. Explica que o girassol é também o símbolo da disciplina de EMRC. No centro da flor está escrito “Sou feliz quando...”. Cada um vai completar a frase, escrevendo o que os torna feliz. O girassol é o quarto símbolo que irá ser colado na fita.</p> <p>Conclusão: No final da aula, a professora, com a ajuda dos alunos, faz uma síntese oral da aula e dos conteúdos aprendidos.</p> <p>Ao saírem da sala, de forma ordenada, os alunos entregam à professora o símbolo para colar na fita.</p>	<p>Música “Um pequeno girassol”</p> <p>Figura nº 8: Pequeno girassol em papel</p>	<p>5 min</p> <p>5 min</p>	<p>Capacidade de expressão escrita</p>
--	--	--	---	--	---------------------------	--

Planificação de Aula (5 de 6)

Unidade Letiva: A pessoa humana

Aula n.º 21

Ano: 6º - Turma: C

Data: 3 março 2016

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento, chamada e sumário			Acolhimento aos alunos Chamada Registo do sumário	Quadro Caneta Caderno diário	2 min	Assiduidade Pontualidade
SUMÁRIO: - Breve referência à declaração Universal dos Direitos Humanos; A convenção dos Direitos da Criança.						
G. Identificar os valores evangélicos Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana. (Domínios: - Cultura cristã e visão cristã da vida - Ética e moral)	4. Identificar os direitos fundamentais da pessoa e da criança, a partir da noção da dignidade humana	Saber relacionar as 1º e 2º guerras mundiais, como momentos de violência, destruição e falta de respeito pela dignidade humana;	Motivação: A professora inicia a aula com a súmula dos conteúdos aprendidos na aula anterior, as atividades desenvolvidas e explica resumidamente o tema da aula. Desenvolvimento: A professora apresenta um Power Point, com o qual faz uma breve referência à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Explica, resumidamente, que a primeira e segunda guerra mundial, provocaram milhares de mortes e feriu de tal modo o coração das pessoas que o ódio, o medo e a desconfiança tomaram conta das relações das pessoas. Foi notório o desrespeito pelo ser humano, enquanto pessoa dotada de dignidade. Prossegue, dizendo que no final da segunda guerra mundial e para diminuir os conflitos, algumas nações uniram-	Quadro Caneta Caderno diário. Power Point sobre a história da Convenção dos Direitos da Criança	5 min 10 min	Atenção, empenho e participação na aula e nas atividades propostas Interesse e colaboração

	<p>5. Conhecer Organizações que lutam pelos direitos das crianças.</p>	<p>Conhecer a ONU, como promotora de cooperação internacional;</p> <p>Conhecer a UNICEF como ação comunitária das crianças;</p> <p>Conhecer a Convenção dos direitos das Crianças como promotora do bem-estar de</p>	<p>se e criaram o Organização das Nações Unidas (ONU) para promover a paz no mundo, proteger os direitos humanos, fomentar o desenvolvimento económico e social das nações e estimular a autonomia dos povos e reforçar laços entre todas as nações.</p> <p>A ONU fundou a Declaração dos Direitos Humanos, em 1948. No entanto, as crianças eram um grupo mais vulnerável. Não se reconhecia os seus direitos, pois esta dependia unicamente da vontade dos adultos com quem vivia. A ONU criou a 11 de dezembro de 1946, organismo dedicado apenas às necessidades básicas das crianças no mundo e garantir o seu pleno desenvolvimento, a UNICEF. Mas não bastava, era preciso que todas as pessoas no mundo soubessem quais são efetivamente os direitos das crianças. Foi então promulgada a Convenção dos Direitos das Crianças, a 20 de novembro de 1989. A consciência dos povos foi evoluindo e hoje já se reconhece à criança, direitos próprios que não dependem da vontade dos adultos.</p> <p>No seguimento do Power Point, a professora convida os alunos a ver um pequeno vídeo onde estão identificados os dez Direitos da Criança.</p>			<p>Curiosidade e envolvimento</p> <p>Envolvimento nos temas desenvolvidos</p>
--	--	--	---	--	--	---

		<p>todas as crianças do mundo.</p>	<p>Jogo: De seguida e para aprofundar o tema da aula, a professora propõe um jogo de pares aos alunos, a realização de puzzles representando os direitos das crianças. Os alunos são convidados, depois da construção do puzzle, a irem ao quadro, mostrar o direito que construíram e fizerem coloca-o no quadro com ajuda de bostik e escreve o seu significado.</p>	<p>Puzzles com imagens alusivas aos Direitos das Crianças</p>	<p>13 min</p>	<p>Motivação e concentração</p>
		<p>Saber explorar uma passagem bíblica;</p>	<p>A professora distribui a cada aluno o saco que tem acompanhado as aulas, onde está um papel, dobrado em dois. Do lado esquerdo do papel, está uma imagem de Jesus com crianças ao seu lado, com a passagem bíblica em Mc10,14: “Deixai vir a mim as criancinhas.” Do lado direito está escrito: “Ser criança é ...”. Depois de explicar a passagem bíblica, a professora, propõe aos alunos completarem a frase. No fim de todos terem acabado, pergunta se alguém quer partilhar o que escreveu. Assim os alunos, que assim o entenderem, têm oportunidade para partilhar com os colegas.</p>	<p>Figura nº 6 cartão com passagem bíblica e frase para completar</p>	<p>13 min</p>	<p>Espírito de interajuda</p>
		<p>Saber que a crianças é dotada de direitos.</p>	<p>Conclusão: No final da aula, a professora, com a ajuda dos alunos, faz uma síntese oral da aula e dos conteúdos aprendidos. A criança tem direitos próprios, os quais têm de ser</p>		<p>2 min</p>	<p>Capacidade de reflexão pessoal</p>

			<p>respeitados, proporcionando assim uma vida em dignidade. Jesus é amigo das crianças, conheça-as e quer ter com elas uma relação pessoal.</p> <p>Ao saírem da sala, de forma ordenada, os alunos entregam à professora o símbolo para colar na fita.</p>			
--	--	--	--	--	--	--

Planificação de Aula (6 de 6)

Unidade Letiva: A pessoa humana

Aula n.º 22

Ano: 6º - Turma: C

Data: 10 março 2016

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento, chamada e sumário						
SUMÁRIO: “Ser pessoa” é dar condições para que todos sejam “pessoas” Auto e hetero-avaliação			Acolhimento aos alunos Chamada Registo do sumário	Quadro Caneta Caderno diário	2 min	Assiduidade Pontualidade
G. Identificar os valores evangélicos	4. Identificar os direitos fundamentais da pessoa e da criança, a partir da noção da dignidade humana	Reconhecer-se como pessoa no seu todo	Motivação: A professora explica aos alunos que vão inicialmente fazer um resumo dos conteúdos leccionados nas aulas e a seguir vão fazer o jogo do Bingo e no final vão ter um prémio.	Quadro Caneta Caderno diário.	5 min	Atenção, empenho e participação na aula e nas atividades propostas
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.			Desenvolvimento: A professora entrega a cada aluno, uma folha, onde está escrito no centro, “ <i>Ser pessoas</i> ” é dar condições para que todos sejam “pessoas”.	Anexo nº 6 Ficha de trabalho	10 min	
(Domínios: - Cultura cristã e visão cristã da vida - Ética e moral)			Jogo: De seguida e para avaliar os conteúdos interiorizados por cada aluno, a docente propõe fazer o jogo do Bingo. A professora convida os alunos a fazerem quatro grupos, organiza-os de forma a não haver confusão e os grupos possam ser equivalentes. Distribui a	Cartões do Bingo	20 min	

		<p>Conseguir responder acertadamente a perguntas sobre os conteúdos lecionados.</p>	<p>cada grupo um cartão, onde está uma tabela com diferentes números. Este jogo, consiste em tirar um número de um saco, trazido de casa, pela professora, aleatoriamente é tirado um número que vai corresponder a uma pergunta em que um dos grupos vai ter de acertar na pergunta, acerca dos conteúdos lecionados ao longo das aulas.</p> <p>O primeiro grupo a preencher o seu cartão é o vencedor. Receberá um prémio.</p> <p>Os outros, recebem um prémio de consolação. Distribuirá aos alunos o saco que acompanhou as aulas com guloseimas.</p> <p>Auto e heteroavaliação – A professora entrega a ficha de autoavaliação aos alunos, a qual devem preencher e devolver. Oralmente será feita a heteroavaliação da turma.</p> <p>Conclusão: No final da aula, a professora, agradece aos alunos a sua participação positiva, o seu empenho na sala de aula, desculpando, também algo que os alunos não tenham gostado tanto. Despede-se deles com palavras de agradecimento e de boa sorte.</p>	<p>Saco com guloseimas</p> <p>Documento da auto e heteroavaliação</p>	<p>5 min</p> <p>2 min</p>	<p>Curiosidade e envolvimento</p> <p>Capacidade de auto-avaliar-se</p>
--	--	---	---	---	---------------------------	--

3.5. Descrição das aulas

Depois da exposição das planificações da unidade letiva, far-se-á a descrição das seis aulas lecionadas à turma C, do 6º ano, no Agrupamento de Escolas EB, 2.3 de Mundão.

3.5.1. Aula 1 – Pessoa humana

Na primeira aula, pretende-se atingir:

Meta: B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história

Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana,

Domínio: Religião e experiência religiosa - Ética e moral.

Objetivo: Reconhecer a pessoa como ser único e irrepitível que vive em relação com os outros;

Conteúdos a desenvolver: Reconhecer a pessoa como unidade irreduzível;

Reconhecer a pessoa como ser em relação;

Saber identificar o conceito de *pessoa*;

Compreender que todos somos seres humanos;

Saber identificar a figura humana e a si mesmo;

Saber associar as letras do seu nome com conteúdos lecionados.

Para dar início à aula, a professora acolhe os alunos, dando-lhes as boas vindas, convidando-os a sentarem-se corretamente e a colocarem, apenas o material necessário, em cima da secretária. A professora explica que irá estar com eles nas próximas seis aulas para leção da unidade letiva *A Pessoa Humana*, do programa da disciplina.

Começa por projetar o sumário, que os alunos transcrevem para o seu caderno diário “Introdução ao estudo da unidade letiva: *A pessoa humana. Conceito de Pessoa*”. De seguida a docente propõe aos alunos que ouçam a música: “Um pedacinho de Deus”. A mensagem principal espelha a vontade de cada um sentir a presença de Deus em si, a vontade de amar e de sonhar, despertando no seu coração para o serviço ao outro e para a construção de um mundo melhor. A docente pede para que os alunos memorizem algumas palavras que considerem importantes. Durante a audição da música são convidados a cantar o refrão.

A professora irá acompanhar a aula com um *Power Point* explicativo: *A Pessoa* (anexo nº 1), começando por elucidar que cada ser humano nasce inserido numa determinada comunidade, na família, no grupo de amigos, na escola, Da comunidade recebem-se saberes e

valores, através das experiências que vivemos e da abertura à realidade que nos rodeia. Cada um tem consciência da sua existência, das suas experiências e aprende com elas. Afirmamo-nos através do pensamento, das emoções, dos afetos, da linguagem corporal ou verbal, partilhando experiências, segredos, opiniões, os nossos direitos e deveres.

A aula prossegue com uma *chuva de ideias*. Assim, a professora escreve a palavra *pessoa* no quadro e os alunos são convidados a referirem termos relacionados com o conceito e escreve-os no quadro. Quando a chuva de ideias está concluída, a professora escreve no quadro a definição com base nas respostas dos alunos e do seu manual: *Pessoa é um ser que nasce no seio de uma família/comunidade e recebe saberes e valores com os quais se vai identificando e construindo a sua personalidade*. Cada aluno transcreve a frase para o seu caderno diário.

Seguidamente a professora entrega a cada aluno, uma bolsa com uma fita e um cartão no seu interior. A bolsa irá servir de permuta escola/casa ao longo das aulas. A fita representa o caminho que cada um vai percorrer ao longo das aulas/vida, explicando que, em cada semana, vão acrescentando à fita um símbolo alusivo ao tema da aula. No cartão, o aluno irá preencher um acróstico com as letras do seu nome, colar a sua foto e escrever características suas.

Neste sentido, a professora dá a cada discente o primeiro símbolo A imagem de uma figura humana, que representa o próprio aluno, levando-os a identificarem-se com a imagem. Cada aluno desenha os seus traços fisionómicos, escreve o seu nome e cola a imagem na sua fita.

Enquanto se espera que todos tenham acabado a tarefa, a professora coloca de novo a música “Um pedacinho de Deus”.

A professora pede aos alunos que, no cartão que está dentro da bolsa, escrevam o seu primeiro nome, em maiúsculas, e façam um acróstico com as suas próprias letras.

A professora propõe um trabalho de casa: cada discente deverá colocar a sua fotografia no cartão e escrever duas das suas características físicas mais marcantes e trazer na próxima aula, dentro da bolsa.



Figura 1 - Bolsa, fita, cartão para preencher



Figura 2 – Figura humana

Em termo de conclusão, a professora faz uma síntese oral dos conteúdos aprendidos. Assim, os alunos devem entender que cada pessoa cresce e vive numa determinada sociedade, nela vai aprendendo, construindo os seus valores e a sua identidade.

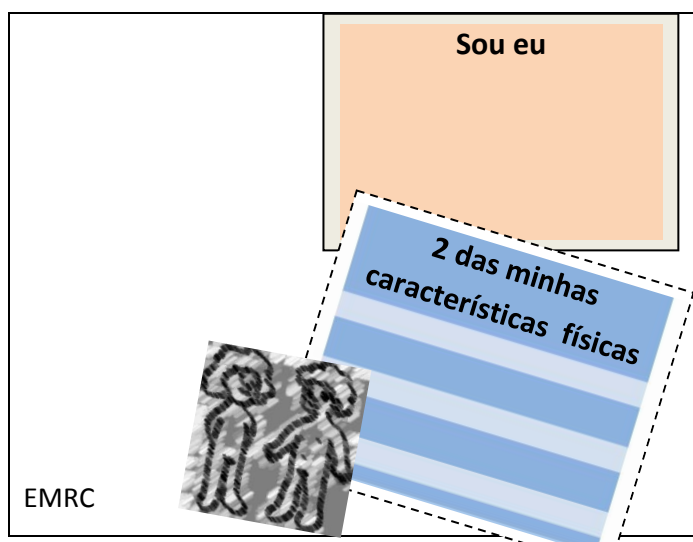


Figura nº 3 – Cartão de identificação

Ordenadamente, ao saírem da sala, os alunos entregam a respetiva fita à professora que as vai pendurar num quadro que tem como finalidade expor os trabalhos dos alunos.

3.5.2. Aula 2 – As dimensões da pessoa humana

Na segunda aula, pretende-se atingir:

Meta: B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história

Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana,

Domínio: Religião e experiência religiosa - Ética e moral.

Objetivo: Identificar as diferentes dimensões da pessoa valorizando a relação com o transcendente

Conteúdos a desenvolver: Identificar características físicas, com base na imagem de si próprio e dos outros;

Conhecer as dimensões da pessoa humana;

Reconhecer a pessoa como unidade irreductível;

Saber reconhecer/distinguir as diferentes dimensões da pessoa humana a que se pertence.

O sumário desta segunda aula é: As dimensões da Pessoa Humana.

Para dar início à aula e de forma a dar sequência à temática desenvolvida, a professora recapitula, em conjunto com os alunos, os conteúdos apreendidos na aula anterior. De seguida, a docente solicita, a cada aluno, a leitura, em voz alta, do trabalho de casa, que constava em referir duas das suas características físicas. Pede para colocarem o seu trabalho

em cima da mesa para no final da aula colar na sua fita que se encontra afixada no quadro dos trabalhos da turma. Este será o segundo símbolo.

A professora passa pelas mesas e recolhe as bolsas, dizendo que vai precisar das mesmas para trazer na próxima aula.

A professora expõe as dimensões da Pessoa Humana, através de um *Power Point*. (Anexo nº 2). As dimensões exploradas são: dimensão biológica, dimensão social e dimensão espiritual. A professora explica que na dimensão biológica está patente a informação genética que se recebe dos pais, é aquela que define a nossa identidade sexual. A dimensão social é aquela onde o ser humano se afirma em sociedade, na família e nos diferentes grupos sociais. A dimensão espiritual consiste na capacidade de amar, de pensar, de tomar decisões livres e que nos distingue dos animais. Esta temática é lecionada como modo de articulação interdisciplinaridade com Ciências Naturais.

Os alunos são incentivados a participar na leitura do conteúdo dos diapositivos e expressam, se assim o quiserem, a sua opinião sobre o tema.

A professora coloca previamente uma cartolina no quadro, intitulada “As dimensões da pessoa humana”. Nesta cartolina salienta-se a figura de uma pessoa, com três setas referindo as três dimensões. A docente distribui aleatoriamente a cada aluno uma imagem relacionada com a temática, ficando também com uma. Começa por exemplificar, explicando o conteúdo da imagem que tem em mão, colando-a na dimensão que lhe pertence. Convida cada aluno a fazer o mesmo. O aluno irá, assim, até ao quadro, leva a imagem e o trabalho de casa. Explica em primeiro lugar a imagem que recebeu e coloca-a na respetiva dimensão. De seguida, vai colar o segundo símbolo na sua fita, voltando para o seu lugar.

No final da aula, a professora, com a ajuda dos alunos, faz uma síntese oral da aula e dos conteúdos aprendidos, dizendo que a dimensão biológica caracteriza todos os seres vivos, a dimensão social encontra-se



Figura 4 – Cartaz sobre as dimensões da pessoa

associada às espécies animais, à sua capacidade de comunicação e de organização em grupo e a dimensão espiritual é a vida interior do ser humano.

3.5.3. Aula 3 – Emoções, sentimentos, pensamentos e vontades que a pessoa transmite

Na terceira aula, pretende-se atingir:

Meta: B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história;

G. Identificar os valores evangélicos.

Domínio: Religião e experiência religiosa – Cultura cristã e visão cristã da vida.

Objetivo: Identificar as diferentes dimensões da pessoa valorizando a relação com o transcendente

Conteúdos a desenvolver: Reconhecer a dimensão emocional: sentimentos e emoções;

Conhecer e saber expressar pensamentos e vontades transmitidos pelas pessoas;

Transmitir afetos através de modificações fisiológicas visíveis.

Reconhecer emoções, sentimentos, afetos através das modificações fisiológicas visíveis.

O sumário desta terceira aula é: Emoções, sentimentos, pensamentos e vontades que a pessoa humana transmite.

Para dar início à aula e de forma a dar sequência à temática, a professora recapitula em conjunto com os alunos, o tema tratado na aula anterior. Faz referência aos símbolos já colocados na fita, recordando que esta representa o caminho que cada um está a percorrer ao longo das aulas. O primeiro símbolo é representado pela imagem de uma pessoa, caracteriza a unidade letiva no seu todo. O segundo símbolo, um cartão com a fotografia de cada aluno, o seu nome em acróstico e duas das suas características físicas, pois na segunda aula foi abordado o tema da dimensão física da pessoa humana.

Posteriormente, a professora entrega a cada aluno a bolsa que lhes pediu na aula anterior. No seu interior está um círculo amarelo. Não o vão abrir neste momento, pois pretende-se que sintam curiosidade em saber o seu conteúdo. No momento certo vão saber qual a sua utilidade.

Seguidamente, a professora introduz para o tema dos sentimentos/emoções, com a visualização de um Prezi, recurso informático. Neste meio didático é apresentado, em

primeiro lugar, um pequeno vídeo intitulado “Divertida Mente” (anexo nº 3) , que retrata de forma animada diferentes sentimentos e emoções, a saber: alegria, raiva, tristeza, nojo e medo.

No seguimento da apresentação do Prezi, é realizado um pequeno jogo em que a professora mostra uma imagem e os alunos devem identificar o que revela. As imagens representam o poder, a solidão, a alegria, a felicidade, a paixão e o amor. A professora faz aproveitamento pedagógico e científico relativamente às intervenções dos alunos.

Segundo António Damásio, as emoções e os sentimentos fazem parte do processo regulador da vida e são essenciais, não só à sobrevivência física individual, mas também para o êxito da espécie humana.

A professora, ao longo da apresentação do Prezi, conversa com os alunos, de forma a que estes partilhem os seus saberes e conhecimentos.

A professora convida os alunos a realizar em pares, o jogo, *Mímica frase mistério* (anexo nº 4). Entrega a cada grupo de discentes, um papel onde está escrita uma situação do quotidiano. Uma das palavras contém apenas uma letra. Terão de adivinhar a palavra em falta para a frase fazer sentido. No fim da frase completa, através de mímica, irão representar perante o grande grupo, a situação, sentimento ou emoção envolvidos para que os colegas consigam adivinhar a situação retratada.

As palavras a descobrir são: feliz, sozinho, assustado, curioso, zangado, magoado, amigo, culpado, emoção, ciúmes, amor, carinho, frustrado, vergonha, desprezada, egoísta, confiança, orgulhosa, arrependimento, saudades, infelicidade e paixão.

Depois de todos terem realizado o jogo da mímica, a professora pede aos alunos para segurarem no saco e dizerem o que sentiram ao longo da aula em relação ao conteúdo da mesma. É esperado que os alunos descubram e tenham sentido de curiosidade. No círculo amarelo que os alunos tiram do saco, a professora pede para desenharem como se sentem naquele momento.



Figura nº 5 – Círculo amarelo

No final da aula, a professora, com a ajuda dos alunos, faz uma conclusão oral da aula e dos conteúdos aprendidos. Os sentimentos não são uma mera decoração das emoções, qualquer coisa que possamos guardar ou deitar fora. Os sentimentos, geralmente, são

revelações da vida dentro do organismo, estes revelam simultaneamente, “a nossa grandeza e a nossa pequenez”¹⁷¹.

Ao saírem da sala, de forma ordenada, os alunos entregam à professora o símbolo para colar na fita.

3.5.4. Aula 4 – A felicidade e o bem-estar na relação com os outros

Na quarta aula, pretende-se atingir:

Meta: B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história;

G. Identificar os valores evangélicos.

Domínio: Religião e experiência religiosa - Ética e moral.

Objetivo: Promover a autenticidade como fidelidade ao próprio projecto (vocação)

Conteúdos a desenvolver: Saber que a vocação da pessoa é a felicidade: realização, bem-estar, produtividade, relação com os outros;

Ter vontade de ser verdadeiro e de procurar a verdade;

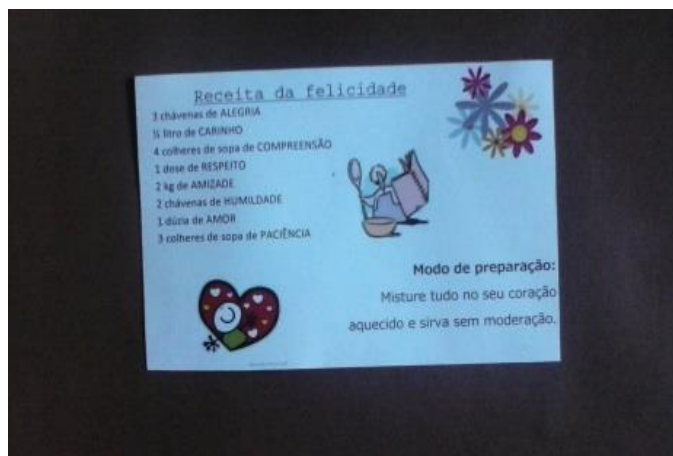
Procurar a coerência entre o que se é e o que se aparente ser.

O sumário desta quarta aula é: Emoções, sentimentos, pensamentos e vontades que a pessoa humana tem e transmite.

Para dar início à aula e, desta forma, conceder sequência à temática desenvolvida nas aulas anteriores, a professora recapitula, em conjunto com os alunos, o tema da aula anterior.

A professora entrega aos alunos o saco que tem acompanhado as aulas.

Cada aluno é convidado a retirar o papel que está no seu interior. No papel está escrita a “A receita da felicidade”. Convida os alunos a lerem em conjunto e em voz alta os ingredientes a utilizar para a confeção desta receita. Será necessário: três chávenas de alegria, meio litro de carinho, quatro colheres de sopa de compreensão, uma dose de respeito, dois quilogramas de



Anexo nº 6 – Receita da felicidade

¹⁷¹ Richard Arends, *Aprender a Ensinar*, Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda, Lisboa, 1990, 46.

amizade, duas chávenas de humildade, uma dúzia de amor, três colheres de sopa de paciência. O modo de preparação consiste em misturar tudo no coração aquecido e servir sem moderação. No final da leitura da receita, a professora pergunta a cada aluno de que forma estes “ingredientes” interferem na construção da felicidade e porquê.

A professora continua convidando os alunos a visualizarem um conto: “O conto da felicidade” (anexo nº5), história adaptada do manual do aluno, que transmite uma mensagem sobre a importância da felicidade. A história retrata um homem cansado de tanta maldade no mundo e com necessidade de encontrar Deus para lhe pedir um desejo: transformá-lo numa pedra e colocá-lo na boca de um vulcão. Desta forma, quando o vulcão entrasse em erupção, o homem, denominado “Feliz” iria espalhar felicidade e alegria por todos os pontos do mundo.

Para reforçar e aprofundar o tema da aula, a professora coloca no quadro um círculo castanho, explicando que este é o centro de um girassol, o símbolo da disciplina. No centro do girassol está escrita a palavra “Ser feliz” e propõe um jogo de pares denominado: “A caminho da felicidade”. Entrega a cada dois alunos, uma pétala em cartolina e um conjunto de letras de várias cores. Cada cor corresponde a uma palavra. Solicita aos alunos a construção de uma frase alusiva à felicidade. Depois de a terem colado na pétala, irão ao quadro, lêem a frase e colam-na à volta do círculo.

As frases são:

- Ser amigo de todos
- Ter casa onde viver
- Aceitar a opinião dos outros
- Saber pedir perdão
- Fazer felizes os outros
- Ser solidário com o próximo
- Saber respeitar os que são diferentes de nós
- Ser tolerante com os outros
- Ser sincero e dizer sempre a verdade

A professora convida os alunos a construírem as palavras, ordenando-as de modo a obter uma frase relacionada com a temática da aula. Vão colá-la numa pétala que a professora também entregou juntamente com as letras. De seguida, de forma organizada, os alunos vão ao quadro, lêem a



Figura nº 7 - Construção de um girassol com frases alusivas à felicidade

frase e colam-na junto ao círculo. No final da atividade estará construído um girassol. Reforça, mais uma vez, que o girassol é o símbolo da disciplina de EMRC.

A professora convida os alunos a ouvirem a canção, “Um pequeno girassol”.

A docente entrega a cada aluno, um pequeno girassol em papel. No centro da flor, os alunos são incitados a escrever “Sou feliz quando...”. Cada um vai completar a frase, escrevendo o que os torna feliz. O girassol é o quarto símbolo que irá ser colado na fita.



Figura 8 - Girassol em papel

No final da aula, a professora, com a ajuda dos alunos, faz uma síntese oral da aula e dos conteúdos aprendidos. A felicidade baseia-se nos valores de cada pessoa, nas suas ações que conduzem ao bem-estar.

Ao saírem da sala, de forma ordenada, os alunos entregam à professora o símbolo para colar na fita.

3.5.5. Aula 5 – Os direitos das crianças

Na quinta aula, pretende-se atingir:

Meta: G. Identificar os valores evangélicos.

Q. Reconhecer à luz da mensagem cristã a dignidade da pessoa humana

Domínio: Cultura cristã e visão da vida.

Objetivo: Identificar os direitos fundamentais da pessoa e da criança, a partir da noção da dignidade humana.

Conteúdos a desenvolver: Saber relacionar as 1º e 2º guerras mundiais, como momentos de violência, destruição e falta de respeito pela dignidade humana;

Conhecer a ONU, como promotora de cooperação internacional;

Conhecer a UNICEF como ação comunitária das crianças;

Conhecer a Convenção dos direitos das Crianças como promotora do bem-estar de todas as crianças do mundo.

Saber explorar uma passagem bíblica;

Saber que a crianças é dotada de direitos.


O sumário desta quinta aula é: Breve referência à Declaração Universal dos Direitos Humanos - A convenção dos Direitos da Criança.

Para dar início à aula e assim dar uma sequência à temática desenvolvida, a professora recapitula, em conjunto com os alunos, os conteúdos aprendidos na aula anterior e as atividades desenvolvidas.

A professora apresenta um *Power Point*, com o qual faz uma breve referência à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Estabelece interdisciplinaridade com História. Explica que a primeira e segunda guerra mundial provocaram milhares de mortes e feriu de tal modo o coração das pessoas que o ódio, o medo e a desconfiança tomaram conta das relações das pessoas. Foi notório o desrespeito pelo ser humano, enquanto pessoa dotada de dignidade. No final da segunda guerra mundial, para evitar mais conflitos, algumas nações uniram-se e criaram a Organização das Nações Unidas (ONU) para promover a paz no mundo, proteger os direitos humanos, fomentar o desenvolvimento económico e social das nações e estimular a autonomia dos povos e reforçar laços entre todas as nações. A ONU fundou a Declaração dos Direitos Humanos, em 1948. No entanto, as crianças eram um grupo mais vulnerável. Não se reconhecia direitos às crianças, pois estas dependiam unicamente da vontade dos adultos com quem viviam. A consciência dos povos foi evoluindo e hoje já se reconhece à criança, direitos próprios que não dependem da vontade dos adultos. A ONU criou a 11 de dezembro de 1946, um organismo dedicado apenas às necessidades básicas das crianças no mundo e garantir o seu pleno desenvolvimento, a UNICEF. Mas não bastava, era preciso que todas as pessoas no mundo soubessem quais são efectivamente os direitos das crianças. Foi então promulgada a Convenção dos Direitos das Crianças, a 20 de novembro de 1989. Ainda no seguimento do *Power Point*, a professora convida os alunos a ver um pequeno vídeo onde estão identificados os dez Direitos da Criança.

De seguida, e para aprofundar o tema da aula, a professora propõe um jogo de pares aos alunos, a realização de puzzles com a imagem de um direito. Os alunos são convidados, depois da construção do puzzle, a irem ao quadro, mostrar o direito que construíram, coloca-o no quadro com ajuda de *bostik* e escreve o seu significado.

A professora distribui a cada aluno o saco onde contém um papel, dobrado em dois. Do lado esquerdo do papel, está uma imagem de Jesus com crianças ao seu lado, com a passagem bíblica de Mc10,14: “Deixai vir a mim as criancinhas.” Do lado direito está escrito: “Ser criança é ser...”. Depois de explicar a passagem bíblica, a professora, propõe aos alunos para completarem a frase. No fim de todos terem acabado, pergunta se alguém quer partilhar o



Ser criança é...

Jesus disse:
“Deixai vir a mim as
criancinhas...”
Mc10,14

EMRC – 03/03/2016

Figura 9 – Cartão com passagem bíblica e frase para completar

que escreveu. Assim os alunos, que o queiram fazer, têm oportunidade de partilhar com os colegas.

No final da aula, a professora, com a ajuda dos alunos, faz uma síntese oral da aula e dos conteúdos aprendidos. A criança tem direitos próprios, os quais têm de ser respeitados, proporcionando assim uma vida em dignidade. Jesus é amigo das crianças, conhece-as e quer ter com elas uma relação pessoal.

3.5.6. Aula 6 – Ser pessoa é dar condições para que todos sejam pessoas

Na sexta aula, pretende-se atingir:

Meta: G. Identificar os valores evangélicos.

Q. Reconhecer à luz da mensagem cristã a dignidade da pessoa humana

Domínio: Cultura cristã e visão da vida – Ética e moral.

Objetivo: Identificar os direitos fundamentais da pessoa e da criança, a partir da noção da dignidade humana.

Conteúdos a desenvolver: Reconhecer-se como pessoa no seu todo

Conseguir responder acertadamente a perguntas sobre os conteúdos lecionados.

O sumário é: “Ser pessoa” é dar condições para que todos sejam “pessoas”- Auto e heteroavaliação.

A professora explica aos alunos que vão inicialmente fazer um resumo dos conteúdos lecionados nas aulas e a seguir vão fazer o jogo do Bingo e no final vão ter um prémio.

A docente pede a colaboração a um aluno para ele a ajudar a distribuir, uma folha, onde está escrito no centro, “*Ser pessoas*” é dar condições para que todos sejam “*pessoas*”. Do mesmo que na primeira aula faz uma chuva de ideias alusiva à frase que resuma a

unidade. Cada um vai dizer uma palavra e todos vão escrever na sua folha a seguir a uma seta que irão desenhar a (s) palavra (s) dita(s).

De seguida e para avaliar os conteúdos interiorizados por cada aluno, a docente propõe fazer o jogo do Bingo. A professora convida os alunos a fazerem quatro grupos, organiza-os de forma a não haver confusão e os grupos possam ser equivalentes. Distribui a cada grupo um cartão, onde está uma tabela com diferentes números. Este jogo consiste em tirar um número de um saco, trazido de casa, pela professora e aleatoriamente é tirado um que vai corresponder a uma pergunta em que um dos grupos vai ter de acertar, acerca dos conteúdos lecionados ao longo das aulas.

O primeiro grupo a preencher o seu cartão é o vencedor. Recebe um prémio que consta de um Certificado referente ao primeiro lugar.

Os restantes grupos recebem um prémio de participação que consta de um Certificado de participação. Distribui aos alunos o saco que acompanhou as aulas com guloseimas.

A professora entrega a ficha de autoavaliação aos alunos, a qual vão preencher e devolver. Oralmente é feita a heteroavaliação da turma.

No final da aula, a professora agradece aos alunos a sua participação positiva e o seu interesse e empenho na sala de aula. Despede-se deles com palavras de agradecimento e de boa sorte.

No final das aulas lecionadas, cada aluno leva para casa, a fita que, em cada aula, recebeu um símbolo, alusivo à temática desenvolvida na aula.

Figura 10
Fita com os símbolos associados a cada aula



4. Síntese

É imprescindível para alcançar uma prática pedagógica com sucesso, que o professor conheça a turma e as suas características, a escola e o seu meio envolvente, pois todo o seu trabalho desenvolvido está subordinado pela conjuntura em que é realizado. Neste sentido, ao longo da PES, procurou-se por um lado, conhecer a escola, discentes e meio envolvente, por outro lado conhecer o desenvolvimento psicossocial, religioso e moral das crianças dos 6 aos 12 anos de idade. Com estas informações, pode-se planificar melhor, criar estratégias, recursos e lecionar conteúdos adequados à faixa etária dos alunos em questão, facilitando assim uma melhor e mais consistente aprendizagem dos conteúdos do programa da disciplina.

Depois de planificadas e lecionadas as aulas, pode-se agora verificar que muitas estratégias correram bastante, estando adequadas à turma, outras poderão ser melhoradas no futuro para melhor aplicação e uma aprendizagem mais eficaz.

A leção das seis aulas, da unidade letiva 1 do sexto ano de escolaridade, “A pessoa humana”, destacou-se profícua e promitente para a consecução dos objetivos da docência. Neste Agora, para terminar este Relatório, pode-se concluir que a prática-pedagógica para lecionar esta unidade, resultou.

5. Avaliação da Prática de Ensino Supervisionada

Não se lecionam aulas perfeitas, haverá sempre um pormenor ou outro que pode correr menos bem tal como uma pequena atenção que não se deu, ou que não se fez da melhor forma, uma estratégia que não correu tão bem e que não obteve o resultado que se espera. Todavia, como foi referido anteriormente para a boa planificação, é preciso ter em conta as características e realidades próprias da turma, adotar e utilizar metodologias e recursos didático-pedagógicos que se considerem serem os melhores para o processo de ensino – aprendizagem. Apesar da Unidade Letiva por vezes apontar para as circunstâncias negativas da existência humana, tem de ser sempre propósito e preocupação, apresentar uma visão positiva da vida e existência pessoal, em que seja em que circunstâncias forem, são iguais em direitos e deveres e absolutamente iguais em dignidade. Só numa abordagem positiva e integradora se pode cumprir a missão, enquanto docentes, de lecionar uma unidade letiva, a um conjunto diferenciado de alunos, cada um com um contexto histórico, familiar e social próprio.

Ao chegar ao fim de cada aula faz-se uma retrospectiva das interações ocorridas.

É neste sentido que se faz, de seguida, a avaliação das aulas lecionadas e das estratégias e materiais utilizados na PES.

Houve a preocupação de se fazer uma sequência lógica nas seis planificações, todas com a mesma estrutura, nos seus conteúdos e respetiva leção, tendo sido todas cumpridas na íntegra.

O início de cada aula começou com a receção aos alunos, dando-lhes as boas vindas e perguntando como correu a sua semana, os seus testes ou outra atividade que se tenha destacado ao longo da semana. De seguida, fez-se, em todas as aulas o registo do sumário, projetado ou escrito no quadro, por um aluno. Fez-se uma motivação inicial, a recapitulação da aula anterior e uma síntese final.

Nas seis aulas lecionadas, a motivação inicial surtiu o efeito desejado, captando a atenção e o interesse dos alunos pelas temáticas da aula. A síntese da aula anterior, fez com que os alunos pudessem perceber a razão pela qual o tema é proposto e serve de fio condutor entre os conteúdos lecionados na aula anterior, com a temática do dia.

Relativamente às competências pedagógicas, a planificação foi sempre cumprida, as estratégias utilizadas foram interessantes e de acordo com a faixa etária, os interesses e gostos dos alunos. Houve uma adequada gestão do tempo e das aulas fazendo com os alunos tomassem parte ativa da aula e assim, de uma forma lúdica, interiorizassem conteúdos novos. Pelo facto de, como foi referido na caracterização da turma, alguns alunos serem conversadores e inquietos, foi necessário dar-lhes actividades diferentes e alicientes, pois só assim, se consegue captar a atenção, obter o máximo de concentração de alunos com estas características. Assim, foram utilizadas novas tecnologias, como o Power Point e o programa prezi. Foram utilizados jogos de pares, como por exemplo, a mímica, atividade que resultou muito bem pois inicialmente teriam de descobrir um sentimento através de uma frase e de seguida, ir à frente dos colegas, fazer a sua mímica para eles descobrirem. A professora também participou, ajudando alguns alunos que não estavam a conseguir tão bem ou que o sentimento tinha maior teor de dificuldade. Todos se divertiram, mostrando a sua satisfação com gargalhadas e palmas. A construção dos puzzles sobre a Convenção dos direitos da criança foi a escolhida para aula supervisionada. Foi muito interessante e produtiva. Só um reparo feito pelo facto de, enquanto uns apresentavam o direito aos colegas, um grupo ainda estava a acabar e a perturbar um pouco a apresentação dos colegas. Numa próxima vez, dar-se-á mais tempo para a realização da atividade. A construção de frases sobre a felicidade e consequente obtenção de um girassol foi muito benéfica, pois em primeiro lugar os alunos,

em pares, tinham de construir uma frase com base nas letras dadas e de seguida colar numa pétala, realizando assim um girassol com mensagens alusivas à temática da aula. Foram criados materiais apelativos, ajudando a compreender os conteúdos e servindo como facilitadores das aprendizagens

Em relação a competência científica, houve domínio científico dos conteúdos programáticos e adequação aos alunos. Ainda assim, foi se verificando uma melhoria ao longo das aulas, pelo facto de conhecer melhor os alunos e se sentir mais à vontade e menos nervosa, pois na primeira aula, foram notórios o nervosismo e a preocupação para que tudo corresse como planeado. Nervosismo que se foi apaziguando ao longo das semanas. Tentou-se relacionar conhecimento científico com situações da vida, no entanto, por vezes, pela turma ser um pouco conservadora a participativa, não se conseguiu ouvir todas as intervenções dos alunos.

A competência avaliativa, foi acontecendo nas aulas, com a recapitulação das aulas anteriores, síntese no final da aula. Intervenção educativa imediata e na última aula, com o jogo do Bingo, fez-se um jogo de avaliação dos conteúdos lecionados com perguntas e respostas rápidas.

Na competência comportamental, houve uma melhoria significativa ao longo das aulas de uma boa dicção, entusiasmo na exposição dos conteúdos, expressividade na movimentação, implementação de um clima favorável às aprendizagens. Notou-se empatia com os alunos e uma boa relação pedagógica e adaptação a situações imprevistas.

De uma forma geral, a PES, correu de acordo com as expectativas da estagiária, que no início deixou transparecer nervosismo que se foi dissipando à medida que as aulas iam sendo dadas. Aspeto a melhorar são no sentido de tentar fazer mais a ligação entre os assuntos e as estratégias. As planificações foram executadas de acordo com os novos conteúdos e desafios do novo Programa de EMRC.

Face ao exposto, faz-se um balanço positivo das aulas e dos conteúdos lecionados. Realizou-se um árduo trabalho, persistência, em manter os discentes interessados e concentrados, na medida em que a turma contém vários alunos com comportamentos pouco adequados à sala de aula e intervenções menos assertivas. No entanto, valeu a pena o esforço, a dedicação e a vontade de conseguir fazer um trabalho digno em que o talento que foi dado no início desta caminhada, rendeu e o resultado foi positivo.

No seguimento desta avaliação, não se pode deixar de parte a avaliação da atividade: *Páscoa na Escola*. Esta atividade, decorreu no dia do Agrupamento, 18 de março 2016, no adro da escola. O programa da manhã foi: confissões, pelas 9h30 e às 11h, uma Eucaristia

dedicada especialmente a todos os finalistas, onde toda a comunidade escolar esteve presente. Mas também a todos os alunos do Agrupamento, pais/encarregados de educação, professores, auxiliares. O núcleo de estágio elaborou um postal para oferecer a todos os participantes. Neste cartão (anexo nº 8), está uma mensagem e imagens alusivas à Páscoa, bem como a assinatura dos estagiários e do Professor Cooperante Dr. António Clemente que acompanhou o núcleo de estágio.

CONCLUSÃO

Ao chegar ao fim deste Relatório, fruto de longos meses de trabalho, muito esforço, algumas quedas que foram sempre superadas com persistência, pode-se respirar fundo e dizer: Conseguiu-se!

O título, *Educar a pessoa para uma cidadania responsável* levou a uma seleção rigorosa de temas a desenvolver ao longo deste relatório. As palavras-chaves deste Relatório, são *pessoa, educar, cidadania*. Havia necessidade de desenvolver o tema dos Direitos Humanos como sendo o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio estado. As normas constitucionais elaboradas pelo estado para a organização em humanização têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A conservação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive numa sociedade e cuida pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos dos seus direitos e deveres, visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na sua qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam. A educação tem um papel essencial no conhecimento e construção de todos os direitos, mas é essencial falar também em deveres, pois são indivisíveis, seguem os dois juntos para o alcance de uma cidadania responsável. É neste sentido que o reconhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, começando nas escolas desde de tenra idade, pois é preciso que todos, sem exceção, sejam capazes de reconhecer os valores na sociedade atual. A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica tem um papel fundamental na construção de valores e de uma cidadania responsável. A Igreja tem uma visão agraciada pelas mãos de Deus e é neste sentido que a educação também visa uma busca para os valores do Evangelho e a mesma aplicação desses valores nas pessoas e na sociedade atual.

Partindo do programa da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, reuniram-se os conteúdos referentes à Unidade Letiva 1 – A pessoa humana, que se consideram ser os principais e aglutinadores dos restantes conteúdos, adaptando-os à realidade escolar dos alunos.

O trabalho desenvolvido neste Relatório é ponto de partida, com novas competências e maior conhecimento, estratégias, que irão possibilitar, sem qualquer dúvida, prosseguir o caminho do ensino, que precisa cada vez mais de professores mais preparados para enfrentar

os desafios, de uma nova sociedade. Com técnicas inovadoras, atividades interessantes, boa disposição, compreensão, empatia com os alunos é que se está preparado para poder satisfazer estas novas gerações que têm sede de coisas novas e novos conhecimentos.

Só partindo destes pressupostos, o professor de EMRC tem condições para se comprometer com a realidade concreta da escola e da sua comunidade envolvente, na busca incessante da verdade que liberta, porque a disciplina de EMRC procura estruturar a personalidade das crianças e dos jovens de modo a adquirirem uma visão do mundo equilibrada e aberta ao diálogo. Esta disciplina procura educar para a vertente moral e religiosa e para a compreensão dos elementos mais profundos da nossa cultura.

O tema da unidade letiva “A Pessoa Humana” foi um tema no qual se desenvolveram e se deram a conhecer temas como o das dimensões da pessoa, a vocação da pessoa em ser feliz, e o seu bem-estar, os direitos da criança, os sentimentos e emoções da pessoa. Estes temas foram o resultado de uma reflexão teológica, pedagógica e didática, mas também o de uma profunda reflexão pessoal e foram uma base de apoio para a realização das planificações que foram lecionadas no âmbito da PES permeando a clareza e o sentido evolutivo das aprendizagens, sempre de modo a serem apreendidos mais facilmente pelos alunos.

Chega-se ao fim deste Relatório com a certeza de que foi possível e concretizado um árduo trabalho, graças a pessoas simpáticas que cruzam as vidas das pessoas e que marcam a sua existência positivamente.

É com satisfação e orgulho que se conclui este presente Relatório, com a certeza de que todo o ensinamento apreendido ao longo deste ano, será precioso para mais uma etapa da vida, que foi sem dúvida, enriquecida tanto a nível profissional como a nível pessoal.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIA SAGRADA, Difusora Bíblica, Missionários Capuchinhos.

Documentos do Magistério da Igreja

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Declaração *Gravissimum Educationis* (28 outubro 1965) in AAS 58 (1966) 728-739.

CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*, Principia, Estoril, 2005.

CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Dogmática, *Dei Verbum* (18 de novembro de 1965) in AAS (1966) 817-836.

JOÃO XXIII, Encíclica *Pacem in terris*, 11-04-1963, in AAS 55, 1963, 257-304.

BENTO XVI, Carta Encíclica, *Cáritas in Veritati* (29 de junho de 2009) in AAS 101 (2009) 217-252.

FRANCISCO, Exortação Apostólica, *Evangelii Gaudium* (24 de novembro de 2013) in AAS 105 (2013) 1019-1037.

FRANCISCO, Carta Encíclica, *Lumen Fidei* (29 de junho de 2013) in AAS 105 (2013) 555-596.

JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Redemptor Hominis* (4 de março de 1979) in AAS 71 (1979) 257-324.

JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* (22 de novembro de 1981) in AAS 74 (1982) 81-191.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *Comunhão e Serviço*, 2004, disponível em <http://www.vatican.va>, consultado em 20-03-2016

Documentos da Conferência Episcopal Portuguesa

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral sobre a educação, direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2002.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2006.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral sobre a Escola em Portugal - Educação integral da Pessoa Humana*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2008.

SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Finalidades, Metas, Objetivos e Conteúdos*, Gráfica Almondina, Torres Novas, 2014, 8.

Legislação

DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO, *Educação para a Cidadania - Linhas Orientadoras*, Lisboa, 2013, in *Diário da República*, 1.ª série — N.º 172 — 5 de setembro de 2012, Lei n.º 51.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Decreto-lei, n.º 51, de 5 de setembro de 2012, in *Diário da República*, 1.ª série, n.º 172, 2012, 5103.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO, Decreto-lei, n.º 46, 48, de 14 de outubro de 1986, in *Diário da República*, 1.ª série, n.º 164.

Outros documentos da Igreja

FRANCISCO, *Jubileu dos adolescentes*, Libreria Editrice Vaticana, Roma, 24 de abril 2016.

JOÃO PAULO II, *Mensagem do Papa ao Secretário-Geral das Nações Unidas por Ocasão do 30º Aniversário da Declaração dos Direitos Humanos*, 1978, disponível em:

https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1978/documents/hf_jp-ii LET_19781202_waldheim.html, consultado em 20-04-2016

Bibliografia complementar

AGRUPAMENTO DE ESCOLA DE MUNDÃO, Projeto Educativo TEIP 2013/2017, Mundão, Agrupamento de Escolas de Mundão, 2015.

ALMEIDA, Maria Alcina (tradução), *O ensino dos Direitos Humanos*, Edição da Comissão para a Promoção dos direitos Humanos e Igualdade na Educação, Lisboa, 1991, 45.

ARENDS, Richard, *Aprender a ensinar*, Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda, Lisboa, 1999.

BORGES DE PINHO, José Eduardo, et al, *A fé da Igreja*, Paulus Editora, Lisboa, 2014.

DELORS Jacques, *Um tesouro a descobrir*, Asa, Porto, 1996⁵.

DEPARTAMENTO ARQUIDIOCESANO DE PASTORAL FAMILIAR, *A Família e os Valores*, Diário do Minho, Braga, 2013.

DUQUE, João, Textos e identidades, in *Theologia*, 38, 2003.

ENCICLOPÉDIA DO CRISTIANISMO, *Verbo*, Editorial Verbo, Lisboa, 2004.

FIGUEIREDO Ilda, *Educar para a cidadania*, Asa, Porto, 2001.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2007.

LADARIA, Luis, *Antropologia teologica*, Gregorian & Biblical Press, Roma, 2011, 58.

LÉVINAS, Emmanuel, *Totalidade e infinito*, Edições 70, Lisboa, 1988.

MANUAL DE EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA CATÓLICA, 5º ano, *Conta comigo*, Fundação SNEC, Lisboa, 2015.

MANUAL DE EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA CATÓLICA, 6º ano, *Estou contigo*, Fundação SNEC, Lisboa, 2015.

MANUAL DE EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA CATÓLICA, 8º ano, *Livres para amar*, Fundação SNEC, Lisboa, 2015.

MANUAL DE EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA CATÓLICA, 7º ano, *Quero saber*, Fundação SNEC, Lisboa, 2015.

MARY, Robinson, Direitos Humanos - Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos, Nações Unidas, 1995|2004.

MORENO VILLA, Mariano, *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Paulus, São Paulo, 2000.

MOREIRA Vital, MARCELINO GOMES, Carla (coordenação), Coimbra Editora, Coimbra, 2014. *Compreender os direitos humanos*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014.

MORIN, Edgar *La méthode. L'humanité de l'humanité. L'identité humaine*, Paris: Seuil, 2001.

ROGERS, Carl, *Tornar-se pessoa*, Editora Moraes, Lisboa, 1985⁷.

SANCHES, Mário António, VIEIRA, Odair José , EVANDRO MELO, Arlindo, *A dignidade do embrião humano – diálogo entre teologia e bioética*, 2013.

TETTAMANZI, Doigini, *El hombre imagen de Dios*, Editora Daverio, Salamanca, 1978.

VARANDA, Isabel, *Na noite mora a promessa*, Ed. Paulinas, Prior Velho, 2014.

VILLA Mariano Moreno (2000). *Dicionário do pensamento Contemporâneo*, Paulus, 2000.

YACOUB Josep, *Réécrire la Déclaration des Droits de l'Homme*. Editions Desclée de Brouwer, Paris, 1998

Conceito de evangelização - O que é, Definição e Significado disponível em <http://conceito.de/evangelizacao#ixzz45BdcvLhH>, consultado em 15-04-2016.

Dicionário etimológico, em <http://www.dicionarioetimologico.com.br/educar>, tirado no dia 13-04-2016

Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948, pág.1, disponível em <http://www.fpce.up.pt/>, consultado em 20-04-201

DIREÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO, disponível em <http://www.dge.mec.pt/>, consultada em 13-04-2016

DOM MANUEL Felício, “*Missão Ad Gentes hoje: entre a urgência e a desmotivação*”. 2006, Internet. Disponível em <http://www.capuchinhos.org/missoes/documentos-e-artigos/estudos-e-artigos/408-missao-ad-gentes-hoje-entre-a-urgencia-e-a-desmotivacao> (consultado em 03 de março de 2016).

Frase pronunciada pelo Papa João Paulo II, disponível em <http://www.rivalcir.com.br/frases/papajoaopaulo.html>, consultado no dia 07-04-2016.

MANDELA, Nelson, 1970, disponível em <http://www.rocco.com.br/>, consultado em 13-04-2016.

MORIN, Edgar, L'Humanité de l'humanité, in *La méthode*, 5, 1, (2001), disponível em http://www.scienceshumaines.com/la-methode-vol-5-1-humanite-de-l-humanite-t-1-1-identite-humaine_fr_2181.html, retirado no dia 20-04-2016.

MORI RODRIGUES MOTTA, Artur Francisco, *A dignidade da pessoa humana e sua definição*, disponível em

http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14054,
consultado em 30-03-2016

O que significa evangelizar? (2013), disponível em <http://pt.aleteia.org/2013/11/19/o-que-significa-evangelizar/>, consultado no dia 15-04-2016.

SIKEDUM Antonio, “Emmanuel Levinas: Educação e interpelação ética”, in Revista da *FAEEBA – Educação e Contemporaneidade* (2013) Salvador, 22, 39, 85-94, disponível em <http://www.revistas.uneb.br/>, consultado em 08/04/2016.

TAVARES ALVES, Alessandro, IZIDORO, José Luiz, O homem como pessoa e ser de relação, in *CES Revista*, 28, 1 (2014) 118-128, disponível em http://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/65/pdf_7, consultado em 04-04-2016.

ANEXOS

Os recursos selecionados e apresentados, nas páginas a seguir, foram alguns daqueles utilizados na leção da unidade letiva 1, do 6º ano “A Pessoa Humana” da Prática de Ensino Supervisionada e que também estão disponíveis na dossier de estágio.



Nesta aula vamos aprender...

Quem é a pessoa?

Cada ser humano nasce inserido numa determinada comunidade



Na família



No grupo de amigos



Na escola



- Da comunidade recebem-se saberes e valores, através das experiências que vivemos e da abertura à realidade que nos rodeia



- Temos consciência da nossa existência, das nossas experiências e aprendemos com elas

Afirmamo-nos através:



Comunicamos através da linguagem:



O que conseguimos partilhar através da linguagem?

EXPERIÊNCIAS
PENSAMENTOS
DIREITOS
INTELIGÊNCIA
SEGREDOS
OPINIÕES
DEVERES

Em conclusão, a Pessoa é...

um ser em relação com os outros

um ser que nasce no seio de uma família/comunidade e recebe saberes e valores com os quais se vai identificando e construindo a sua identidade

Anexo nº1

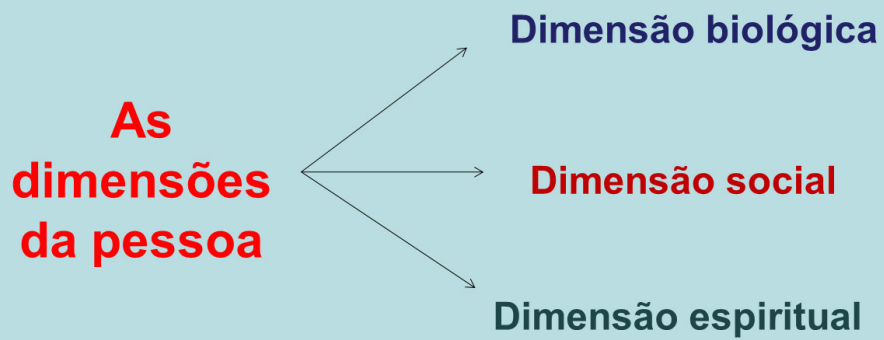
Power Point apresentado na 1ª aula com o tema *A pessoa humana*



Anexo nº 2

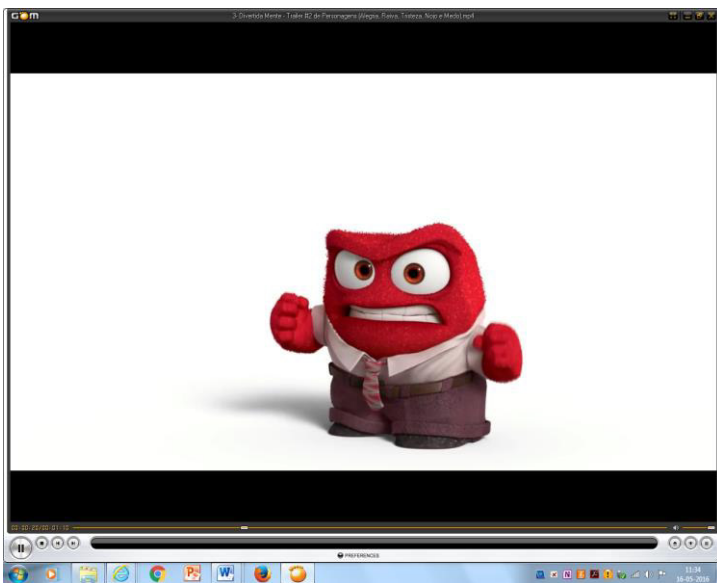
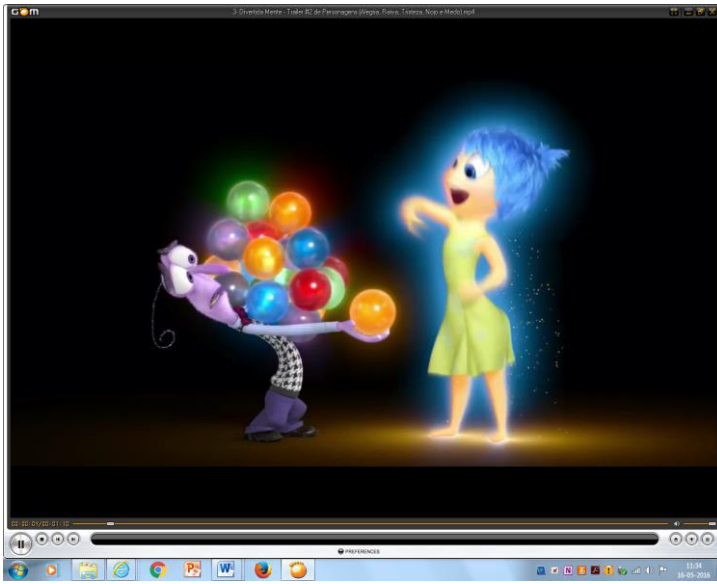
Música "Um pedacinho de Deus"

Dimensões da Pessoa



Anexo nº 3

Diapositivo alusivo às dimensões da pessoa



Anexo nº 4
Sentimentos visualizados no vídeo: “Divertidamente”



Anexo nº 5

Adivinhas de um sentimento ou emoções para posteriormente apresentar com mímica

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Já há muito não via um amigo. Quando o encontrei fiquei muito _ _ L _ _ .

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Estava acompanhado com os meus amigos mas foram-se embora. Fiquei _ _ _ _ _ H _ .

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Algumas máscaras de Carnaval são bonitas mas outras não. Quando vejo alguma de que não gosto, fico _ S _ _ _ _ _ .

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Deram-me um presente. Estou _ U _ _ _ _ _ por saber o que está no seu interior.

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Um rapaz da escola empurrou-me e eu caí. Fiquei _ _ G _ _ _ _ com ele.

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Fiquei _ _ _ _ _ D _ quando me pregaram uma partida de mau gosto. Não gostei nada.

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Eu caí e o João ajudou a levantar-me. Ele é meu _ _ _ _ O .

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

O vaso partiu por causa da bola que o Filipe mandou. Ele é o _ _ _ _ _ O .

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Fiquei cheia de E _ _ _ _ _ quando vi o Rui regressar de viagem.

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

A Beatriz falava com a Eunice e comigo não. Fiquei com _ _ _ _ _ .

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

A senhora idosa não conseguia levar os sacos das compras. Ajudei-a. Tive uma atitude de _ _ _ _ _ .

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Apesar de eu ter estudado a matéria toda, o teste correu-me mal pois estava com dores de dentes.
Fiquei F _ _ _ _ _ .

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Não quis jogar com a Sandra.
Ela sentiu-se _ _ _ P _ _ _ _ _ .

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Posso pedir ajuda ao João, pois ele é meu amigo.
Tenho _ _ _ F _ _ _ _ _ nele.

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Não fui visitar o meu amigo quando ele estava doente.
Sinto-me A _ _ _ _ _ .

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

O Pedro acaba de perder uma pessoa muito importante na sua vida.
Está a viver uma grande _ _ F _ _ _ _ _ .

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

A Joana tem um bebé. Fiz-lhe uma festinha na cara. Tive com a criança um gesto de _ _ _ _ _ .

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Quando me apercebi que se estavam a rir de mim por causa dos meus dentes todos sujos, fiquei com _ _ R _ _ _ _ . Por preguiça não os lavei.

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Não vou partilhar o meu jogo com o meu colega.
Sou _ _ O _ _ _ _ .

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Não preciso de ninguém para resolver os meus problemas.
Sou muito O _ _ _ _ _ .

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Lembro-me das conversas que tínhamos quando vivias em Portugal. Tenho tantas _ A _ _ _ _ _ tuas.

Adivinhar a palavra em falta e representar com mímica

Vivi o meu primeiro amor com muita _ _ _ X _ _ .



Anexo nº 6
Último diapositivo da história
“Conto da felicidade”

Anexo nº 7

Perguntas do jogo do Bingo como elemento de avaliação

Define “Pessoa”

- a) Nascido do ventre de uma mãe
- b) **Ser humano**
- c) Um ser vivo

2. Um ser humano está inserido:

- a) Numa escola
- b) **numa sociedade**
- c) numa casa

3. Comunicamos com os outros através de linguagem...

- a) oral e verbal
- b) corporal
- c) **verbal e corporal**

4. O que faz parte da dimensão biológica?

- a) a nossa família
- b) o meio em que estamos inseridos
- c) a nossa genética**

5. O que são sentimentos?

- a) O que vamos aprendendo ao longo dos anos
- b) O que nós sentimos**
- c) O que adquirimos ao nascer

6. Onde podemos adquirir a dimensão social

- a) Em casa dos vizinhos
- b) Num colégio
- c) Na sociedade**

7. Existe dimensão social, biológica e...

- a) do pensamento
- b) espiritual**
- c) da consciência moral

8. A dimensão espiritual

- a) leva à destruição do obra do Criador
- b) permite que quem ama procure o bem**
- c) dificulta o relacionamento do indivíduo com Deus

9. Que sentimento mostra a imagem



R: Raiva

10. Que sentimento mostra a imagem?



Indiferença

Amor

paixão

11. Que sentimento mostra a imagem?



R: tristeza

12. No conto da felicidade, o que aconteceu à pedra?

- a) Ficou triste e só
- b) adormeceu
- c) transformou-se em felicidade**

13. Cada pessoa vale pelo que que é, significa...

- a) com um vestido novo, gostam mais de mim
- b) Não interessa a roupa, interessa o cabelo lavado
- c) sermos nós próprios**

14. Como se chama o manual de EMRC, do 6º ano?

- a) Estou contigo**
- b) Vem comigo
- c) Estou feliz

15. Qual é a frase relacionada com os direitos humanos?

- a) Os direitos humanos pertencem a todos os seres humanos**
- b) Os direitos humanos são obrigações que fazem parte da vida das pessoas
- c) Os direitos humanos são todas as pessoas livres

20. Digam 3 direitos das crianças.

21 - Coloca por ordem, em 10 segundos

pobres dos Jesus amigo é

Jesus é amigo dos pobres.

22 – Coloca por ordem, em 10 segundos

homem uma com Deus o estabelece relação pessoal.

Deus estabelece com o homem uma relação pessoal.

16- Deem um abraço bem apertado, com afeto, a membros de um outro grupo.

17- Escolham uma música e dancem com uma coreografia.

18 - Cantem uma música que fale sobre a amizade.

19 - Em vinte segundos enumerem cinco sentimentos



20 anos
E.B. 2, 3 DE MUNDÃO
20 anos em agrupamento

Agrupamento de Escolas de Mundão



Educação Moral e Religiosa Católica

Frente

*"A Páscoa Cristã é a
renovação da Aliança de Deus
com toda a humanidade."*

Os professores e o núcleo de estágio de EMRC:

Elmf
Ana Paula Capelato
Roberto *Paulo F. Costa* *HA*

*"Páscoa
é comemorar
uma "vida nova";
é descobrir
o "Homem Novo";
é viver no Amor;
é encontrar Cristo
em cada uma das pessoas;
é viver cada dia
como irmão,
é ajudar o mundo
a ser melhor..."*

Páscoa Feliz!

Verso

**Anexo nº 8 - Cartão oferecido à comunidade
escolar na atividade *Páscoa na escola***

